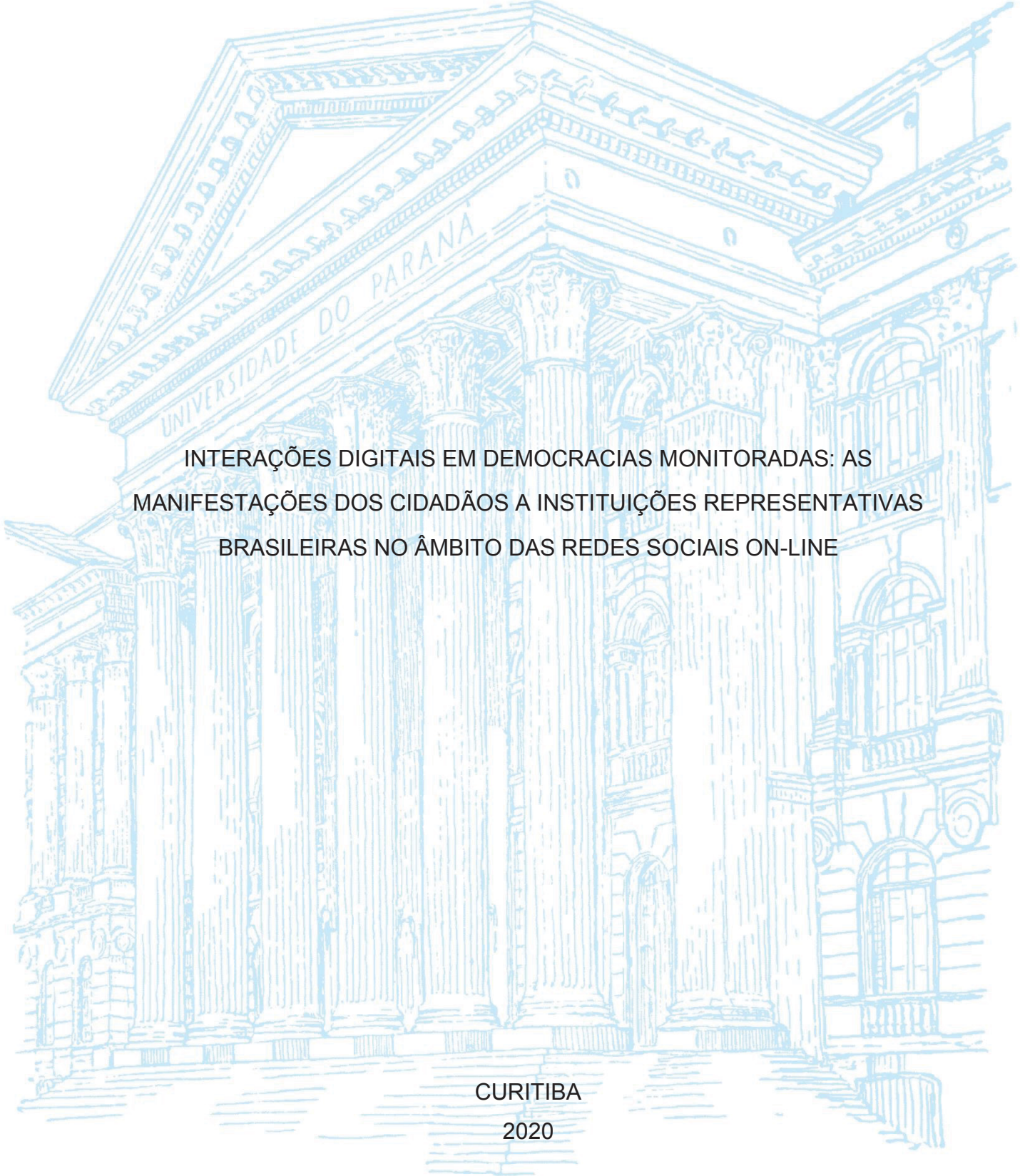


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO



INTERAÇÕES DIGITAIS EM DEMOCRACIAS MONITORADAS: AS
MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS
BRASILEIRAS NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS ON-LINE

CURITIBA

2020

FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO

INTERAÇÕES DIGITAIS EM DEMOCRACIAS MONITORADAS: AS
MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS
BRASILEIRAS NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS ON-LINE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política, dentro da linha de pesquisa em Comportamento, Representação e Comunicação Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB /1607

Carvalho, Fernanda Cavassana de
Interações digitais em democracias monitoradas : as manifestações dos
cidadãos a instituições representativas brasileiras no âmbito das redes sociais
on-line. / Fernanda Cavassana de Carvalho. – Curitiba, 2020.

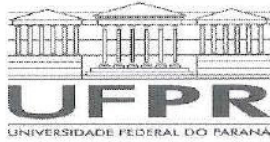
163 f.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

1. Comunicação na política 2. Redes sociais on-line. 3. Opinião pública.
4. Democracia. I. Cervi, Emerson Urizzi, 1972 -. II. Título.

CDD – 320.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2


TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO**, intitulada: **INTERAÇÕES DIGITAIS EM DEMOCRACIAS MONITORADAS: AS MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS BRASILEIRAS NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS ON-LINE**, sob orientação do Prof. Dr. EMERSON URIZZI CERVI, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 21 de Fevereiro de 2020.


EMERSON URIZZI CERVI
Presidente da Banca Examinadora


EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)


SERGIO SOARES BRAGA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


CAROLINA ALMEIDA DE PAULA
Avaliador Externo (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS)

AGRADECIMENTOS

A todos colegas, amigos e familiares que, durante o meu doutorado, incentivaram-me e me respeitaram enquanto mulher, jornalista, pesquisadora, professora e cientista política. Sou grata a todos que contribuíram para que a fase de desenvolvimento desta tese fosse, em certa medida, mais agradável. Qualquer movimento de apoio e atenção que recebi nesse período, tão cheio de desafios, foi, certamente, importante incentivo para dar continuidade. Agradeço especialmente:

Ao prof. Emerson Cervi, estimado orientador, por tudo. Pelo conhecimento compartilhado, o ensino, os conselhos, a confiança e por todos os incentivos. Pelas parcerias, trabalhos e projetos conjuntos para além desta tese. Pela relevância e presença que teve em minha formação, desde o mestrado. Aprendi e cresci muito contigo.

À minha mãe, Regina Cavassana, ao meu pai, Fernando Carvalho, e às minhas avós, Jandira Silva e Neila Montiel, pela confiança e pelo amor incondicionais. Por me incentivarem. Por, ainda que não compreendessem completamente, respeitarem minhas escolhas, caminhos, casas, cidades e empregos. Até a minha distância e ausência. A existência de vocês e a fé que têm em mim me revigoram sempre.

À Marcia Boroski, amiga que esteve, significativamente, presente ao meu lado durante todo o percurso do doutorado. Pelo apoio, companhia, conversas, das cervejas às sopas fundamentais, a qualquer hora, nos momentos calmos, nos alegres e nos conturbados. Por ser tão família. Por se tornar o meu “pilar” em Curitiba.

À Michele Massuchin, pela amizade e parceria tão relevantes. Por todas nossas pesquisas, produções, congressos e viagens. Também pelas caronas e refeições juntas, das coxinhas ao almoço de Páscoa. Por ser grande fonte de incentivo, acreditar no meu potencial e crescimento. Por sempre me lembrar disso, do início ao fim do meu doutorado.

Às amigas que, mesmo à distância, fizeram-se presentes, buscando fornecer apoio e incentivo. Especialmente a Letícia Nascimento, Desirée Molina e Bruna Santiago, que nunca desistiram de mim, mesmo quando estive ausente. Assim como a Felipe Cavassana, Patrícia Gonzalez, Mayara Muneishi Joufre Alves Jr., Nayara Mourão e João Alves, meus irmãos de sangue e de coração, com os quais sei que posso contar por toda a vida.

À Rafaela Sindorski e à Giulia Fontes, as amigas queridas que ganhei nesse período e que estiveram junto a mim desde que ingressei no mestrado e no CPOP. Pela confiança, cumplicidade e parceria que vão além do âmbito acadêmico.

A todos meus ex-colegas do DALIC, na UTFPR, que não apenas contribuíram com meu crescimento enquanto docente, mas também não mediram esforços para possibilitar horários compatíveis às aulas na UFPR e demais compromissos nos dois primeiros anos de doutorado. Em especial, à Edna Miola, à Anuschka Lemos e à Carolina Fernandes, que, além de queridas colegas, tornaram-se amigas, pelas quais tenho profunda consideração.

À profa. Carla Rizzotto e ao prof. Ednaldo Ribeiro, referências minhas na pesquisa e na docência, pela leitura atenta e pelas importantes contribuições, à pesquisa e diretamente ao texto, na banca de qualificação. Também pela participação na banca final.

Ao prof. Sérgio Braga e à profa. Carolina de Paula, por aceitarem compor minha banca de defesa e, assim, colaborarem com a avaliação e contribuições finais ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPR, pelo ensino e pela formação. À Silvia Sakalauskas, por ter sido sempre tão prestativa à frente da secretaria do PPGCP enquanto fui discente do programa.

Aos meus colegas de turma do doutorado pelas trocas e reflexões conjuntas durante as disciplinas, especialmente nas duas de Seminário de Tese.

Aos colegas do CPOP e aos pares que contribuíram e criticaram esta pesquisa nas apresentações parciais dela em workshops do grupo e em GT's de congressos da ABCP, Anpocs, Compolítica e ICA. O trabalho resulta de uma série de contribuições recebidas.

Aos meus alunos e alunas, da UEPG e da UTFPR, que fortaleceram meu anseio pela carreira docente. Sem saberem, incentivaram-me, cotidianamente, a concluir esta tese.

À UFPR, por tudo. É com muita gratidão e imenso orgulho que concluo a pós-graduação diplomada por essa relevante universidade, pública e de qualidade.

*Monitory democracy is different.
It means something much richer: the ongoing struggle by citizens and their
representatives, in a multiplicity of settings, to humble the high and mighty.
Democracy is the unending, never-finished public business
of scrutinizing and restraining their power.
(John Keane, 2018)*

RESUMO

Esta tese analisa as interações entre os indivíduos e instituições democráticas brasileiras no âmbito das redes sociais on-line. Para isso, busca testar empiricamente, e em ambiente digital, a perspectiva normativa de John Keane (2010; 2015; 2018) que caracteriza um novo estágio de monitoramento das democracias contemporâneas, dados fatores como crises e a abundância comunicativa nas relações representativas. O objetivo da pesquisa é testar se há monitoramento cívico das instituições democráticas brasileiras em redes sociais on-line e caracterizar o comportamento monitor a partir das manifestações dos cidadãos diante das publicações das instituições nesse ambiente de interação digital. Além de mensurar o volume e a intensidade do monitoramento digital, busca-se identificar quais são os fundamentos expressos no conteúdo de comentários dirigidos a essas instituições nas suas próprias publicações. Busca-se também comparar tais características pelo nível de institucionalização das entidades, sendo selecionadas instituições relevantes para a democracia brasileira, em suas esferas pública e política, do Estado e da sociedade. De forma empírica, foram considerados mais de 27 milhões comentários feitos a quase 61 mil publicações de 12 instituições brasileiras atuantes no Facebook ao longo de um ano. Os resultados indicam que não há grande volume de monitoramento nessa plataforma, sendo que apenas 2% do total de comentários foram considerados monitores dentro dos critérios estabelecidos para viabilizar a análise. Mostram ainda que o nível de institucionalização importa nesse comportamento, sendo que representantes da esfera política são comparativamente mais monitorados, especialmente os partidos políticos. A tese ainda apresenta uma tipologia para as manifestações monitoras a partir dos conteúdos expressos nos comentários. Ao comentarem e se dirigirem às instituições no ambiente social e digital, os cidadãos tendem a fundamentar tais manifestações em funções institucionais, insultos, agenda temática, valores políticos e no desempenho on-line.

Palavras-chave: Democracia monitorada; Abundância comunicativa; Opinião Pública; Redes sociais on-line.

ABSTRACT

This thesis analyses the online interactions between individuals and Brazilian democratic institutions on social networking. For this, it seeks to test the normative theory of John Keane (2010; 2015; 2018) empirically, which characterizes a new stage of monitoring contemporary democracies, considering factors like crisis and communicative abundance on representativeness relations. The purpose of the research is to test if there is civic monitoring of Brazilian democratic institutions on social networking and to character the monitorial comportment from expressions of citizens to institutions' posts in this environment of digital interaction. Beyond measuring of volume and of the intensity of digital civic monitoring, we seek to identify which are the reasons express in comments' content made on these posts and to compare such characteristic by the level of institutionalization of institutions, were being selected relevant organizations for the Brazilian democracy, on public and political spheres, of the State and of the society. Empirically, it is considered more than 27 million comments made by citizens on 61 thousand posts of 12 institutions on Facebook, over the course of a year. The results indicate that there is not a big volume of monitoring on this platform since only 2% of comments total were considered monitories within the parameters established for to enable the analysis. In addition, the results showed the level of institutionalization is relevant in this comportment, considering that representatives of the politic sphere are, comparably, more monitored, especially the political parties. Furthermore, the thesis presents a typology of monitory expressions on comments. When citizens are monitoring, commenting for those institutions on Facebook, they tend to underpin that expressions based on institutional functions, insults, issues, political values, and online performance.

Keywords: Monitory democracy; Communicative abundance; Public opinion; Online social network.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTITUIÇÕES SELECIONADAS PARA ANÁLISE	18
QUADRO 2 – DADOS DAS PÁGINAS INSTITUCIONAIS ANALISADAS NA PESQUISA .	101
QUADRO 3 – RESUMO DOS RESULTADOS DE TUKEY PARA COMENTÁRIOS.....	105
QUADRO 4 – RESUMO DOS RESULTADOS DE TUKEY PARA REAÇÕES.....	105
QUADRO 5 – RESUMO DOS RESULTADOS DE TUKEY PARA COMPARTILHAMENTOS	106
QUADRO 6 - TIPOLOGIA DE COMENTÁRIO MONITOR EM RSO A PARTIR DO CONTEÚDO DAS MANIFESTAÇÕES ANALISADAS.....	119
QUADRO 7 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS MONITORES CATEGORIZADOS NA TIPOLOGIA PROPOSTA.....	120
QUADRO 8 - CARACTERÍSTICAS DAS INTERAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS BRASILEIRAS EM RSO.....	132
QUADRO 9 – CATEGORIAS PRESENTES NOS COMENTÁRIOS DE CADA INSTITUIÇÃO E RESPECTIVOS CLUSTERS EM CADA TIPO DE COMENTÁRIO	162

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO BIDIMENSIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO.....	47
FIGURA 2 – GEOGRAFIAS POLÍTICAS DAS DEMOCRACIAS POR KEANE	66
FIGURA 3 – FLUXOS DO DEBATE PÚBLICO EM DEMOCRACIAS MONITORADAS	93
FIGURA 4 – FLUXOGRAMA DA DISCUSSÃO TEÓRICA	96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RESÍDUOS PADRONIZADOS DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS.....	111
GRÁFICO 2 – DISTÂNCIA TEMPORAL DO COMENTÁRIO MONITOR PARA O POST...	114
GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS (VÁLIDOS)	122
GRÁFICO 4 – MÚLTIPLA CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS VARIÁVEIS	129
GRÁFICO 5 – SÉRIES TEMPORAIS PARA COMENTÁRIOS MONITORES POR INSTITUIÇÃO	156
GRÁFICO 6 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PALÁCIO DO PLANALTO	158
GRÁFICO 7 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES SENADO FEDERAL	158
GRÁFICO 8 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	158
GRÁFICO 9 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MDB	159
GRÁFICO 10 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PSDB	159
GRÁFICO 11 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PT	159
GRÁFICO 12 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES O ESTADO DE S. PAULO.....	160
GRÁFICO 13 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES FOLHA DE S.PAULO	160
GRÁFICO 14 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PORTAL G1.....	160
GRÁFICO 15 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES AGÊNCIA PÚBLICA	161
GRÁFICO 16 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MBL	161
GRÁFICO 17 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MÍDIA NINJA	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA PUBLICAÇÕES POR FANPAGE*	104
TABELA 2 – CORRELAÇÕES DAS INTERAÇÕES DIGITAIS POR FANPAGE	106
TABELA 3 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS POSTS POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	107
TABELA 4 – TIPOS DE COMENTÁRIOS POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	109
TABELA 5 – ESTATÍSTICAS DE AJUSTE DO MODELO ARIMA (1,0,0) PARA SÉRIE TEMPORAL.....	112
TABELA 6 – DIFERENÇA ENTRE DATA DO POST E DO COMENTÁRIO MONITOR	113
TABELA 7- DURAÇÃO DO MONITORAMENTO POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	115
TABELA 8 – FREQUÊNCIA E PERCENTUAIS DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS MONITORES.....	121
TABELA 9 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA CURTIDAS EM COMENTÁRIO MONITOR.....	124
TABELA 10 – RESÍDUOS PADRÕES DE DISTÂNCIA TEMPORAL DO COMENTÁRIO MONITOR.....	125
TABELA 11 – TIPO DE MONITOR POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO (N, % e RP)	127
TABELA 12 - RESUMO PARA MÚLTIPLA CORRESPONDÊNCIA	129
TABELA 13 – PERCENTUAIS DE OCORRÊNCIA DA TIPOLOGIA POR INSTITUIÇÃO A PARTIR DOS CLUSTERS LÉXICOS.....	163

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ESFERA PÚBLICA E ABUNDÂNCIA COMUNICATIVA DIGITAL.....	23
2.1 OS TEMAS POLÍTICOS DEBATIDOS NA E PELA SOCIEDADE.....	25
2.1.1 Institucionalização do debate público e centralidade da mídia no século XX	32
2.1.2 O produto do debate público: a opinião pública.....	39
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA NA ERA DIGITAL.....	48
2.2.1 Características de debates digitais contemporâneos e conversações em RSO ...	52
2.3 SOBRE O DEBATE DEMOCRÁTICO E A ABUNDÂNCIA COMUNICATIVA.....	58
3 DEMOCRACIAS MONITORADAS	61
3.1 O ESTÁGIO DE MONITORAMENTO DEMOCRÁTICO.....	63
3.2 CRISES DE LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICAS	72
3.3 AS INSTITUIÇÕES ON-LINE: TRANSPARÊNCIA E <i>ACCOUNTABILITY</i> DIGITAIS ..	78
3.4 OS CIDADÃOS ON-LINE E PARTICIPAÇÃO NÃO-INSTITUCIONALIZADA.....	85
3.4.1 O monitoramento individual como forma de participação on-line	89
3.5 SOBRE O MONITORAMENTO DEMOCRÁTICO INDIVIDUAL EM RSO	94
4 O MONITORAMENTO DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS PELOS CIDADÃOS VIA REDE SOCIAL ON-LINE.....	98
4.1 AS INTERAÇÕES DIGITAIS: ESTATÍSTICAS DE <i>POSTS</i> E COMENTÁRIOS.....	103
4.1.1 Publicações e interações por <i>fanpages</i>	103
4.1.2 Monitoramento por nível de institucionalização	108
4.1.3 Aspectos temporais do monitoramento em redes sociais on-line	111
4.2 AS MANIFESTAÇÕES MONITORAS VIA COMENTÁRIOS	116
4.2.1 Tipologia das manifestações monitoras	118
4.2.2 Fundamentos do monitoramento por nível de institucionalização	126
4.3 SOBRE OS RESULTADOS EMPÍRICOS DO MONITORAMENTO EM RSO	130
5 CONCLUSÕES	133
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES.....	148
APÊNDICE A – SOBRE AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS	148
APÊNDICE B – RESULTADOS DE TESTES ANALÍTICOS	154
APÊNDICE C – SÉRIES TEMPORAIS DE MONITORAMENTO POR FANPAGE.....	156
APÊNDICE D – <i>CLUSTERS</i> ALCESTE EM DENDROGRAMAS E GRÁFICOS AFC	157

1 INTRODUÇÃO

Esta tese parte da investigação de interações entre representados e representantes considerando a perspectiva teórica do filósofo político John Keane (2010; 2015; 2018) sobre um novo estágio das democracias contemporâneas, que passam a ser caracterizadas como monitoradas¹. Numa conjuntura de abundância comunicativa e crises de representatividade, estuda-se o comportamento dos brasileiros – enquanto monitores democráticos independentes – em redes sociais on-line (RSO), ao longo de um ano. O trabalho analisa como eles se manifestam a instituições que atuam em diferentes dimensões da democracia brasileira, estatais e sociais, e estão presentes nesses espaços comunicativos.

Define-se a democracia monitorada como “uma nova forma histórica de democracia, uma variedade de políticas e governo 'pós-eleitorais' definidos pelo rápido crescimento de muitos tipos diferentes de mecanismos democráticos e extraparlamentares de controle do poder” (KEANE, 2015, p.79-80). Já abundância comunicativa é o cenário de comunicação social contemporâneo que contempla um “sistema de dispositivos de mídia sobrepostos e interligados” (KEANE, 2015, p.2) e exacerba os fluxos comunicativos, inclusive com a esfera política. Ambos os conceitos estão correlacionados, uma vez que as alterações na comunicação e na democracia das sociedades foram registradas historicamente e de modo concomitante (KEANE, 2010; 2015; 2018).

Para Keane (2015, p. 23), há efeitos sociais e políticos dinâmicos da saturação de meios e formas de comunicação nas democracias representativas. Diante disso, o autor expõe a necessidade de investigações acerca da democracia sob novos aspectos e abordagens, inclusive metodológicas, que considerem essas mudanças de comunicação e representação. Assim, entre as justificativas deste trabalho, está a oportunidade de contribuição com a literatura ao se aplicar e testar empiricamente essa perspectiva, considerando aspectos contemporâneos da conjuntura política brasileira.

¹ Opta-se, portanto, por uma tradução livre de “*monitory democracy*” para “democracia monitorada” porque aqui tratamos do comportamento do monitor individual que se dirige às instituições sem conhecer, ainda, o conteúdo da manifestação. Como toda a discussão teórica tem como norte o monitoramento democrático e suas formas de expressão, defende-se de saída que monitorada é a expressão mais apropriada, o que também já foi feito por outros autores. Esse adendo inicial é necessário porque na obra “Vida e Morte de Democracia”, traduzida do inglês para o português, o conceito aparece como democracia monitória.

Aqui, isso é feito ao verificar o modo como os cidadãos têm explorado mecanismos e espaços de comunicação on-line para se manifestarem diante de e sobre entidades representativas – da sociedade e do Estado – que têm seus papéis democráticos consolidados. Tem-se como ponto de partida as seguintes questões: *As instituições representativas da democracia brasileira são monitoradas pelos cidadãos nas suas páginas em redes sociais on-line? O nível de institucionalização das entidades influencia no monitoramento cívico digital? De que forma os monitores independentes se manifestam, por meio de comentários nas publicações, a essas instituições no âmbito digital?*

Especificamente, o estudo volta-se a um recorte das manifestações públicas de opinião de cidadãos brasileiros direcionados a instituições democráticas que os representam nas esferas social e política, a saber: Presidência da República, Congresso Nacional, partidos, imprensa e novos movimentos sociais². Durante o desenvolvimento e consolidação da democracia liberal brasileira, essas instituições foram responsáveis por organizar o debate público, mediar e direcionar seus temas e fluxos entre sociedade e Estado. Com as mudanças estruturais na comunicação social, que comportam o surgimento de novos espaços para discussão sobre assuntos políticos, essas entidades adaptam-se à nova modelagem informacional e passam a atuar em diferentes âmbitos, inclusive nas plataformas e redes sociais on-line, aproximando-se dos cidadãos.

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é testar se há monitoramento das instituições democráticas brasileiras em redes sociais on-line e caracterizar o comportamento monitor a partir das manifestações dos cidadãos diante das publicações das instituições nesse ambiente de interação digital. Para tanto, são objetivos específicos: i) mensurar o volume e a intensidade do monitoramento individual dos cidadãos nas publicações de diferentes instituições democráticas brasileiras nas redes sociais on-line; ii) identificar quais os fundamentos do monitoramento digital expressos nas manifestações via comentários nessas publicações; e iii) comparar as manifestações dos monitores de acordo com o nível de institucionalização das instituições, apontando similaridades e particularidades desse comportamento por tipo de grupo de entidades monitoradas.

² Como será discutido nos capítulos teóricos, embora não seja formado por eleitos, entidades da sociedade que atuam como mediadoras do debate público democrático assumem funções importantes para os brasileiros também são consideradas instituições representativas neste trabalho.

Empiricamente, são selecionados comentários em publicações de páginas oficiais no Facebook, doravante “*fanpages*”. Foram selecionadas *ad hoc* 12 instituições brasileiras de diferentes dimensões de representação do Estado e da sociedade, que, convencionalmente, intermediavam o debate público democrático. Elas foram classificadas em diferentes níveis de institucionalização de modo comparativo, considerando também o âmbito de atuação dessas entidades. Considera-se que, numa sociedade, a “institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade”³ (HUNTINGTON, 1968, p.12). Em outras palavras, quanto mais elevada for a institucionalização de uma entidade representativa, mais claras e estáveis são as expectativas sociais em relação ao comportamento dela (MAINWARING; TORCAL, 2005).

Assim, neste trabalho, quanto maior o nível de institucionalização de um ator, mais inserido no âmbito do Estado ele está e maior o conhecimento social compartilhado sobre ele. Aqui, as instituições de maior nível de institucionalização são a *Presidência da República* (Palácio do Planalto), o *Senado Federal* e a *Câmara dos Deputados*, órgãos do sistema político brasileiro cujas funções são regidas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). São entidades representativas que compõem a dimensão do Estado e cujas funções e responsabilidades são conhecidas e compartilhadas por toda sociedade. Além disso, são compostas por representantes eleitos pelos próprios cidadãos. Na escala decrescente estão os partidos políticos, entidades de alto nível de institucionalização na democracia brasileira. O grupo aqui é representado por *MDB*, *PSDB* e *PT*, os três mais importantes partidos brasileiros, no que tange à representação democrática nas dimensões social e estatal⁴. Eles são, ainda, as três agremiações com as quais os brasileiros mais se identificam.

Alguns veículos tradicionais de imprensa, os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o portal *G1*, da Globo, compõem o grupo de baixo nível de institucionalização. São entidades da esfera social, mas empresas privadas, com interesses econômicos e pouca legislação sobre sua atuação. Portanto, por mais que suas funções e responsabilidades sociais sejam comungadas pela sociedade em geral, há maior instabilidade em suas ações do que aquelas instituições da esfera

³ “*Institutionalization is the process by which organizations and procedures acquire value and stability*”.

⁴ Ao se atentar à quantidade de filiados e congressistas, considerando a composição legislativa federal entre 2015-2018. Nas eleições de 2018, durante o desenvolvimento deste trabalho, isso se alterou e houve perda de cadeiras para os três partidos.

política, cujos processos são regidos por normas. Já os novos grupos e movimentos sociais – como o *MBL* e o coletivo *Mídia Ninja*, que surgem na era de abundância comunicativa digital e nas RSO – são exemplos de instituições de menor nível de institucionalização. Neste trabalho, a *Agência Pública*, iniciativa de jornalismo independente on-line, também compõe esse grupo, em oposição à mídia tradicional. Além de mais recentes, possuem muito pouco reconhecimento compartilhado na sociedade. Esses dois últimos grupos são considerados representantes da esfera pública por se constituírem entidades importantes na mediação do debate público liberal. O quadro a seguir resume tais informações sobre as instituições selecionadas.

QUADRO 1 – INSTITUIÇÕES SELECIONADAS PARA ANÁLISE⁵

Nível de Institucionalização	Dimensão	Instituições Democráticas
Muito alto	Estatual	ÓRGÃOS DO ESTADO COMPOSTOS POR ELEITOS - Presidência da República (Planalto) - Senado Federal - Câmara dos Deputados
Alto	Estatual-social	PARTIDOS POLÍTICOS - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - Partido dos Trabalhadores (PT) - Partido da Sócio-democracia Brasileira (PSDB)
Baixo	Social tradicional	MÍDIA E IMPRENSA CONVENCIONAIS - Jornal Folha de S. Paulo (Folha) - Jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) - Portal de notícias da Globo (G1)
Muito baixo	Novo social	NOVOS MOVIMENTOS NATIVOS DIGITAIS - Movimento Brasil Livre (MBL) - Mídia Ninja - Agência Pública

Fonte: elaboração própria.

Para compor o *corpus*, foram coletados, semanalmente, os dados de 01 de junho de 2017 a 31 de maio de 2018. O recorte de tempo é de um ano, para conseguir um volume consistente de manifestações publicadas e não concentrar a análise a um momento específico do contexto político. A coleta se deu por meio do aplicativo Netvizz (RIEDER, 2013), que usa a API⁶ da rede Facebook para raspagem dos dados.

⁵ O Apêndice A explica e dá informações sobre cada uma das instituições, bem como detalhes sobre as suas respectivas *fanpages*.

⁶ “*Application Programming Interface*”, que permite ao aplicativo acesso aos dados do Facebook via programação. Ressalta-se que, durante a elaboração desta tese, o Netvizz deixou de ter acesso ao API do Facebook em agosto de 2019, o que não abrangeu o período de coleta.

Escolheu-se um período não-eleitoral para não limitar a pesquisa empírica a um cenário marcadamente temático⁷ e porque na discussão de Keane (2010), importa o monitoramento do cidadão como nova forma de participação especialmente desvinculada do voto.

Ao todo, foram obtidos 60.898 *posts* publicados pelas instituições. Nelas, totalizou mais de 27 milhões de comentários, dos quais mais de 550 mil foram categorizados como manifestações monitoras, por, em seu conteúdo, dirigir-se à instituição que publicou o *post*, considerando-se os comentários feitos até uma semana após a publicação do *post*. A metodologia para realizar a análise textual dessas manifestações é a Análise de Conteúdo por meio de uma abordagem quantitativa e de métodos convencionais e automatizados (CERVI, 2019).

Esta pesquisa é conduzida por três hipóteses:

H1: As manifestações dos cidadãos nas fanpages institucionais tendem a ser monitoras. Para isso, testa-se empiricamente a perspectiva de Keane considerando como monitor aquele comentário que faz referência textual à instituição que publicou na rede social on-line. Ou se direciona diretamente à instituição monitorada, ou se manifesta sobre ela com os demais participantes naquela seção.

H2: As manifestações digitais tendem a se apresentar em maior volume de comentários monitores conforme o nível de institucionalização da entidade monitorada aumenta. Diante disso, busca-se verificar se o monitoramento manifesto nas redes sociais é explicado pelo nível de institucionalização.

H3: O conteúdo dos comentários monitores tem como fundamento as funções e atividades desempenhadas pelos representantes. Isso é testado ao se analisar o conteúdo dos comentários porque poder-se-ia considerar que as manifestações monitoras seriam embasadas na formação crítica dos cidadãos e na falta de confiança na representação democrática nos diversos âmbitos.

Considerando que há mudanças significativas nas formas tradicionais de representação e comunicação, sociais e políticas, advindas com a intensidade da conjuntura digital, justifica-se essa pesquisa pela relevância de se observar as interações entre representantes e representados nas plataformas on-line a partir das manifestações dos cidadãos às diferentes instituições que passam pelo atual estágio

⁷ Caso o período englobasse um semestre eleitoral, a análise poderia se enviesar por um período de disputa que tende a intensificar a participação dos indivíduos e das instituições na produção de conteúdo e de interações, além dos posicionamentos sobre o tema e não às instituições.

de monitoramento. Além disso, a crise de representatividade que as entidades democráticas enfrentam e a demanda dos cidadãos por maior participação não institucionalizada aproximam a conjuntura da proposta apresentada por Keane (2010; 2015).

Por sua vez, o Facebook foi escolhido por ser a RSO mais usada pelos brasileiros e um dos principais canais utilizados por eles para se informar sobre política. Além disso, o Facebook é um ambiente digital que representa a abundância comunicativa descrita por Keane (2015), tanto por reunir diversos agentes das esferas privada, pública e política, quanto por agregar diversos conteúdos, hipermídias e diferentes formas de acesso à plataforma, além de intensificar a produção de dados e fluxos comunicativos por meio da elevada interatividade estimulada nessa rede.

Como contribuição à área da Ciência Política, especificamente à subárea da comunicação e do comportamento políticos⁸, o trabalho investiga as manifestações dos brasileiros sobre instituições democráticas em RSO a partir de uma perspectiva teórica ainda não explorada para esse objeto de estudo. Também verifica o comportamento político on-line no que diz respeito às interações entre representados e representantes em diferentes níveis de institucionalização e áreas de atuação, diferenciando-se de demais pesquisas realizadas até aqui. Ademais, esta tese pretende contribuir com sua área de pesquisa do ponto de vista metodológico, ao compor um desenho que explora e reúne diferentes mecanismos para análise textual de publicações on-line⁹ e ao apresentar uma tipologia que caracterize as manifestações monitoras digitais em redes sociais.

Tendo posicionado a pesquisa a partir dessas considerações iniciais, esta introdução se encerra com a apresentação do trabalho, expondo a forma como ele foi redigido. Nos próximos parágrafos, resumem-se, principalmente, o percurso teórico construído como aporte e a estruturação dos capítulos.

O capítulo seguinte trata da consolidação da esfera pública e da relevância da comunicação em sua constituição. Indica-se a importância do debate público para construção da opinião coletiva que resulta na força política da sociedade, destacando

⁸ Para além da pertinência à linha de pesquisa do programa de pós-graduação no qual essa tese foi desenvolvida, ressalta-se que ela foi conduzida de forma tangente ao projeto de pesquisa “Opinião Pública e debate político na web”, desenvolvido no âmbito do grupo CPOP (www.cpop.ufpr.br).

⁹ Principalmente a análise de conteúdo automatizada, aplicando proposta recente apresentada para isso (CERVI, 2018; 2019). Procurou-se expor as estratégias metodológicas e analíticas empregadas aqui de modo a possibilitar sua replicação e aporte a outras pesquisas, além de apresentar uma tipologia para comentário monitor que pode embasar outros trabalhos.

principais vertentes teóricas sobre essa constituição. Nele, aborda-se como o debate público foi institucionalizado por meio da representação nas democracias ao longo do tempo, da modernização, do desenvolvimento e da complexificação social, e como a mídia passou a centralizá-lo ao longo do século XX. A partir disso, discorre-se sobre as mudanças estruturais da esfera pública a partir da comunicação digital. Da passagem do século XX ao XXI, tais alterações levaram a uma conjuntura de abundância comunicativa que contempla novas formas de participação e maior circulação de informações, o que resulta também em significativas alterações no debate público democrático, menos representativo e institucionalizado na contemporaneidade. O capítulo traz ainda resultados já registrados pela literatura que caracterizam debates políticos em âmbitos digitais, inclusive as conversações nas RSO.

O terceiro capítulo aprofunda-se na perspectiva de Keane sobre as democracias contemporâneas, que passaram pelas mudanças estruturais da esfera pública e modificaram também relações de representação e de organização do debate público, com consequências à organização da democracia representativa. Dadas as crises de representatividade, tem-se o monitoramento das instituições democráticas, descentralização do debate público e um exacerbamento dos fluxos comunicativos, menos institucionalizados. Além de debater sobre estratégias mais diretas de comunicação dada a demanda por transparência e *accountability* via plataformas online, aborda-se também como a perspectiva digital da democracia ampliou formas de participação direta dos cidadãos, como o monitoramento cívico. Por fim, defende-se a manifestação via comentários nas RSO como uma das formas desse comportamento monitor, ressaltando a escolha de classificar como monitoras as manifestações que se direcionam expressamente aos representantes na RSO.

Na sequência, o capítulo 4 é dedicado à análise empírica da pesquisa. Ao longo dele, também são retomados e detalhados aspectos importantes das estratégias e dos procedimentos metodológicos. As hipóteses e objetivos apresentados nesta introdução conduzem a análise sobre as interações digitais e o conteúdo das manifestações individuais nas *fanpages*. Observam-se características específicas das interações digitais obtidas por tais instituições nas publicações na rede social ao longo de um ano e o volume das manifestações monitoras. Diversas características são exploradas na comparação por nível de institucionalização, além

da apresentação de uma tipologia para o comentário monitor criada a partir do conteúdo manifesto nesses comentários.

Cada um desses capítulos foi redigido de modo a contemplar uma seção introdutória e uma conclusiva, a fim de facilitar a leitura e compreensão, situando o leitor. Ao fim, expõem-se as últimas reflexões e o capítulo de conclusões, que agrega alguns dos principais resultados da pesquisa. Nele, discute-se como o monitoramento via comentários em publicações institucionais se deu de forma mínima na RSO, dentro dos limites dos critérios estabelecidos para a pesquisa empírica. Também se discute como foi possível averiguar fundamentações distintas nas manifestações monitoras por grupo de instituições, ao se aplicar a tipologia proposta nesta pesquisa. A discussão final aborda o efeito do nível de institucionalização sobre o monitoramento das páginas, destacando como os partidos políticos foram os mais monitorados ao longo do ano analisado. Também se discute possibilidades de uma agenda de pesquisa diante da tese e as lacunas que podem ser preenchidas em estudos futuros.

2 ESFERA PÚBLICA E ABUNDÂNCIA COMUNICATIVA DIGITAL

Este capítulo discorre sobre a esfera pública e as características comunicativas que a estruturam. Não é objetivo fazer um apanhado histórico dos conceitos pertinentes ao debate público democrático, mas discuti-lo sob diferentes perspectivas, além de caracterizá-lo, indicando alguns de seus principais pressupostos normativos. Importa a essa tese abordar o debate público porque, aqui, estudam-se as manifestações individuais cidadãs a entidades que se institucionalizaram como representativas dos brasileiros na organização do debate democrático, oriundas e atuantes nas esferas sociais e políticas. Igualmente importante é destacar as evidências de como as mudanças em fluxos, participações e conteúdos desse debate têm efeitos nas relações democráticas. Como Keane (2010; 2015; 2018) relaciona a abundância comunicativa com alterações da relação da sociedade com a democracia, importa discutir teoricamente algumas concepções sobre a esfera pública democrática e sobre as alterações que ela vem sofrendo na conjuntura digital.

Ressalta-se que tratamos do debate público, suas dimensões e objetos, na perspectiva das liberais democracias representativas, nas quais o povo possui o poder soberano, mas institucionalmente exerce o controle final sobre o sistema político através dos atores políticos eleitos periodicamente. Assim, importa o debate público enquanto processo de formação da opinião pública, esta que se consolida materialmente nas eleições, mas também importa para a democracia enquanto ação política dos governados em momentos não eleitorais. Ganham relevância entidades e funções institucionalizadas para representar os cidadãos no âmbito da sociedade. Portanto, as reflexões que outros estudos fazem sobre as potencialidades da Internet e das redes sociais on-line para a viabilidade e concepção de outros modelos idealizados de democracias, como a deliberativa e a direta, não é pertinente, nem foco desta tese¹⁰.

Diferentes autores e teorias se dedicaram a estudar e propor definições e classificações sobre o debate que se dá na esfera pública democrática, levando a constituição de diferentes perspectivas normativas sobre ele (HABERMAS, 2003,

¹⁰ Cabe destacar que não se ignora aspectos relevantes da deliberação e participação para as democracias contemporâneas. Contudo, diante das diferentes vertentes teóricas e modelos sobre a democracia na literatura da Ciência Política, é relevante delimitar o que será considerado como normativo aqui.

1997; RAWLS, 1999; LUHMANN, 2005, 2009; GROSSI, 2007; NOELLE-NEUMANN, 1979; LIPPMANN, [1922], 2008; DEWEY, 1927). Por isso, o conceito “debate público” não é concretamente delimitado, nem definitivo. Alguns de seus pressupostos procedimentais o expõem, inclusive, como um fenômeno paradoxal, como os relacionados à liberdade de expressão, à publicização da opinião individual e aos limites dos interesses público e privado dos atores e instituições que participam do debate (RAWLS, 1999; HABERMAS, 1997; LIPPMAN, [1922], 2008; DEWEY, 1927).

Tradicionalmente, o debate público nas liberais democracias representativas comporta alguns principais agentes oriundos da sociedade e do Estado (KEANE, 2010). São, principalmente, instituições representativas como a Mídia e a imprensa, os partidos e o Congresso Nacional, agentes produtores de conteúdo e que foram institucionalizados como mediadores e organizadores do debate nas sociedades complexas. A participação ativa e mediadora no debate público é, inclusive, uma das responsabilidades desses representantes, pela influência na definição das agendas políticas, públicas e midiáticas (FUKS, 2000; GOULART, 2006). Contudo, dentro daquilo que se configura a comunicação social a partir do século XX, observam-se mudanças nessas atribuições e formas de participação. Por isso, voltamos esta tese aos fluxos comunicativos que compõem as interações, especificamente, entre os representados e seus representantes que atuam num ambiente central nas discussões contemporâneas no Brasil: o das redes sociais on-line (RSO).

Empiricamente, esta pesquisa se dedica a um recorte de um tipo específico de interação no debate contemporâneo, que se dá por meio de manifestações nas RSO via comentários destinados a instituições democráticas representativas. Por isso, toda a discussão apresentada neste capítulo é direcionada a se aproximar do nosso objeto de estudo. Assim, o capítulo tem como objetivo confrontar diferentes visões sobre o tema, conduzindo-se a uma reflexão teórica que ancore este trabalho nos estudos da área de comunicação política e opinião pública sem desconsiderar as limitações de aplicação no objeto empírico analisado aqui.

O capítulo está dividido em três principais tópicos. Primeiramente, define-se e se caracteriza o debate público, abordando aspectos históricos, mas também a centralidade assumida pela mídia, ao longo do século XX, para organizá-lo. Uma seção também se dedica a abordar a relevância democrática da opinião pública, enquanto produto do debate público, discorrendo sobre suas diferentes formas e relações com o campo político. O segundo subcapítulo apresenta as transformações

da esfera pública identificadas na era digital, o que será fundamental para compreendermos os limites, as potencialidades e especificidades do debate contemporâneo, que passa a incluir as conversações e manifestações que se dão em espaços digitais, como os das RSO. O capítulo se encerra com algumas considerações acerca das mudanças encontradas nas conversações e interações contemporâneas nesses ambientes digitais, já caracterizadas pela literatura.

2.1 OS TEMAS POLÍTICOS DEBATIDOS NA E PELA SOCIEDADE

Normativamente, conceitua-se o debate público como a troca de informações, ideias e opiniões, que se dá em um ambiente ou arena pública, em busca pela razão pública (HABERMAS, [1962] 2003, 1997; RAWLS, 1999; VETHENCOURT, 2013). Debate público também pode ser compreendido como a discussão coletiva acerca de temas de relevância pública¹¹, constituída de manifestações individuais ou coletivas, expressadas em um ambiente público (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995). Trata-se, portanto, de um processo de formação de uma opinião coletiva na sociedade (MATTEUCCI, 2000). Ele ocorre no âmbito da esfera pública e tem como produto a opinião pública (HABERMAS, [1962] 2003). Contudo, é um processo constituído por etapas e pressupostos mutáveis e transitórios. Por isso, cabe ressaltar sua complexidade e aspectos pontuais, como o fato de que não há um espaço fisicamente delimitado para se denominar como “esfera pública”. Também não são concretas as regras de participação e de manifestações dentro desse debate. O debate público se dá de maneira difusa e complexa, com múltiplas discussões, em diversos ambientes formais e informais, sobre diferentes temas e com a participação de distintos atores (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995).

Como será aprofundado ao longo do texto, consideramos que o debate público possui duas dimensões substanciais: a informativa e a participativa. É nesse espaço bidimensional que comportamentos dos agentes participativos e dos fluxos comunicativos podem ser estudados (CERVI, 2018). Participar do debate significa, então, criar e direcionar esses fluxos comunicativos, com conteúdos informativos ou opinativos sobre temas de relevância pública. Entretanto, participar do debate também

¹¹ Destaca-se que temas de relevância pública nem sempre são temas de interesse público como ressaltam Figueiredo e Cervellini (1995) ao definirem as manifestações da opinião pública na sociedade.

pode significar receber, consumir, consentir ou discutir diante desses conteúdos. Responder a ou redirecionar esses fluxos. A participação se dá, pois, de diferentes formas. Por isso, quando se estuda o debate público, deve-se considerar as características da sociedade e dos meios em que ele se desenvolve, como, por exemplo, toda a estrutura social, de circulação de informação e de consumo midiático pela sociedade (HABERMAS, [1962] 2003; KEANE, 1995, 2010, 2015; GROSSI, 2007; CERVI, 2018).

Uma das perspectivas teóricas mais referenciadas sobre o tema é a habermaseana. Inicialmente, Habermas (2003) define a esfera pública como o espaço, condicionado e estruturado histórico e socialmente, em que os cidadãos privados debatem de modo livre e público sobre cultura, política e religião. É nesse espaço virtual e acessível a todos, que as opiniões são formadas após a discussão pública sobre temas relevantes para os cidadãos. Seu surgimento¹² é notado na Europa no século XVIII quando se passam a discutir assuntos políticos fora das esferas do governo, como em salões e cafés, e sua consolidação se dá com o fortalecimento da sociedade burguesa liberal (HABERMAS, 2003).

Com o desenvolvimento social, o conceito de esfera pública se consolida como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p.92). Como expõe Gomes (2008, p. 35), em coerência com seu padrão ideológico, a esfera pública em Habermas “deve ser compreendida como aquele âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes à comunidade política se apresentam na forma de argumentação ou discussão”. A comunicação, portanto, exerce um papel central na constituição da esfera pública.

A concepção desse espaço virtual é embasada no princípio de publicidade, em contraposição àquilo que é privado. Trata-se do que é comum aos cidadãos numa sociedade. Assim, os temas que passam a pautar a conversa dos indivíduos, que se reúnem em ambientes públicos, são também de interesse público – primeiramente

¹² O modelo de vida pública anterior à consolidação da esfera pública burguesa é a esfera pública helênica, feudal. Segundo Gomes (2008, p.34) a mudança de um modelo a outro está relacionada à formação social que constitui a referência de expressão do debate, mantendo-se o paradigma ideológico de suas funções e atribuições enquanto esfera pública. Na esfera pública burguesa, os indivíduos são livres para formarem e expressarem suas próprias opiniões.

temas mais culturais, depois os políticos. Para que haja publicidade, é necessária a concepção de espaços em que se permita a livre manifestação de atores, individuais ou coletivos, interessados em debater os temas de interesse público. Âmbitos e iniciativas que promovam a cidadania.

Com a consolidação constitucional da esfera pública democrática e da participação política dos cidadãos¹³, registram-se esforços e institucionalização de ações, espaços e formas de debate público tanto na esfera política quanto na social. Os parlamentos, por exemplo, enquanto espaço do debate público representativo, institucionalizado na esfera política, passam a enfatizar a abertura de suas sessões aos representados, para simbolizar a publicidade de suas discussões e a proximidade da opinião pública com os representantes (HABERMAS, 2003, p.83)¹⁴. A imprensa, por outro lado, consolida-se como o espaço social de publicidade de temas de interesse público e passa a buscar representar a sociedade por meio de fontes e enquadramentos nas questões abordadas. Além disso, na dimensão social, constitui-se a sociedade civil, enquanto face organizada e politicamente ativa, por meio de movimentos e organizações representando diferentes interesses e causas.

Contudo, independentemente se via participação direta, mediada ou por meio de representação, a perspectiva habermaseana considera que o debate para formação da opinião social coletiva, além de se moldar pela publicidade, deve possuir determinadas características, que apresentam o modelo de debate público ideal como dialogal (HABERMAS, 1997). A noção de diálogo é relevante aqui, pois uma comunicação dialógica tem como pressuposto o fluxo interativo dual, tendendo à horizontalidade, sem relações de poder entre os participantes que direcionariam ou limitariam a comunicação do outro¹⁵. O caráter dialógico pressupõe o uso racional de argumentos e a contraposição de diferentes, e opositores, pontos de vistas sobre o assunto para que se alcance o consenso de modo intersubjetivo. Ou seja, por meio

¹³ Cabe ressaltar que nem todos os indivíduos em uma sociedade sempre foram considerados cidadãos. Isso varia de uma época a outra, às vezes restringindo os direitos políticos a pequenos grupos sociais.

¹⁴ A discussão sobre o debate público aprofundada aqui é embasada principalmente em “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”, obra em que o autor dá mais ênfase à institucionalização e as relações entre o público e o político.

¹⁵ Dentro dessa concepção, por exemplo, o conceito de comunicação dialógica é utilizado na área de relações públicas como a valorização por parte das instituições de ouvir e procurar compreender a demanda e a opinião pública diante delas (BURKART, 2007). Ao considerar este um valor para a ética institucional, mobiliza um esforço das organizações em desenvolver ferramentas e plataformas de comunicação com o público idealizando um diálogo entre a instituição e a sociedade ou determinados grupos dentro dela.

de uma troca de ideias, com base na argumentação e na reciprocidade. Desse modo, os argumentos expostos se mesclam, havendo ponderações entre os participantes e alterações ao longo do processo interativo na busca por entendimento.

Por sua vez, um debate que se caracterizasse como monológico buscaria a verdade subjetiva, existindo apenas um ponto de vista a embasar a discussão, em razões e princípios unilaterais. Neste caso, opiniões e argumentos divergentes acabam sendo ignorados e não se alteram as convicções iniciais dos participantes (HABERMAS, 1997). Portanto, no debate público habermaseano, a dimensão participativa considera um comportamento racional, direcionado ao bem comum e com disposição à compreensão da opinião diferente, até oposta. A racionalidade deixa de ser utilizada de forma instrumental para ser materializada estrategicamente na ação comunicativa. Na dimensão informativa, esse debate, apenas numa perspectiva normativa, considera indivíduos que tenham informações e opiniões sobre o assunto em discussão, bem como sobre seus problemas e soluções para eles. São as informações que cada participante possui que servirão de justificativas para defender seus argumentos e desconstruir os demais.

Rawls (1995) também caracteriza o debate que se dá na esfera pública como um debate liberal orientado pela busca da razão pública¹⁶, mas não o pressupõe enquanto diálogo, tampouco monólogo. Tanto Rawls (1995) quanto Habermas (1997) consideram a esfera pública enquanto local ideal de todas as discussões públicas: um ambiente permeado pela cultura da sociedade civil, onde os cidadãos apresentavam suas opiniões originais e, por meio da troca de ideias entre seus iguais, modifica-se ou não sua opinião e perspectiva sobre um tema. Assim, a cultura social – com suas múltiplas associações (incluindo grupos específicos e temáticos, como religiões e profissões) – influencia diretamente as discussões políticas e de ideias na sociedade. Como discorre Vethencourt (2013), Habermas (1997) e Rawls (1995; 1999) se diferenciam pelo *modus operandi* do debate. Enquanto o primeiro valoriza o agir comunicativo na sociedade, o segundo pressupõe, principalmente, uma situação de igualdade para possibilitar, via debate, a busca pela razão pública.

¹⁶ A definição de Rawls (1995) para “razão pública” aproxima-se do conceito de opinião pública ao ser caracterizada como a representação da razão do público sobre assuntos públicos, em prol do interesse público e de questões fundamentais àquilo que seria social justo. Portanto, trata-se da busca por uma razão que seja compartilhada, consensual. Seria a opinião pública embasada, coerente e racional.

Na perspectiva de Rawls (1999), há dois tipos de elementos constitucionais essenciais à cooperação social democrática sobre os quais deve haver acordo entre os cidadãos para que se viabilize o debate público ideal. O primeiro tipo é institucional, com elementos voltados às regras que estruturam o Estado e o processo político e regulamentam as formas de participação, como o processo para eleição de representantes. O outro é social, pertinente aos direitos e liberdades fundamentais aos cidadãos que devem ser respeitados. Neste segundo grupo, inserem-se as liberdades política, de pensamento e de expressão. Em coerência a esses princípios democráticos, e por serem racionais e razoáveis, os cidadãos devem estar dispostos a justificarem e embasarem seus argumentos, esperando que sejam ouvidos e aceitos (RAWLS, 1995).

Assim como a publicidade, a igualdade é, pois, um valor inerente à noção de debate público nas democracias liberais (RAWLS, 1999). É justamente ao considerar a configuração da esfera pública tal qual Habermas, enquanto lugar ideal do debate público, é que Rawls (1995) afirmará que o espaço se constituiu propício à existência de um verdadeiro omnílogo, no qual há equidade e liberdade de enunciação entre todos os participantes. Portanto, âmbito de manifestações de todos e com a possibilidade de que cada um, particularmente, construa uma opinião individual.

É nesse sentido que Rawls (1995) reforçará que não há como idealizar a existência prévia de diálogos, em um ambiente omnílogo, pois a discussão pode se alimentar apenas pelo uso da razão própria. Por outro lado, mesmo que o debate seja ineficaz, não progredindo, o mesmo não pode ser considerado monológico, porque não ignora a existência dos argumentos e das razões individuais e divergentes, que também estão sendo enunciados no mesmo ambiente. Para Rawls (1995, p.141), "os debates dos cidadãos podem, mas não precisam, ser razoáveis e deliberativos e são protegidos, pelo menos em regimes democráticos dignos, por uma eficaz lei de liberdade de expressão".

A questão que se coloca a partir da omnilogia em Rawls (1995) é a dificuldade de se constituir um debate em que se considerem todas as ideias e opiniões enunciadas, pelo grande volume de fluxos comunicativos que se constituiria em tal conjuntura. Assim, o excesso de participação tenderia a inviabilizar uma discussão política que progredisse ou alcançasse o consenso, por exemplo.

A perspectiva liberal é criticada por Luhmann (2009), por este autor compreender que ela acaba por simplificar a opinião pública, objeto resultante do

debate público, e não reconhecer sua função estruturante ao sistema político. Dadas as características comunicativas do debate, e a complexidade das sociedades, ele se mostra como um processo em contínua mutação. Para o autor, “a teoria liberal reconheceu, na verdade, o instável flutuar da opinião pública, mas não podia aprovar a sua instabilidade, nem conseguiu explicar e integrar a sua função; teve, por essa razão, de se entregar à esperança no progresso” (LUHMANN, 2009, p. 78). Nesse sentido, o debate que origina a opinião coletiva social é considerado muito mais complexo e poroso, dificilmente apreendido diante das proposições habermaseanas.

A discussão de Luhmann (2009) retira o debate público do seu estágio normativo e o problematiza à luz de questões empíricas na sociedade, que se constituem em uma série de variáveis que interferem no processo de formação da opinião coletiva social. Para o autor, a pluralidade das regras de atenção faz com que a opinião pública seja um produto aberto, sofrendo a influência de valores morais vigentes na sociedade, dos problemas cotidianos, de lógicas internas do sistema político e do sistema de comunicação, como as relações econômicas. E isso, necessariamente, não fará com que haja consensos e discussões e conversações que se dão na esfera pública. Internamente, o sistema permite que as unilateralidades das diferentes visões de mundo sejam reequilibradas e assim sejam possíveis as captações de atenção. Para Luhmann (2009), a opinião pública é, pois, permanentemente aberta, impossível de ser considerada um produto sólido e estável, resultado de um debate delimitado. Isso só seria possível no interior de pequenos sistemas, sendo impossível ao debate que originam a opinião pública nas democracias.

Destaca-se a importância dada por Luhmann (2009) à tematização no debate público. Para o autor, mais relevante que o processo e o formato do debate é o tema que estará em evidência e que pautará a discussão pública. Isso ganha destaque, principalmente, por a opinião pública ser a orientação do sistema político democrático. Luhmann (2009) destaca que os temas não direcionam nem determinam diretamente o conteúdo das opiniões sobre eles, mas servem, sobretudo, para captar a atenção. Uma vez que as regras de atenção – despertadas pelos temas debatidos – são fundamentais, diante das limitações e escassez da atenção individual e coletiva, isso pode tornar o processo vulnerável à ação de determinados atores. Comprometendo, portanto, os ideais de publicidade e igualdade evidenciados para a participação no debate na esfera pública.

Ao encontro de Luhmann (2009), Livingstone e Lunt (2001) destacam que a abertura à participação de todos na esfera pública e a mediação pelos meios de comunicação de massa fazem com que o debate democrático se distancie dos pressupostos normativos habermaseanos. Para estes autores, é mais apropriado considerar modelos alternativos de esfera pública que comportem disputas baseadas em conflito e oposição, até mesmo a radicalização. Por sua vez, Young (1996) destaca a dificuldade de se esperar um debate progressivo em um público muito heterogêneo, como as sociedades complexas e democráticas comportam. A autora ressalta que dadas as diferenças entre os participantes, nem a retórica nem o embasamento poderão ser suficientes se não houver disposição do outro em escutar.

Por isso, neste trabalho, consideramos as perspectivas de Habermas (1997) e Rawls (1995; 1999) sobre o debate público como normativas. Ambas são relevantes para a compreensão da atuação política dos cidadãos nas democracias liberais, mas suas respectivas definições sobre o debate em busca pela razão pública, na esfera pública, constituem-se modelos ideais. Ainda que se idealize essa perspectiva como projeção do debate público, torna-se difícil comprovar sua aplicação empírica, especialmente ao se considerar o modo como, na contemporaneidade, configura-se a esfera comunicativa entre os cidadãos e o campo político em suas dimensões participativa e informativa.

Tais considerações também importam para embasar a relevância de institucionalização da representação, buscando aplicar os valores e ideais e viabilizar o debate público democrático, eficaz. Isso porque há espaços, geralmente os mais formais e institucionalmente mediados, em que há uma maior aproximação do modelo idealizado, e nos quais algumas de suas regras são possíveis de serem aplicadas e verificadas. Há outros, geralmente mais sociais e abertos à participação sem muita regulamentação, em que se verifica um maior distanciamento do modelo. Debates e conversações cotidianas sobre temas de interesse público em ambientes digitais investigados e caracterizados tendo como parâmetro os pressupostos normativos já foram registrados pela literatura e serão discutidos adiante. Aqui, destacam-se as consequências das mudanças registradas na esfera pública que interferem na concepção e caracterização do debate em suas diversas manifestações.

O fortalecimento da esfera pública permitiu a constitucionalização de ações privadas dos cidadãos como os direitos à liberdade de opinião, de expressão, liberdade de associação e de reunião para realização do debate público. Além da

liberdade de imprensa, que possibilitou a veiculação em grande escala de opiniões publicadas. Também se institucionalizou sua função política, como o direito ao voto. Contudo, concomitantemente com o desenvolvimento da sociedade e expansão da complexidade da esfera pública, mudanças foram registradas, como o distanciamento das práticas e interesses sociais dos valores liberais.

Além disso, questões e mudanças no que diz respeito à representação política e social devem ser consideradas, pois também interferem nas dimensões participativas e informativas do debate público. Isso será retomado ao longo do trabalho, até aproximação da perspectiva de Keane sobre a abundância comunicativa e as características de monitoramento das democracias contemporâneas. Antes, no entanto, também é relevante discorrer sobre como a mídia passou a centralizar a organização do debate público ao longo do século XX. É o que se aborda no subtópico a seguir.

2.1.1 Institucionalização do debate público e centralidade da mídia no século XX

Âmbito do debate público, a esfera pública se torna, pois, o espaço intermediário entre os cidadãos e o Estado e passa a ser relevante nas democracias, uma vez que é nela que se forma a opinião pública. A urbanização, o desenvolvimento e, conseqüentemente, a maior complexidade das sociedades modernas, fizeram com que determinadas instituições e espaços fossem criados e evidenciados para contemplar o debate público, cujas dinâmicas se alteram. Da passagem da sociedade burguesa a esse novo contexto, por exemplo, a participação deixa de ser direta e passa a se dar de modo mediado e por meio da representação. A concepção da esfera pública é então atualizada e passa-se a considerá-la mais plural e diversa, tendo sua formalidade registrada na composição dos parlamentos, mas também expressa por meio de outras esferas públicas informais, relevantes para o diálogo com o Estado, e instituições mediadoras, como a imprensa e partidos políticos (HABERMAS, 1997).

A esfera pública também pode ser definida como o “campo de formação de opinião e de influência nos processos de elaboração de leis e de diretivas de governo” (CARDOSO, 2018, p. 62). Nas liberais democracias representativas, a esfera pública é, pois, composta pelos três poderes do Estado; pelo sistema partidário; pela mídia enquanto empresas de comunicação social e pela sociedade civil, que representa as

ações e os movimentos organizados dos cidadãos (SORJ, 2015; KEANE, 2010). Aqui, cabe destacar que, historicamente, a institucionalização da democracia brasileira é permeada por avanços e retrocessos em relação à representação, participação e cultura política. A democracia foi reestabelecida no país há poucas décadas, após um lento processo de queda de legitimidade e enfraquecimento do regime anterior, além de forte participação dos movimentos sociais (FILGUEIRAS, 2018).

Como já apresentado, a opinião pública surge como a crítica e o controle por parte de um corpo público de cidadãos em relação ao Estado. Garante legitimidade. Formalmente, ela se consolida nas eleições periódicas, instituição do sistema representativo. Informalmente, é construída nas discussões públicas do cotidiano. Aqui, interessa discorrer sobre a institucionalização dessas discussões. Trata-se especialmente da constituição da sociedade civil, enquanto organização da sociedade em grupos e respectivas funções no relacionamento com o Estado, e do papel da mídia, que se consolidará como instituição central na organização do debate público no decorrer do século XX, pela capacidade de comunicação em larga escala e processos de agendamento.

Instituições são importantes para sociedades complexas e com maior heterogeneidade de grupos, interesses, valores e ideológicas porque se materializam independentemente daqueles grupos que os originaram e permitem a consolidação e a continuidade de sistemas, como o político e o eleitoral (HUNTINGTON, 1968). Resultam da adoção de referências normativas que passam a ser impostas a comportamentos e processos, além de serem constituídas por práticas conhecidas, repetidas e largamente acatadas por uma sociedade. Garantem estabilidade e legitimidade (CARDOSO, 2018).

Por isso, é importante refletir sobre as mudanças estruturais da esfera e debate públicos junto à institucionalização e alterações históricas da representação democrática em diversas dimensões (MANIN, 1997; KEANE, 2010). Nas democracias liberais, a comunicação entre sociedade e Estado começa a se estabelecer de forma organizada no âmbito da sociedade por meio dos partidos e da organização dos movimentos sociais. São entidades oriundas da sociedade, mas que permeiam e atuam dentro do âmbito do Estado e são relevantes para a organização da representação política (HELD, 2006; CARDOSO, 2018).

Os partidos políticos, por exemplo, são multifacetados e atuam em várias arenas, buscando diferentes objetivos, como mobilização, recrutamento e disputa de

poder. Manin (2013) indica que em algumas áreas e questões os partidos perderam força ao longo das mudanças pelas quais os governos representativos passaram nas últimas décadas, o que pode ser verificado em relação à identificação e fidelidade partidárias. Mantêm-se forte, por outro lado, em atividades que são restringidas a eles, como por exemplo na atuação parlamentar. No caso do Brasil, por exemplo, só é possível registrar candidatura a uma vaga política via partido. Além disso, em disputas políticas, os partidos ainda são utilizados pelos cidadãos como importantes atalhos cognitivos para tomarem suas decisões.

Já em relação aos movimentos da sociedade, Sorj (2015, p.13) ressalta que a organização social ao longo do século XX é registrada no acúmulo de “três ondas sucessivas, que se influenciam mutuamente” na América Latina. A primeira se expressa com o surgimento dos sindicatos de trabalhadores e empregados, associações de profissionais liberais, empresários e estudantes. Tais entidades representam a organização civil “por meio de movimentos sociais constituídos em torno da afinidade de interesses a partir do lugar que as pessoas ocupam no mundo do trabalho. São organizações que aglutinam grandes grupos” (SORJ, 2015, p.13).

A segunda onda registra a criação de organizações não governamentais, que se expressam na esfera pública a partir da década de 1970. Primeiramente, contra governos autoritários e, depois, por pautas temáticas, como direitos humanos, ambientais, dos animais e de identidades. Esta onda relaciona-se a movimentos sociais, identitários ou universalistas, cujas demandas são pontuais e suas ações se legitimam “pela relevância dos valores que defendem” (SORJ, 2015, p.14).

Por sua vez, a terceira onda, “ainda em processo de formação, está constituída por mobilizações que encontram no ciberespaço” (SORJ, 2015, p. 13). O autor diferencia essas mobilizações em três principais grupos de atual digital: i) os *hackers*; ii) grupos constituídos off-line, mas que exploram o ciberespaço para informação e mobilização; e iii) os ativistas produtores de conteúdo virtual (Idem). Nesta nova configuração, inserem-se novos movimentos sociais voltados para a mobilização e discussão política na rede, são exemplos no Brasil o coletivo Mídia Ninja – criado em 2013 para cobertura midiática alternativa das manifestações de rua pelo país – e o Movimento Brasil Livre (MBL) – criado em 2014 para mobilização on-line e de rua para pedir o impeachment de Dilma Rousseff –, ambos incluídos no *corpus* empírico deste trabalho. O Mídia Ninja e MBL representam essa reunião de cidadãos

não por identidade, mas tendo como norte uma unidade temática compartilhada por aqueles que os apoiam.

No Brasil, a Mídia é central para a organização do debate público, viabilizando a comunicação entre a esfera política e as sociais (GOMES, 2004; LIMA, 2001). Por isso, é relevante e recorrente o debate sobre a pluralidade temática e ideológica das empresas de mídia, o que, conseqüentemente conduz a disputas acerca de mudanças ou manutenção da legislação que dá acesso aos meios de comunicação social no país (GOULART, 2006). Do mesmo modo, empresas e forças políticas e econômicas que acabam por centralizar e controlar o acesso à Internet também passam a ser questionadas pelos grupos que pleiteiam a democratização dos meios de comunicação na contemporaneidade (SILVEIRA, 2014).

É a partir dessa atuação dos meios de comunicação que o debate público na esfera social passa a se organizar midiaticamente, enquanto na esfera política a participação dos cidadãos se dá, principalmente, por meio da representação no poder legislativo. A mídia de massa, por exemplo, torna-se a principal mediadora da comunicação na esfera pública, por meio do jornalismo e do entretenimento, atuando amplamente na constituição cultural das sociedades e organizando o debate público (LIPPMANN, 2008). O parlamento, por sua vez, mantém-se representante do debate público, institucionalizando-o no âmbito do Estado nas democracias liberais (KEANE, 2010; HABERMAS, 1964). No Brasil, temos um congresso bicameral, composto pelo Senado Federal, cujos parlamentares representam os estados da federação, e a Câmara dos Deputados, cujos componentes representam o povo brasileiro (BRASIL, 1988). Quando eficientes, suas atuações geram estabilidade e confiança na representatividade.

As instituições políticas são relevantes para a consolidação do sistema democrático porque representam a manifestação comportamental do consenso moral e do interesse mútuo nas sociedades (HUNTINGTON, 1968, p.10)¹⁷. Ressalta-se que isso diz respeito tanto às instituições políticas como as sociais. O papel desempenhado pela mídia e pelas instituições representativas na dimensão informativa do debate público, inclusive na era digital, será aprofundado ao longo do texto. Até aqui, destaca-se que, ao se comparar a mídia e o parlamento, temos dois âmbitos institucionalizados do debate público, mas um oriundo da sociedade e outro

¹⁷ *“The institutions are the behavioral manifestation of the moral consensus and mutual interest”.*

do Estado, respectivamente. Esta configuração importa para a compreensão da delimitação do objeto empírico deste trabalho e a concepção dos diferentes níveis de institucionalização das *fanpages*, cujas interações serão analisadas.

Cabe ainda ressaltar o papel da imprensa, uma das dimensões de atuação da mídia, esta que também abarca outros tipos de conteúdo e gêneros comunicativos, como o entretenimento e a propaganda. Destaca-se que o jornalismo é tido como um dos principais agentes democráticos institucionalizados para mediar o debate público nas sociedades complexas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; SCHUDSON, 2008a).

Segundo Schudson (2008a), o jornalismo é uma instituição representativa que viabilizou o funcionamento do sistema democrático. De acordo com o autor, há algumas funções democráticas que foram destinadas ao jornalismo: a de informatividade (pelo jornalismo levar aos cidadãos informações relevantes); a de investigação (especialmente desenvolvida a partir do acesso a fontes e informações primárias governamentais); a de desenvolvimento de empatia social (já que ele aproxima os cidadãos de realidades distantes das deles, contribuindo para que eles se coloquem e compreendam outras visões de mundo); o caráter de fórum público (colocando-se como espaço mediador de diálogo entre cidadãos e diferentes grupos); a de mobilização (uma vez que a defesa por determinado grupo ou política pública pode contribuir para a mobilizar as pessoas a também defenderem tal perspectiva). O jornalismo é institucionalizado, portanto, como um relevante mediador do debate público democrático.

Pode-se ainda dividir o jornalismo em diferentes fases a partir das mudanças ocorridas no espaço público. Nos séculos XVII e XVIII, a imprensa se caracterizava por uma economia simples, com base na produção artesanal, muito semelhante ao livro. Já no fim do século XVIII e meados do XIX, a imprensa se dedica aos conteúdos literário e político, este principalmente com um texto mais crítico. Sem muitos recursos econômicos, os jornais eram principalmente comandados por escritores, políticos e intelectuais (PENA, 2012). Essas eram as publicações debatidas na esfera pública burguesa, que segundo Habermas (1962), possibilitava um debate crítico e racional da sociedade sobre os temas públicos.

Por sua vez, na segunda metade do século XIX, começa a se desenvolver a imprensa de massa, com a profissionalização dos jornalistas e a utilização da publicidade como forma econômica de viabilizar o jornal como empresa. Com a consolidação da mídia impressa na transição do século XIX ao século XX, a esfera

pública explorava jornais impressos, revistas e livros para circulação das informações e ideias, sendo essas as formas de manifestação e expressão da sociedade nesse período (PENA, 2012).

Com isso, no início do século XX, predominavam-se os meios de comunicação industriais, como os jornais impressos. Nesta época, havia menos espaços institucionalizados de participação, tanto para a prática cidadã quanto para o debate público. Conforme aumentam os espaços de participação e os conteúdos aos quais a população tem acesso, mais informações passam a circular também na sociedade (GROSSI, 2007). Já a partir dos anos 1960, com o desenvolvimento da comunicação eletrônica, especialmente televisiva, o jornalismo industrial passa por uma nova fase. Economicamente, a imprensa se torna cada vez mais monopolizada por pequenos grupos, diminuindo, portanto, a heterogeneidade da representação pública, paradoxalmente ao desenvolvimento da complexidade social. É nesse contexto que começa a se consolidar a galáxia midiática que será base da abundância comunicativa para Keane (2010; 2015).

Próximas à percepção de Lippmann (2008) acerca da influência e da responsabilidade do jornalismo sobre a orientação da formação da opinião pública, outras perspectivas teóricas sobre os efeitos da comunicação midiática sobre o debate público também se desenvolveram e se modificaram ao longo do século XX. Há de se considerar que, inicialmente, os estudos sobre os efeitos consideraram a comunicação individual, intencional e seus processos como assimétricos e episódicos (BORAH, 2015).

Na superação desse paradigma, passou-se dos efeitos de mudanças a curto prazo, para os entendidos como consequências de longos períodos. É a partir dessa mudança que a mídia passa a ser vista como responsável por uma função de construção da realidade (WOLF, 2012). Depois, novas teorias se consolidaram, considerando aspectos da produção e dos efeitos dos conteúdos midiáticos, como o caso da teoria da agenda (MOY; JOHNSON, 2015; GROSSI, 2007; BORAH, 2015). Em comum, todos evidenciam a importância e centralidade da mídia e da imprensa em influenciar o processo de formação da opinião pública. O que Keane (2015) irá debater é justamente a queda dessa influência no cenário contemporâneo por conta entre outras coisas, das alterações nas relações representativas.

Segundo Luhmann (2005; p.171), a função dos meios de comunicação estaria localizada justamente na representação da esfera pública. Para o autor, a esfera

pública está condicionada a descrever os demais sistemas sociais e seus limites. Para indicar sua complexidade, especifica que ela está aberta à participação (não obrigatória) de todos os subsistemas da sociedade (todos os cidadãos, que são complexos, comportam próprios sistemas e suscetíveis a outras tantas variáveis) e acaba por representá-los por meio de construções da realidade, não se individualizando aos participantes.

Os meios de comunicação agem como representante desse complexo sistema e, com isso, acabam atuando na transparência da realidade, mas também contra ela ao simplificá-la. Quanto mais representativa da esfera pública a mídia tenta ser, mais distante da sua realidade ela se torna (LUHMANN, 2005). No jornalismo, por exemplo, isso se tornou comum pela expansão do investimento na cobertura de acontecimentos em detrimento da abordagem de problemáticas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004) e no formato industrial de produção do noticiário.

Habermas (1964, p.53) também indica e debate as mudanças estruturais pelas quais passou a esfera pública burguesa ao se distanciar de seus valores iniciais, fundamentais e liberais. Segundo o autor, a imprensa se manteve como instituição representativa do público, atuando como mediadora e intensificadora do debate. A imprensa burguesa de caráter opinativo representou a defesa da esfera pública pelo destaque a posicionamentos e opiniões no jornal, bem como a defesa pelas liberdades individuais como a de opinião. Representava a capacidade do público em promover um debate crítico e racional. Contudo, após a institucionalização da participação política da esfera pública, a imprensa passa ao modelo comercial e a defender interesses privados e econômicos, atuando na lógica da indústria cultural. É neste sentido que Habermas (1964), criticará as mudanças na esfera pública, como uma espécie de “re-feudalização”, em que a participação da massa fica condicionada aos interesses privados de determinadas forças políticas e empresariais. Ao invés de se pautar pela liberdade e igualdade dos participantes, por um lado acabam por excluir a massa das decisões, por outro, buscam apoio por meio do que seria uma abertura aparente à participação.

A institucionalização de representação nessas funções, leva a outras reflexões. Para Lippmann (2008), se não há qualidade no debate público, isso não é responsabilidade do cidadão, que participa enquanto componente da massa social, mas da elite que promove esse tipo de conhecimento na sociedade. A crítica de Lippmann (2008), no início do século XX, voltava-se principalmente aos jornais,

ressaltando a relevância da dimensão informativa do debate público e o jornalismo enquanto instituição social responsável por retratar a realidade à sociedade.

Pertinente a isso, há também a crítica ao desenvolvimento e crescimento das atividades de relações públicas e da propaganda no século XX, que acabam desenvolvendo estratégias de visibilidade midiáticas para interesses privados e conquistando aclamação do público de modo superficial, ao passo que essa comunicação social se distancia de um processo de discussão nas bases. Decisões e posicionamentos passam a corresponder a interesses particulares, muitas vezes conflitantes. Assim, a participação na mídia torna-se um campo de competição e conflito, em busca de visibilidade (GOMES, 2008).

Por mais que sejam criados os partidos e movimentos sociais como instituições representativas democráticas e mediadoras do debate público, cabe ressaltar aqui como, no século XXI, registra-se um novo cenário de comunicação social dentro da era digital, em que mudanças de circulação de informações e participações são verificadas em grande escala. O jornalismo não possui mais a exclusividade da informação, tampouco a mídia a centralidade para gerir a circulação das informações, políticas e culturais. Com a ascensão da Internet, aumenta-se a perspectiva de pluralidade da dimensão informativa do debate público. Novas estratégias, formas e plataformas digitais podem ser exploradas pelas instituições para promover transparência e *accountability*. Essas discussões serão retomadas no capítulo seguinte, antes, passa-se a abordar o produto desse debate público. Assim, o tópico a seguir é dedicado ao fenômeno da opinião pública, indicando seu papel para a comunicação e relacionamento entre Estado e sociedade para além do período de eleição dos representantes.

2.1.2 O produto do debate público: a opinião pública

A opinião pública representa a opinião coletiva da sociedade, sendo o produto resultante do debate público. Nas democracias liberais, a opinião pública representa a força e a ação política dos cidadãos, que se manifestam, expressam-se, agem e reagem perante o Estado. A "opinião pública tem por função permitir a todos os cidadãos uma ativa participação política, colocando-o em condições de poder discutir e manifestar as próprias opiniões sobre as questões de geral interesse" (MATTEUCCI,

2000, p.843-844). Tendo caracterizado o debate da esfera pública liberal enquanto normativo no início deste capítulo, aquela conceituação da opinião pública enquanto produto desse debate, conseqüentemente, também será considerada como um modelo ideal. Aqui, passaremos a discutir o conceito e sua aplicação empírica em diferentes abordagens.

Objeto de estudo de diferentes áreas, especificamente, para a comunicação política, interessa a análise da opinião pública em investigações dedicadas ao seu processo de formação; aos efeitos da comunicação midiática sobre ele; bem como sobre os efeitos das manifestações da opinião pública sobre o campo político (MOY; JOHNSON, 2015). Historicamente, o interesse pelo estudo da opinião pública se expandiu com o desenvolvimento das pesquisas de opinião, que registram respostas do público a perguntas específicas via questionários (*surveys*), método que surgiu na década de 1930 nos Estados Unidos para apreensão das opiniões individuais dos cidadãos (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995). Por mais significativas que tais sondagens se tornaram para o avanço das pesquisas na área – especialmente do ponto de vista empírico para a ciência política – elas não podem ser confundidas com a própria definição de opinião pública, dada a complexidade deste fenômeno (GROSSI, 2007).

Childs (1940, p. 43), por exemplo, reforça a possibilidade de mensurar empiricamente a opinião social coletiva, afirmando que o conceito opinião pública sempre será uma referência a uma coleção de opiniões individuais, e não a algo abstrato¹⁸. Ainda que objetiva e delimitada, essa concepção genérica não especifica como as opiniões são formadas e o caráter coletivo dessa formação, como a discussão sobre a esfera e o debate público até aqui mostrou. Mesmo aqueles que definem a opinião pública como a soma de opiniões individuais especificamente sobre temas políticos – de interesse público, portanto – acabam recebendo ressalvas. Isso porque essa definição acaba reconduzindo à interpretação estereotipada de que as sondagens definem o que é a opinião pública por si só.

Sedman (1932, p. 340), por sua vez, definiu a opinião pública como “uma força ativa ou latente derivada de um composto de pensamentos, sentimentos e impressões individuais, cujo composto é ponderado pelos diferentes graus de influência e

¹⁸ “Public opinion always refers to a collection of individual opinions, not to some mystical entity that is floating about in the atmosphere over our heads”.

agressividade das opiniões separadas dentro do agregado”¹⁹. Esta definição é relevante por Sedman (1932) dar importância às manifestações individuais à opinião coletiva, mas não a reduzir a uma simples soma das opiniões particulares, destacando, inclusive, diferentes pesos na sua formação. Como se discute aqui, a opinião pública é um objeto de estudo muito mais complexo, cujo processo de formação é importante e envolve diversos atores e esferas, não podendo ser diminuído às respostas dadas por cidadãos sobre determinado tema de interesse público – por mais importante que essa mensuração seja para o estudo do processo.

Já Lippmann (2008) reforçará a opinião pública como uma opinião coletiva socialmente resultante de uma interpretação enviesada da realidade. Para o autor, as pessoas discutiam e formavam sua opinião a partir das informações que tinham sobre um “pseudoambiente”, criado e condicionado pela atuação do jornalismo. Lippmann (2008) reforçava que o cidadão comum não era capaz de apreender, informar-se e opinar sobre a realidade social e os temas públicos por si só e por isso dependia da mediação dada pela imprensa. Assim, a opinião pública, da massa, era uma força condicionada e coordenada pela elite política e social, especializada nos assuntos públicos, que mantinham o acesso às informações e a capacidade de trabalhar com elas.

Essas são algumas das abordagens e definições que buscam definir a opinião pública no início do século XX, já no cenário da comunicação de massa industrial das sociedades modernas. Independente da perspectiva teórica, a definição sobre a opinião pública perpassa alguns aspectos principais e comuns: a formação a partir de um debate público, por meio de expressões públicas da opinião individual sobre temas que sejam de interesse público (FIGUEIREIDO; CERVellini, 1995). Contudo, há diferenças significativas na forma de apreender a definição, a função e o papel da opinião pública por alguns dos principais autores que se dedicaram ao tema ao longo do século XX, período em que se consolidaram as teorias sobre o conceito (GROSSI, 2007).

Assim, considerando que alguns trabalhos já tenham se dedicado a revisitar teoricamente o surgimento e as diferentes abordagens clássicas do conceito de opinião pública (SEDMAN, 1932; CHILDS, 1940; NOELLE-NEUMANN, 1979;

¹⁹ “Public opinion, for us, is an active or latent force derived from a composite of individual thoughts, sentiments and impressions, which composite is weighted by the varying degrees of influence and aggressiveness of the separate opinions within the aggregate”.

GROSSI, 2007; CERVI, 2010; SÁ, 2012; FIGUEIREDO; CERVellini, 1995), a discussão neste capítulo considera os avanços teóricos que passam a abdicar definições normativas e clássicas sobre a opinião pública, para abordar o conceito de maneira mais complexa e analítica, na comunicação entre representados e seus representantes.

Como já colocado, a opinião pública nasce como um fenômeno da democracia liberal, ao permitir que a sociedade se mantenha ativa politicamente desvinculada do Estado. Do ponto de vista do cidadão, os ideais liberais geram possibilidades para o homem de escolher, expressar e disseminar seus valores, morais e políticos. Assim, nas democracias, a opinião pública representa a comunicação entre a sociedade e o Estado. Sua força política poderá variar de acordo com a estrutura social, o tipo de debate público desempenhado e as relações possíveis de acordo com o sistema de governo vigente. Quanto mais independente do Estado for, mais a opinião pública será um processo que representa politicamente os cidadãos e de forma coletiva (MATTEUCCI, 2000).

A opinião pública exerceu funções e se moldou de formas distintas nas sociedades democráticas, de acordo com o modelo vigente. Ao tratar das “democracias de assembleia”, por exemplo, Keane (2010) ressalta o início da vida democrática como a instituição do autogoverno. Por meio de uma assembleia de iguais era possível debater e tomar diretamente decisões de governo. A assembleia pode ser considerada a “esfera pública” da época, constituindo-se o tipo de debate público vigente e, conseqüentemente, as decisões tomadas ali representavam a opinião pública. Em espaços privilegiados como as assembleias, onde todos os iguais tinham voz, era possível uma democracia direta. Neste contexto, a opinião pública é compreendida como a opinião daqueles iguais que se reuniam publicamente, para o debate sobre temas de interesse público. Somente neste desenho de participação é possível considerar a deliberação, como característica do debate público, interessado e responsivo. Nessa perspectiva, a opinião pública é intensamente ativa, participando diretamente das decisões políticas (KEANE, 2010; HELD, 2006).

Entrando em crise a forma direta de democracia diante do desenvolvimento e novas complexidades sociais, desenvolvem-se as democracias representativas, cria-se o Estado e a burocracia, institucionalizam processos visando estabilidade, previsibilidade e legitimidades políticas (CARDOSO, 2018). Nesta nova era democrática, o paradigma vigente é o governo de representantes e a opinião pública

exerce principalmente a função de eleger e legitimar seus representantes. Em democracias representativas, os meios de comunicação começam a intermediar não só o debate público, mas também a relação entre a opinião pública e o governo.

Como discorremos no tópico anterior, a comunicação midiática assumiu a centralidade do debate na sociedade e no papel mediador dela com o Estado. As proposições de Keane (2010) são importantes neste trabalho porque é a partir dessa perspectiva histórica sobre as mudanças nas democracias que o autor concebe o conceito de democracia monitorada, cerne nesta tese e aprofundado no segundo capítulo.

Conforme as democracias evoluíam, modificavam e se tornavam mais complexas, as concepções sobre o que é, para que serve e o que faz politicamente a opinião pública também se alteraram. Crespi (1997), por exemplo, diferencia o papel da opinião pública em governos democráticos a partir de perspectivas teóricas elitistas e populistas. Em perspectivas elitistas, a opinião pública tende a ser considerada mais desinteressada e manipulável, colocada numa condição passiva, sem a capacidade de contribuir com os processos decisórios. Em contrapartida, teorias populistas tendem a valorizar mais a opinião pública, validando a participação política e dando um caráter ativo a ela no sistema político.

A partir de Crespi (1997), podemos considerar a teoria de Lippmann (2008) como mais elitista e que configura a opinião pública como passiva e manipulável; enquanto Habermas (1997) e Dewey (1991) apresentam teorias mais populistas, caracterizando a opinião pública como ativa e participativa. Definição, papel e funções da opinião pública nas democracias acabam, assim, sendo alterados de acordo com a perspectiva teórica assumida.

As definições sobre a opinião pública e suas relações com o campo político também são aprofundadas por Grossi (2007), que defende a constituição do “campo demoscópico” como um novo espaço nas sociedades democráticas, para além da esfera pública. Trata-se de um ambiente comunicacional que comporte a formação, definição, papel e função da opinião pública – abarcando, portanto, também o debate público e, contemporaneamente, manifestações do debate digital. Grossi (2007) destaca que as teorias evoluíram justamente por se observar que a opinião pública tendeu a desempenhar um papel distinto e muito mais complexo do que se havia inicialmente suposto. Essa mobilidade, inclusive funcional, relaciona-se à

dinamicidade das próprias sociedades democráticas e ao que se caracterizará como monitoramento democrático neste trabalho.

Em coerência com a abordagem de Luhmann (2009), que compreende a sociedade como um dinamismo de formas de comunicação dentro da teoria dos sistemas, Grossi (2007) especificará funções e direções da opinião pública enquanto fluxos na sociedade. O autor defenderá a possibilidade de analisá-lo empiricamente, mas de maneira a não se desconsiderar essa complexidade – o que acaba ocorrendo quando são delimitadas as opiniões públicas apenas por meio de sondagens, como nas perspectivas de Childs (1940). Para Grossi (2007), enquanto elemento de ação política da sociedade perante o Estado, a opinião pública pode assumir diferentes formas, podendo ser majoritária, dominante, circular ou linear.

A opinião majoritária é especialmente relevante porque concretiza a opinião social por meio da expressão da maioria dos cidadãos. No Brasil, este tipo de opinião elege periodicamente os políticos para os cargos executivos (presidente, governadores e prefeitos) e os representantes que ocuparão o Senado Federal. Empiricamente, é mensurada quantitativamente via pesquisas de opinião, quando se questiona à população sua opinião sobre o governo e os governantes, bem como suas decisões sobre determinados temas ou elaboração e execução de políticas públicas. Assim, governos bem avaliados contam a aprovação da sociedade, enquanto aqueles que são mal avaliados pela maioria dos cidadãos tornam-se suscetíveis a crises políticas, pois podem ter suas decisões não legitimadas pela opinião pública e isso pode levar, conseqüentemente, ao enfraquecimento do governo no interior da esfera política, especialmente diante do legislativo.

Já a opinião dominante representa a opinião pública que se manifesta em forma de ondas mobilizadoras, com evidência nas esferas política e social. Esse tipo não representa, necessariamente, a opinião da maioria, mas é uma manifestação expressiva. Neste caso, alguns agentes específicos do debate público – geralmente utilizando de recursos privilegiados para gerar mobilização – conseguem maior visibilidade de suas demandas. Ainda que a opinião dominante não gere efeitos diretos no sistema político, como a opinião majoritária em período eleitoral, a opinião dominante pode ser capaz de gerar outras implicações, como aquelas relacionados à reputação dos atores políticos. Alguns representantes, por exemplo, podem justificar seus posicionamentos e decisões, buscando legitimidade na opinião dominante.

Em relação à forma, Grossi (2007) define a opinião pública como linear, quando é possível mensurar seu comportamento e direção diante de um objeto. Como exemplo aplicado, uma avaliação de governo pode ser positiva ou negativa. Uma política pública desenvolvida pelo Estado pode ser aprovada ou reprovada. Neste aspecto linear, a opinião social se apresenta como unidirecional, diante de um tema ou avaliação, deve se colocar como sim ou não aos representantes.

Por outro lado, uma opinião circular se forma de modo colaborativo, com a participação de mais de um ator, agente ou grupo. Trata-se de uma versão mais dialógica da opinião social, cujo debate considera proposições de diferentes segmentos da sociedade e do Estado. Discussões sobre o desenvolvimento de políticas públicas abertas às manifestações da sociedade, ou com a criação de conselhos em que representantes participantes da discussão, podem exemplificar a aplicação dessa forma. Destaca-se que, aqui, não diz respeito a ondas de opinião mensuradas periodicamente e delimitadas. Para Grossi (2007), a opinião social circular é interrupta.

Em relação ao fluxo, trata-se de uma relação de comunicação da opinião social com a esfera política. Ao compreendermos a comunicação entre Estado e sociedade como um sistema social (LUHMANN, 2009), a opinião pública ora atuará como input, ora como output desse sistema. A opinião social autodirigida é opinião é dirigida pela própria sociedade, por isso torna-se um fluxo ativo, que gera influência. Representa a influência e o controle da sociedade sobre os governos e representantes. A opinião social heterodirigida é a opinião direcionada pela elite política, por isso torna-se um fluxo passivo, que recebe a influência vertical de outros. A opinião social torna-se consequência da ação política, geralmente uma resposta ao trabalho ou da ação dos representantes.

Ressalta-se, aqui, que a relação com a opinião social importa não apenas às instituições do Estado, como àquelas formadas pelos governantes eleitos. Instituições democráticas oriundas da sociedade, como a imprensa e os movimentos sociais, também têm que lidar com a opinião social coletiva, especialmente procurando legitimidade e mobilização. Elas também passam por crises de credibilidade e, na contemporaneidade, pelo monitoramento dos cidadãos, como essa tese investiga.

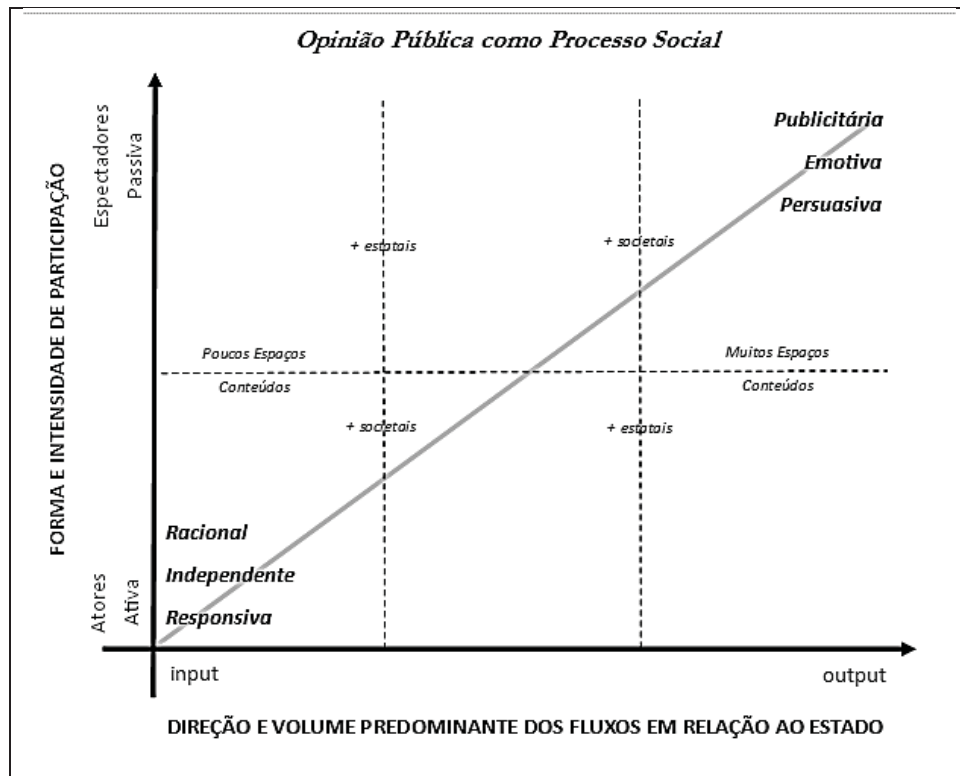
Para Grossi (2007), também é preciso superar o entendimento liberal de que a opinião pública se limita à esfera pública e está separada, totalmente, da esfera política. Compreendendo a abordagem dos sistemas sociais de Luhmann como mais

completa e dinâmica para trabalhar com a formação da opinião pública, Grossi (2007) defenderá que o processo de formação da opinião pública acaba abrangendo um espaço social muito mais complexo do que a esfera pública, afastando, portanto, da abordagem normativa. Esse espaço social passaria a compor um verdadeiro campo social, considerando o conceito de Bourdieu (2004), e seria denominado por Grossi (2007, p.75) como campo demoscópico. A questão fundamental aqui é a retirada da formação da opinião pública da delimitação da esfera pública liberal, não a limitando, portanto, a um simples produto originado do debate público delineado normativamente como discutido no início deste capítulo.

Como discorrido ao longo deste capítulo, independentemente do papel desempenhado e da forma como for mensurada, a formação da opinião social necessariamente perpassa por um processo de comunicação coletivo. Sem a conversação sobre os temas coletivos, tem-se apenas a opinião individual, fundada muitas vezes apenas nas crenças e valores pessoais. Esse debate pode ser mediado por instituições que ao longo dos anos foram criadas para representar a sociedade e desempenhar o papel mediador, seja fornecendo espaços para o debate, seja alimentando-o com informações sobre os temas públicos.

Assim, compreende-se que, conforme aumentam os espaços de participação e os conteúdos aos quais a população tem acesso, mais informações passam a circular também na sociedade e a pautar o debate público (GROSSI, 2007; CERVI, 2018). Torna-se predominante, portanto, neste início do século XXI, a consolidação de um debate passivo, em que seus atores, ainda que tenham mais espaços para participar, acabam atuando mais como espectadores e estimulando a circulação de informações comerciais, segundo Cervi (2018). O autor ilustra, na figura a seguir, a opinião pública como processo social a partir da forma e da intensidade de participação e da direção e volume dos fluxos em relação ao Estado.

FIGURA 1 – MODELO BIDIMENSIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO



Fonte: Cervi (2018).

Como ilustra a figura, pode se considerar que quanto mais espaços de participação e conteúdos informativos oriundos da sociedade tivermos, mais emotiva, publicitária e persuasiva tenderá a ser a opinião social. Os cidadãos tendem a assumir uma participação menos participativa, enquanto espectadores e, por isso, sua intensidade é baixa, podendo ser considerada como passiva. Por outro lado, quando menor for a quantidade de espaços, e mais conteúdos estatais circularem no debate público, mais racional, independente e responsiva ser a opinião pública (CERVI, 2018).

Contudo, na contemporaneidade, ressalta-se que há outras características que moldam as manifestações, a participação e a circulação de informações no debate digital. Dentro de uma conjuntura de monitoramento das instituições democráticas, passa-se a perceber um excesso de manifestações e discussões críticas sobre o poder e as instituições democráticas representativas. O capítulo seguinte indicará como se consolidaram e o atual estágio monitório dessas democracias. Antes disso, o tópico a seguir discorre as novas mudanças registradas na concepção de esfera pública, quando se consideram os espaços on-line.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA NA ERA DIGITAL

As qualidades da comunicação em rede e o maior uso social e político dos ambientes on-line chamaram a atenção de estudiosos desde o advento da Internet. Discutiram-se suas potencialidades e limitações para que ela pudesse ser considerada uma nova configuração de esfera pública ou expansão das esferas públicas vigentes. Assim, passou-se a falar em “esfera pública digital” (SCHÄFER, 2015), que pode ser compreendida como o espaço comunicativo digital por meio de mídias sociais on-line, nas quais a participação é aberta e livre aos que se interessarem e conseguirem acesso a elas.

Por mais que se defina esfera pública como um espaço (arena, foro), trata-se de um ambiente virtual, abstrato, sem delimitações físicas e estruturado pela própria comunicação. É por isso que a compreensão sobre seus fluxos comunicativos é imprescindível, bem como a finalidade e formas deles. Como discorrido até aqui, em seu aspecto político, a função da esfera pública “consiste em captar e tematizar os problemas da sociedade como um todo” (HABERMAS, 1997, p. 97). Segundo Correia (2011, p. 43), foi justamente a percepção de que os ambientes on-line ampliariam a participação política dos cidadãos e da sociedade organizada – e conseqüentemente isso levaria à maior intervenção nas decisões políticas – é que se passou a se considerar a Internet, e depois suas redes sociais, como uma nova esfera pública em potencial.

Há casos em que a comunicação on-line é utilizada para estimular e prover a maior participação da sociedade nas questões próprias dos representantes, com efeitos diretos na esfera de poder. O orçamento participativo de Belo Horizonte é um exemplo do uso da comunicação on-line com fins deliberativos para aproximar a esfera pública das decisões políticas (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010). O próprio Keane (2010) destaca a iniciativa mineira. A pesquisa de Mitozo (2018), por sua vez, expõe diferentes iniciativas promovidas pelo Poder Legislativo para promover a participação política dos cidadãos por meio de mecanismos digitais. No caso brasileiro, o Portal E-democracia, da Câmara dos Deputados, é investigado enquanto uma iniciativa permanente da casa e merece destaque pelo esforço da equipe gestora em mediar o encaminhamento das contribuições públicas aos parlamentares e

comissões (MITOZO, 2018, p. 182). Ambos os exemplos se constituem fóruns específicos, delimitados tematicamente e que reúnem um público especializado, altamente interessado na discussão.

Ações como as supracitadas são importantes, mas ainda representam uma parcela mínima do uso comunicação digital para participação em comparação com o uso dela para conversações informais, cotidianas, como as que são em RSO como Twitter e Facebook. Considerando a perspectiva normativa sobre o conceito, uma noção digital de esfera pública aproximar-se-ia muito mais de um espaço propício à realização da conversação civil, mas em caráter não deliberativo e mais informativo, oferecendo aos interessados maior capacidade argumentativa sobre o tema (MARQUES, 2006).

Alguns autores já se dedicaram a levantar as principais características do ambiente on-line como nova dimensão da esfera pública, como o individualismo (LIPOVETSKY, 2004), a disseminação de demandas particulares (FEENSTRA, 2012; KEANE, 1995) e o surgimento de movimentos e organizações sem o caráter identitário (SORJ, 2015), característica intrínseca à formação coletiva social convencional. A nova estruturação que passa a compor parte da esfera pública digital, sob a perspectiva de diferentes autores, vai ao encontro da configuração de uma sociedade cujas instituições políticas passam a ser constantemente monitoradas de formas independentes pelos cidadãos (KEANE, 2010).

Outro ponto a se destacar sobre o tema é o reconhecimento na literatura de que as discussões sociais se desmembram em distintos espaços, sendo possível aferir diferentes debates dos cidadãos em diversas esferas públicas. Refletindo a isso, as RSO, por exemplo, podem ser concebidas como espaços de manifestação e ressonância de diferentes esferas públicas. O baixo custo de produção e consumo de informação on-line, principalmente em redes sociais que tendem a ter acessos gratuitos, aparece como uma oportunidade principalmente para a produção de conteúdo alternativo à mídia que, tradicionalmente, alimenta o debate público. Haveria, pois, um potencial de democratização da comunicação on-line a ser explorado, principalmente por grupos sociais que não têm espaço, expressão e visibilidade garantidos na comunicação de massa convencional.

Assim, os atores que compõem a sociedade civil têm explorado a comunicação on-line para se tornarem mais ativos como participantes e produtores de conteúdo no debate público. Os movimentos sociais, ONGs e partidos, por

exemplo, criam seus perfis oficiais nas RSO para difundirem suas demandas e posicionamentos diante de temas no debate, mas também para relacionamento e mobilização. Do mesmo modo, os indivíduos veem à sua disposição ferramentas e espaços para se manifestarem, principalmente por estarem conectados diretamente às instituições mediadoras e das esferas de poder. Ao discorrer, especificamente, sobre o monitoramento como forma de participação, a presença dos cidadãos nos âmbitos digitais como as RSO é retomado no próximo capítulo.

Ressalvas e críticas sobre o tema são registradas na literatura. Pasquale (2017), por exemplo, é enfático em afirmar que sites como o Facebook ou o Google não podem ser considerados como a esfera pública contemporânea. As críticas do autor são válidas, considerando que o Facebook está longe de se constituir como “uma rede *adequada* [grifo da autora]”, enquanto um espaço independente apresentado por Habermas. Trata-se de uma rede enviesada, como discorreremos a seguir. Pasquale (2017) ressalta, principalmente, o fato de Facebook e Google serem empresas, com fins mercadológicos, e não um espaço público liberal e independente. São ainda empresas globais, com sedes em outros países. Por isso, é importante lembrar que, por mais que parte de infraestrutura técnica dessa comunicação, bem como os participantes e as informações políticas e públicas que circulem sejam de determinada Nação Estado, a regulação desse ambiente e desses conteúdos está sob poder de mediação e domínio de empresas privadas estrangeiras.

Essas são questões próximas ao que Hindman (2008) já levantou enquanto obstáculos da Internet para a prática da participação política. Para o autor, há um mito por trás da concepção de uma democracia digital, uma vez que toda informação e formas de participação on-line ficam dependentes de mecanismos e escolhas que não estão na dimensão pública e política da sociedade, mas sim na econômica. Por mais que se crie e se permita o acesso a novas plataformas há custos para que se quebre barreiras que são impostas pelo mediador do acesso, como o próprio navegador ou o sistema de buscas, que aos poucos condicionam a visibilidade e as informações sobre essas iniciativas. Para Hindman (2008), no fim, a lógica on-line se resume em fins mercadológicos e de poder econômico de grupos como o Google. Aqui, cabe levar em considerações as ponderações do autor em torno das lógicas empresariais por trás dos fluxos comunicativos e acesso às informações na Web. Por democracia digital, pode-se compreender tanto uma perspectiva de ampliação do governo democrático em plataformas on-line, quanto o uso estratégico desses mecanismos digitais para

corrigir déficits democráticos, como os vinculados à participação (GOMES, 2010). Tais questões ganham evidência na discussão do monitoramento democrático e são abordadas com mais afinco no capítulo 3.

Outra questão em evidência é a personalização do conteúdo a que se tem acesso no âmbito on-line. Ela se dá de forma natural, pois é filtrado pelo usuário, mas também por meio de algoritmos, treinados a partir do comportamento e das escolhas do indivíduo, e conseqüente repetição, automatização e replicação. Ambas as formas de seleção levam à criação de filtros-bolha que contribuem e atuam diretamente na polarização do debate na rede, uma vez que o internauta se encontra cercado por conteúdos semelhantes e, imerso nesta bolha, alheio ao debate de divergências.

Um dos problemas dessa segmentação das relações on-line para compreender esses ambientes como esferas sociais é a criação de nichos que são constantemente explorados pelos agentes midiáticos, empresas e afins (PASQUALE, 2017). Ao se registrarem nos ambientes on-line a procurar conteúdo de seu interesse na rede, por exemplo, os usuários compartilham informações de sua vida em âmbitos público e privado. Conseqüentemente, abrem margens para que perfis de público sejam traçados, sendo estes de grande valor para empresas e outras organizações que têm como foco atingir esses públicos, com o objetivo central de expandir seus lucros ou interferir de alguma forma em seu comportamento.

Essa questão ganha mais notabilidade e interesse aqui, no que se diz respeito ao debate público, quando se trata de assuntos político-ideológicos. Da mesma forma que a filtragem de conteúdo redireciona o usuário da rede para produtos e temas de seu interesse no que diz respeito ao marketing digital, conseqüentemente, essa microssegmentação também acaba sendo explorada por interesses políticos.

Outro fenômeno observado nessa esfera é a presença da automatização de interações por meio dos robôs (*bots*). Trata-se de máquinas que se passam por pessoas que usam a internet, representando, portanto, os conhecidos perfis falsos (*fakes*) que exacerbam a rede o fluxo comunicativo na rede. Sobre isso, Santana Jr. e Lima (2017, p. 312) elucidam a presença de mais dispositivos conectados à Internet que a população global propriamente dita na atualidade. A constatação demonstra, na realidade, a crescente presença de robôs no ciberespaço. Mesmo sendo impossível de determinar a exata quantidade de *bots* nas redes sociais, é certo que eles interagem, replicam e não apenas contribuem para a formação, como já se constituem parte relevante para a dinâmica da rede. Dessa forma, as “máquinas sociais” já

exercem influência em hábitos de consumo, indicações de conteúdo, opiniões e informação, além de já interagir com outras máquinas (SANTANA JR.; LIMA, 2017). Consequentemente, influenciam também nas discussões e conversações públicas e cotidianas em âmbitos digitais.

A Internet e, mais especificamente, as RSO têm se tornado, portanto, uma arena particular. Neste novo espaço comunicativo, há produção e circulação de informações privadas, públicas, políticas e mercadológicas. Sua composição também é híbrida e multifacetada. Conta com a participação de distintos agentes também por serem atores sociais, coletivos e individuais; públicos; privados; políticos; estatais e empresariais. Nacionais e estrangeiros. Humanos e artificiais.

Schäfer (2015) destaca três linhas principais para estudo da esfera pública digital: a de esfera pública participativa; a dos teóricos liberais; e das tradições construtivistas. Carreiro (2018, p.98), por sua vez, fez um levantamento sobre pesquisas que relacionam o Facebook e política e apontou uma “escassez de estudos que buscam compreender os ambientes de discussão do Facebook em um contexto mais amplo da esfera pública”. Algumas análises já identificaram características da atuação do público brasileiro por meio de comentários na web em portais jornalísticos (CERVI, 2013), em websites partidários (MASSUCHIN; CAMPOS-DOMINGUÉZ, 2016), e em redes sociais como o Facebook (MITOZO; MASSUCHIN; CARVALHO, 2017). O tópico a seguir faz um apanhado daquilo que já foi registrado acerca do comportamento e das formas de discussões nesses ambientes.

2.2.1 Características de debates digitais contemporâneos e conversações em RSO

Diante das novas formas digitais de comunicação e ascensão das RSO, tornou-se eminente o debate dos temas públicos nesses espaços. Contudo, diante da caracterização da esfera pública digital em discussão neste capítulo, trabalhos empíricos que se debruçaram à investigação desse tipo de debate tendem a caracterizá-lo distante das formas idealizadas para o debate público racional. Alguns trabalhos, inclusive, utilizaram os pressupostos normativos, como reciprocidade, dialogia, a reflexividade e o respeito diante da opinião diversa para avaliar o nível de

deliberação das discussões políticas em ambientes digitais. O resultado dos debates digitais pode não se assemelhar com os pressupostos habermasianos de uma relação dialógica, progressiva, baseada na troca de ideias e na civilidade (HABERMAS, 1997). Pelo contrário, o que tem se registrado nesses estudos aplicados, especialmente quando se considera as RSO, é justamente a ocorrência de radicalização, desrespeito e incivildade nos argumentos e posicionamentos dos indivíduos que passam a debater nos ambientes on-line.

Maia e Rezende (2015), por exemplo, defendem a relevância de se considerar diferentes RSO para analisar o debate digital por indicarem que há singularidades nas plataformas que geram consequências na qualidade do debate. O que já se observou em estudos que compararam ambientes é que é mais recorrente encontrar discordância política e incivildade entre os debatedores em ambientes não criados para a finalidade da discussão política. Enquanto fóruns específicos em portais políticos foram criados para essa finalidade, as RSO foram concebidas para socialização entre os usuários.

Como nosso objeto empírico são as manifestações dos indivíduos via comentários, especificamente nos perfis de Facebook de instituições brasileiras representativas, destacamos principalmente o que já foi registrado na literatura sobre esse ambiente. Observa-se que redes sociais on-line como o Facebook tendem a suprimir o medo de expor a opinião individual perante o debate e às opiniões dominantes pelas próprias características do ambiente virtual, que limita a exposição e o contato. Assim, aspectos clássicos do processo de formação da opinião pública, como a existência de uma espiral do silêncio agindo sobre as manifestações individuais (NOELLE-NEUMANN, 1995) deixam de ser identificados. Essa é outra característica que poderia indicar uma mudança consolidada do debate público convencional para o debate digital, ao menos nas redes sociais. Contudo, aqui, cabem algumas ressalvas por algumas características específicas das RSO.

Verifica-se que a Internet é composta por redes muito fechadas, segmentadas e homogêneas, pois são indivíduos que tendem a uma atenção seletiva àquilo que lhes interessa (SUNSTEIN, 2003). Essas redes menores ou grupos tendem ainda à homofilia ao apresentarem laços fortes entre os indivíduos pertencentes aos mesmos grupos. Por outro lado, a relação com outros grupos ideológicos é fraca e há pouca diversidade nas interações. Por vez, com a associação entre homofilia e homogeneidade, tem-se baixo grau de tolerância, porque os indivíduos não estão

acostumados a relacionarem-se com o “diferente”, principalmente em termos políticos-ideológicos. A junção desses fatores acaba gerando um ambiente bastante polarizado, propício para casos de radicalização do debate (BOUTYLINE; WILLER, 2015).

Sobre os comentários políticos em ambientes digitais como o Facebook, reforça-se que eles têm se tornado uma agenda crescente e sólida de estudos. Esse site de rede social já é qualificado pela literatura como um dispositivo que privilegia a radicalização entre internautas e a proliferação ideológica polarizada na rede, o que já se tem discutido no cenário brasileiro, como no caso dos períodos eleitorais (BRUGNAGO; CHAIA, 2014). Pode-se definir radicalização como a manifestação de visões críticas extremistas e que podem até incitar a violência contra alguém (ARCHETTI, 2015) ou a intransigência em representar a manifestação firme, sem ponderações, de um posicionamento extremo (SUNSTEIN, 2018).

Como evidenciado desde o começo deste trabalho, consideramos o debate em espaços digitais como um dos recortes do que se constitui o debate público democrático contemporâneo. Contudo, é parte dele, não reflexo, tampouco majoritário. Tratamos toda a discussão teórica clássica até aqui para descrever os modelos ideais pensados tanto para o debate público, quanto para as questões de participação e representação pública e política. Tendo, portanto, esses pressupostos como normativos. O debate digital tem sido objeto amplamente explorado por estudos da área da comunicação política e opinião pública e, assim, têm se observado características particulares.

No Brasil, o debate digital ou a discussão política na web já se tornou objeto de pesquisas de dissertações e teses, na área da Comunicação e da Ciência Política. Além dos primeiros estudos voltados para averiguar a deliberação em arenas virtuais institucionalizadas, especificamente sobre consultas públicas para formulação de leis, como o próprio Marco Civil da Internet (BRAGATTO; SAMPAIO; NICOLAS, 2015), cresce a atenção dada às conversações e interações especificamente nas RSO. Internacionalmente, as redes sociais têm sido objeto de estudos sobre o debate e a circulação de informações políticas. A literatura nacional também já registra um número considerável de trabalhos dedicados a investigar o Facebook como espaço de discussões políticas.

Por exemplo, a pesquisa de Carreiro (2017) se dedicou à análise de quase sete mil comentários feitos a 70 *posts* selecionados pelo tema, por apresentarem

potencial de surgimento de discordância política entre os comentadores (CARREIRO, 2017). Neste caso, a análise descritiva se deu por metodologia qualitativa e averiguou na dimensão do comentário, formas de apresentação, intenção do comentador, uso de recursos técnicos, mas também critérios deliberativos normativos. Em sua tese, o autor indica como o Facebook se constituiu em uma plataforma que simplifica e potencializa os debates políticos, mas não é apenas um meio para que ocorra a discussão política na contemporaneidade. Carreiro (2017) considera o Facebook como uma arena de discussão importante para a esfera pública brasileira e que tem suas características próprias para promovê-la.

Por sua vez, Rossini (2017) investigou a presença de incivildade e intolerância nos ambientes digitais, ao analisar mais de 12 mil comentários feitos a notícias políticas, em portais informativos, blogs e *fanpages* no Facebook. A pesquisa compara a presença de incivildade entre os ambientes, indicando elevada presença desta característica em todas as plataformas. A autora indica que o comportamento de incivildade se associa principalmente à discordância e como retórica para se posicionar na discussão. Além disso, destaca que por mais que se note a incivildade, isso não indica, necessariamente, força de intolerância nas conversações.

Assim, uma vez distantes das características esperadas do debate público, tem-se observado comentários e interações públicas nas RSO principalmente sob a perspectiva da conversação cotidiana e política. Ressalta-se que mesmo em espaços específicos para entretenimento na rede, é possível constatar a migração temática da conversação para assuntos políticos e uma tendência no comportamento dos participantes para a polarização dessas conversas (WOJCIESZAK; MUTZ, 2009).

Além disso, é preciso destacar que, estando o indivíduo em uma posição de inserção em bolhas de influência — que maximizam a polarização política —, sob efeito de filtros criados pelo usuário e algoritmos da rede, aliado à influência de *bots* que podem ou não gerar desinformação e manipulação de dados, o debate político no ambiente do Facebook tende a ser marcado, principalmente, pela radicalização do discurso e circulação de material enviesado, muitas vezes produto das próprias segmentações de público existentes dentro da rede polarizada. Por outro lado, o Facebook tem se mostrado um importante espaço para mobilização, pelos *affordances* da plataforma e pelo comportamento dos usuários. Determinados conteúdos ganham maior visibilidade e alcance de circulação pela ação de pessoas e militantes que procuram compartilhar e difundir os conteúdos com os quais concorda.

Esse comportamento auxilia na consolidação das bolhas e polarização da rede. Publicações opinativas e com evidente posicionamento ideológico tendem a alcançar sucesso de envolvimento dos usuários nas redes sociais on-line.

Para além da literatura acadêmica, tem se explorado a comunicação on-line também para discorrer acerca do que se tem debatido politicamente pelos brasileiros na Internet com os demais cidadãos que estão conectados. Diante do cenário de circulação de notícias falsas (*fake news*), do uso de robôs produzindo conteúdos (SANTANA JR.; LIMA, 2017), a demanda e a preocupação por se conhecer mais sobre as conversações digitais cotidianas têm crescido.

Além de dar visibilidade e explicar a dinâmica do ecossistema de discussão política on-line, as iniciativas e ferramentas servem como ferramentas educativas aos usuários da rede, informando, principalmente, sobre os processos de checagem de veracidade das informações e conteúdos que circulam na rede. Exploram *softwares* de raspagem automatizada de dados, como também foi feito neste estudo. Ressalta-se que estas são investigações que se preocupam com o cenário de abundância comunicativa e com a forma como a opinião pública pode ser construída com a interferência do debate digital na contemporaneidade.

Uma das iniciativas é o *Monitor do Debate Político no Meio Digital*²⁰, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP). O projeto mapeia mensura e analisa o ecossistema do debate político no Facebook, por meio do monitoramento de mais de 500 *fanpages*, voltadas a conteúdos políticos (RIBEIRO; ORTELLADO, 2017). Nos relatórios publicados em seu website e na sua própria *fanpages* no Facebook, disponibiliza a quantidade de compartilhamentos e comentários, além de produzir uma análise automatizada textual das publicações.

Já o projeto *M Facebook*²¹, produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), também monitora *fanpages* responsáveis pela circulação de conteúdo político no Facebook. Na primeira etapa da pesquisa, produziram um *ranking* com as dez páginas brasileiras

²⁰ Até janeiro de 2018, havia o projeto gerava um relatório diário sobre a circulação de notícias na rede. Disponível em: <https://www.monitordigital.org>; e em <https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/>. Acesso em 01/04/2018.

²¹ Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/mfacebook/>; e em <https://www.facebook.com/manchetometro/>. Acesso em 01/04/2018.

mais curtidas no Facebook dentro das categorias Governo, Política, Políticos e Mídia²² (BACHINI; FERES JÚNIOR, 2017).

A terceira iniciativa a se destacar aqui é o projeto independente *Burgos Media Watch*²³, desenvolvido pelo jornalista Pedro Burgos. Também voltado ao monitoramento de *fanpages* que alimentam o debate político digital, é totalmente automático e classifica páginas mais seguidas por espectro político, acompanhando as publicações mais seguidas e compartilhadas, gerando gráficos para visualizações do público (BURGOS, 2017). O projeto também permite ao seu público o acesso aos dados coletados, além de especificar a metodologia da coleta automatizada, contribuindo para a compreensão de como se configura a circulação de informações no debate digital ao público em geral.

Especificamente sobre o período eleitoral, o projeto *MEME: e-Monitor Eleitoral*²⁴, vinculado ao grupo GEIST da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem o propósito de acompanhar as campanhas nas mídias sociais on-line. O projeto produz e disponibiliza, no próprio Facebook, boletins sobre as estratégias on-line empregadas por candidatos de todo o país, nas últimas eleições gerais e municipais. Esse acompanhamento incentiva o monitoramento dos agentes políticos pelos cidadãos durante o pleito e mostra quais as publicações e temas geram maior engajamento dos eleitores nas mídias sociais. Outros tantos projetos²⁵ têm utilizado mecanismos on-line para filtrar e agregar conteúdos e análises sobre as disputas, possibilitando o monitoramento cívico por meio de diferentes plataformas.

A pesquisa desenvolvida nesta tese se diferencia dos projetos acima citados por diversos motivos, mas, principalmente, pelo objeto de estudo e sua unidade de análise. Empiricamente, enquanto os projetos de monitoramento das *fanpages* acabam por acompanhar a produção e o engajamento nas páginas via *posts* dos órgãos e atores, aqui, volta-se a análise para um recorte das interações digitais que diz respeito às manifestações monitoras dos cidadãos brasileiros por meio de

²² São categorias do próprio Facebook para identificar o assunto da página, sendo a escolha feita pelo proprietário da *fanpages* no momento de criá-la. Contudo, os autores comunicaram em seu site a decisão de incluir “Mídia Ninja”, que se está classificada como “organização sem fins lucrativos”.

²³ Disponível em: <http://media.pburgos.com>; e em <https://www.facebook.com/BurgosMediaWatch/>. Acesso em 01/04/2018.

²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/MonitorEleitoral/>. Acesso em 10/06/2019.

²⁵ Para além das iniciativas em portais jornalísticos, são exemplos o projeto IESP nas Eleições (<https://www.facebook.com/pg/IESP-nas-Elei%C3%A7%C3%B5es-2143183272364040/>) e o Observatório Eleitoral do CPOP (<http://www.cpop.ufpr.br/portal/observatorio-eleitoral-2/>). Acessos em 10/06/2019.

comentários nas RSO. Ressalta-se, ainda, que a investigação que embasa essa tese é centrada no comentário monitor, aquele que se dirige à instituição representativa no comentário, independentemente do conteúdo presente na publicação. Trata-se, portanto, do acompanhamento, vigilância e cobrança das instituições, e não de temas, pelos cidadãos. A configuração das democracias monitoradas e o comportamento monitor como forma individual de participação do cidadão serão aprofundados no próximo capítulo. Até aqui, buscou-se principalmente debater questões normativas e perspectivas relevantes da estruturação do âmbito democrático da sociedade, permeado pela comunicação.

2.3 SOBRE O DEBATE DEMOCRÁTICO E A ABUNDÂNCIA COMUNICATIVA

Encerra-se este primeiro capítulo com uma breve conclusão e discussão sobre perspectivas mobilizadas até aqui. Nesta parte inicial da tese, disserta-se sobre conceitos e perspectivas acerca do debate público, abrangendo a relevância do seu produto, a opinião pública, para a democracia. Para tanto, dedica-se parte do texto para caracterizar a esfera pública e suas mudanças, até chegar ao atual estágio, da era digital. Indica-se, inclusive, o que se tem estudado acerca das discussões on-line. O capítulo é notadamente importante por abordar questões normativas da esfera que se constitui como espaço de comunicação entre Sociedade e Estado nas democracias liberais.

Considerando as proposições sobre a nova configuração da esfera pública na era digital e, conseqüentemente, as relações sociais a partir dela (SORJ, 2015; GROSSI, 2011), é possível inferir que a atual esfera pública se distancia cada vez mais de um espaço adequado para se viabilizar o debate público normativo, como a esfera pública liberal se apresentou no início das sociedades burguesas. A inviabilidade desse debate público normativo também se dá pela reprodução de assimetrias participativas que existem no mundo físico, principalmente ligadas à posse de recursos necessários à participação política ativa.

Caracteriza-se, ainda, a realidade contemporânea da mediação e circulação das informações na rede, especialmente condicionada pela atuação de empresas como o Facebook na contemporaneidade (PASQUALE, 2017). Com isso, afirma-se a incompatibilidade do ambiente das RSO ser considerado uma nova esfera pública ou

a nova configuração da tradicional esfera pública, como alguns autores têm pressuposto, ao buscarem investigar o debate que se dá nesses espaços sob as regras da deliberação e do debate normativo. Por conseguinte, afirma-se que o debate do público que se dá nas RSO não pode ser considerado o novo estágio do clássico debate público. Nem pela presença das instituições democráticas representativas nesses ambientes, nem pela participação e comportamento dos cidadãos via comentários nessas publicações.

O que se percebe aqui, após a discussão teórica conduzida é que, se por um lado a concepção da comunicação na esfera on-line representou a maior abertura ao público, refletindo promessas de pluralidade de informações, opiniões e visões de mundo – ao contrário do que se vinha registrando nas mudanças da esfera pública midiaticizada em meados do século XX –, por outro, a ampliação às formas de participação e circulação de informação não se mostrou suficiente. As mudanças tecnológicas foram concomitantes a mudanças na organização da própria sociedade civil, que, mais fragmentada, passa a indicar atuações individuais, descentralizadas e, conseqüentemente, menos efetivas.

Esta tese se propõe a estudar, portanto, aspectos pertinentes relações democráticas no que diz respeito à singularidade do monitoramento democrático em redes sociais on-line. Considera-se o comentário monitor uma manifestação do indivíduo que procura se manifestar diante de seus representados o que, por sua vez, pode ser incluído como parte do debate público, este muito mais complexo e estratificado na sociedade. Assim como a esfera pública, de difícil delimitação espaço-temporal. Por conseguinte, consideramos que o debate digital e o monitoramento nas RSO, de uma forma conjunta pela ação individual dos monitores, não deixam de ser formas de manifestação da opinião pública a estas instituições.

Em suma, até aqui, a tese discorreu sobre como o debate público é intrínseco ao processo de formação da opinião pública que, por sua vez, importa nos Estados democráticos liberais para controle do poder. Também se abordou como a esfera pública é o âmbito desse debate, como ela surgiu e se modificou. O capítulo ainda discorreu sobre como foram registradas alterações no debate público conforme o crescimento e a complexidade das sociedades contemporâneas. O debate público se institucionalizou na sociedade e no Estado, como por meio da imprensa e do parlamento, e a Mídia passou a centralizá-lo.

Por fim, o capítulo também abrange a discussão sobre mudanças pelas quais esses elementos passaram na Era Digital. Com o avanço tecnológico e consolidação da comunicação on-line, novos espaços são formados graças à Internet. Trata-se de ambientes informais que não necessariamente promoverão o diálogo da sociedade com a esfera política, mas ampliam a noção de participação. Alguns estudos já indicam como isso acaba contribuindo principalmente para conversações cotidianas entre os indivíduos sobre temas públicos. Empiricamente, o debate nessa nova conjuntura das RSO tem se mostrado cada vez mais distantes do modelo ideal.

Além disso, os cidadãos se vêm próximos de seus representantes nas RSO. Essa proximidade levará a uma forma de comunicação direta, não institucionalizada, nem mediada, com as entidades que os representam tanto na dimensão social quanto na política e, mais especificamente, na estatal. São exemplo as instituições que convencionalmente mediavam o debate público. Essas formas não institucionais de participação direta (no que tange à comunicação, à manifestação do representado) somadas ao comportamento crítico que o cidadão tem assumido e a abundância comunicativa das sociedades contemporâneas saturadas de fluxos de comunicação são pertinentes às democracias monitoradas. Essas características são discutidas no capítulo a seguir.

3 DEMOCRACIAS MONITORADAS

Democracia monitorada é “uma nova forma histórica de democracia, uma variedade de políticas e governos 'pós-eleitorais' definidos pelo rápido crescimento de muitos tipos diferentes de mecanismos democráticos e extraparlamentares de controle do poder” (KEANE, 2015, p.79-80). Para discutir o conceito nesse capítulo, é relevante, desde o seu início, explicitar que a democracia monitorada não é uma substituição do modelo liberal. Toda a discussão apresentada por Keane (2010) mantém a normatividade da democracia representativa e se pauta por apresentar como as instituições desse tipo democrático passam a lidar com as novas instituições e o constante monitoramento. Cabe ainda destacar que as democracias passam a ser alteradas diante da expansão da abundância comunicativa, do comportamento monitor dos cidadãos e crises de representatividade. É por isso que antes de tratar das democracias monitoradas, um capítulo da tese discorreu sobre aspectos da esfera pública e a formação dessa conjuntura comunicacional.

De acordo com Keane (2010), neste estágio, a democracia se caracteriza por instabilidades políticas e de representação, com alterações na organização das relações político-sociais que, contrariamente, deveriam se fortalecer, tornando-se cada vez mais consolidadas com o amadurecimento democrático. Segundo o autor, tais instabilidades justificam a atenção que tem que ser dada às democracias monitoradas, por gerar efeitos à institucionalização política das democracias representativas e, conseqüentemente, afetar a qualidade delas.

Além de destacar que dentro e fora do Estado surgem monitores independentes que podem gerar efeitos tangíveis nas instituições, Keane (2010) ressalta como essas “novas instituições” surgem a todo o momento em nome do “povo”. Assim, os monitores sociais tendem a se embasar no próprio poder democrático para contestar as instituições.

Esse monitoramento também se dá individualmente na dimensão do cidadão, que passa a assumir a função de monitor (SCHUDSON, 1998). Nesse sentido, o monitor é um vigilante, que se manifesta a instituições e representantes em relação a determinados temas ou em respostas a ações, de forma individual, sem a intermediação coletiva ou institucional. É o comportamento também identificado por Manin (2013) e Cheresky (2015), ao exporem a maior participação do cidadão com a esfera política e com os assuntos públicos na contemporaneidade.

No entanto, Keane (2018, p.14) ressalta que a democracia monitorada não deve ser confundida com as perspectivas deliberativa e participativa da teoria democrática. Isso porque, segundo o autor, não se trata de observar os cidadãos tentando apresentar reivindicações morais e políticas, debater ou argumentar com os demais sobre os assuntos públicos. Tais indivíduos tampouco buscam exercer o direito de participar das tomadas de decisões. Segundo Keane (2018), os comportamentos e relações monitoras aproximariam as democracias de uma perspectiva mais populista. Por isso a atenção dada às questões representativas.

Como o autor defende sua teoria com base nas mudanças das democracias numa perspectiva histórica (KEANE, 2010), a constituição desse novo estágio democrático está estritamente ligada ao crescimento de sociedades saturadas por múltiplos meios de informação, ou seja, correlacionada à abundância comunicativa, já abordada no capítulo anterior. Trata-se de uma conjuntura de comunicação social consolidado a partir da segunda metade do século XX, que se potencializa no século XXI na era digital e que abriga um “sistema de dispositivos de mídia sobrepostos e interligados”, exacerbando os fluxos comunicativos da sociedade, inclusive com a esfera política (KEANE, 2015, p.2). “A proposta da democracia monitorada de Keane é inovadora na maneira como olha as possibilidades oferecidas pelo atual cenário da mídia para fortalecer a ação da sociedade civil através da esfera pública” (FEENSTRA, 2010, s/p).

Nesta conjuntura, a tematização do debate público, fundamental para a formação da opinião social (LUHMANN, 2009), deixou de ser organizada pelas instituições representativas mediadoras, como os partidos, a mídia e os demais movimentos sociais tradicionais. Além disso, os cidadãos passaram a tratar como questões públicas determinados assuntos que antes eram restritos à agenda política, como relações partidárias e governamentais. Atividades e funções dos representantes. A abundância comunicativa e o monitoramento democrático são, portanto, pertinentes à sociedade da transparência e do controle (HAN, 2017).

Ressalta-se ainda que outra característica da democracia monitorada é a qualidade da sua política ser “viral”, o que se correlaciona com a propagabilidade das interações em redes digitais. No que diz respeito ao debate público, Keane (2010) destaca que não é a política que perde importância nas relações entre as instituições e os atores democráticos, pois a disputa e o conflito mantêm-se em jogo. O que se evidencia é a complexidade e dinamicidade de como isso passa a ser discutido e o

fato de *sempre* haver algo a ser discutido. Às vezes são temas políticos de menores impactos, às vezes, mais complexos.

Sobre as relações entre os representantes e representados, Keane (2010) aponta que a “viralização” das discussões políticas satura ainda mais as relações de representação. As instituições passariam a lidar progressivamente com mais cobranças, de diversas origens e muitas vezes distantes de suas funções e âmbito de representação. Considerando a conjuntura atual, ambientes comunicativos extremamente interativos como as redes sociais on-line são exemplos de âmbitos apropriados para essa atuação monitora.

John Keane (2010; 2015; 2018) tem desenvolvido, abordado e aprofundado sua teoria sobre as mudanças democráticas em diversas obras, especialmente para difundir a relação da abundância comunicativa com a formação das democracias monitoradas. Esse percurso já levou a alguns debates acadêmicos sobre a pertinência, qualidades e limitações da perspectiva keaneana de se abordar as democracias contemporâneas (MARJORIBANKS, 2015; MENDONÇA; GOMES, 2015; BANG, 2015) e a alguns trabalhos que aplicaram empiricamente sua abordagem, tanto em relação às instituições monitoras (ZALLER, 2003; SCHUDSON, 2010), quanto ao comportamento dos cidadãos que atuam como monitores independentes, especialmente em âmbitos on-line (VAN DEN HOVEN, 2005; CERVI; CARVALHO, 2018). Na literatura sobre monitoramento democrático, também já há estudos voltados para o Brasil (WILLEMAN, 2013; ZIRKER; MARTINS FILHO, 2011).

Diante do exposto nesses parágrafos introdutórios, este capítulo dedica-se a discutir a perspectiva apresentada por Keane, expondo como se configuraria esse novo estágio democrático. Aspectos específicos da comunicação dos representantes e dos representados em âmbito on-line são discutidos. As características das democracias monitoradas, causas e efeitos relacionados à abundância comunicativa, às crises de representatividade das instituições e o comportamento dos indivíduos monitores são assuntos abordados nesta parte do trabalho.

3.1 O ESTÁGIO DE MONITORAMENTO DEMOCRÁTICO

Keane (2010) apresenta o conceito de democracia monitorada como um novo estágio das democracias representativas, no qual se intensificam as formas de

monitoramento e controle das instituições. Tal conceituação se dá após o autor discorrer historicamente sobre a evolução das sociedades democráticas e ao expor o desgaste contemporâneo da tradicional representação institucional. A narrativa de Keane (2010), em dimensão global, elenca aspectos democráticos na história e no desenvolvimento das sociedades²⁶. Considera-se que a democracia enquanto forma de governo foi idealizada na Grécia antiga, mas, na modernidade, passou por diversas reinvenções de acordo com os contextos históricos de organização das sociedades em Estados-nações (CARDOSO, 2018). Na contemporaneidade, tem-se, principalmente, uma sociedade civil ativa, novas formas de participação e um contexto de abundância comunicativa (KEANE, 2010; 2018). Aqui, cabe reforçar que essa tese se situa na perspectiva teórica das democracias liberais representativas.

É relevante ter em mente que as democracias representativas liberais foram constituídas, justamente, para a viabilização do autogoverno, buscando institucionalizar a proteção às liberdades individuais e construir a igualdade política (MENDONÇA; CUNHA, 2018). Além disso, compreender teoricamente as democracias contemporâneas como monitoradas não significa anular a representatividade e institucionalização. Entretanto, é importante considerar que a democracia representativa e suas instituições passam a lidar com novas dinâmicas políticas, especialmente diante da força dos fluxos comunicativos dos cidadãos.

Na nova conjuntura de monitoramento, expandem-se as formas e os espaços de controle e cobranças sobre a prática política, desorganizando a estrutura do Estado que deveria se fortalecer com a estabilidade das democracias representativas. Com isso, essa nova fase democrática é caracterizada pela ocorrência de uma ampla e complexa discussão política não institucionalizada, diluída e horizontal, entre a sociedade e o Estado. Esse cenário é desenhado a partir da segunda metade do século XX, especialmente após o fim da 2ª Guerra Mundial e com a consolidação da sociedade civil, e fortalecido no século XXI, pela comunicação em rede (KEANE, 2010; 2018).

Segundo Keane (2010), a ação de monitorar é compreendida como o processo de fiscalizar sistematicamente o conteúdo ou a qualidade de algo, entre outros significados vinculados à ideia de alerta. Portanto, vincula-se à cobrança e à

²⁶ Em “Vida e Morte da democracia”, o autor chega a resgatar aspectos sociais de tribos indígenas e comunidades anteriores ao caso grego para elencar aspectos e valores democráticos.

vigilância. Aplicada às democracias representativas, diz respeito ao acompanhamento, questionamento, cobrança e críticas constantes das atividades, das instituições, dos atores e assuntos políticos. O que é potencializado na conjuntura de abundância comunicativa, especialmente na era digital.

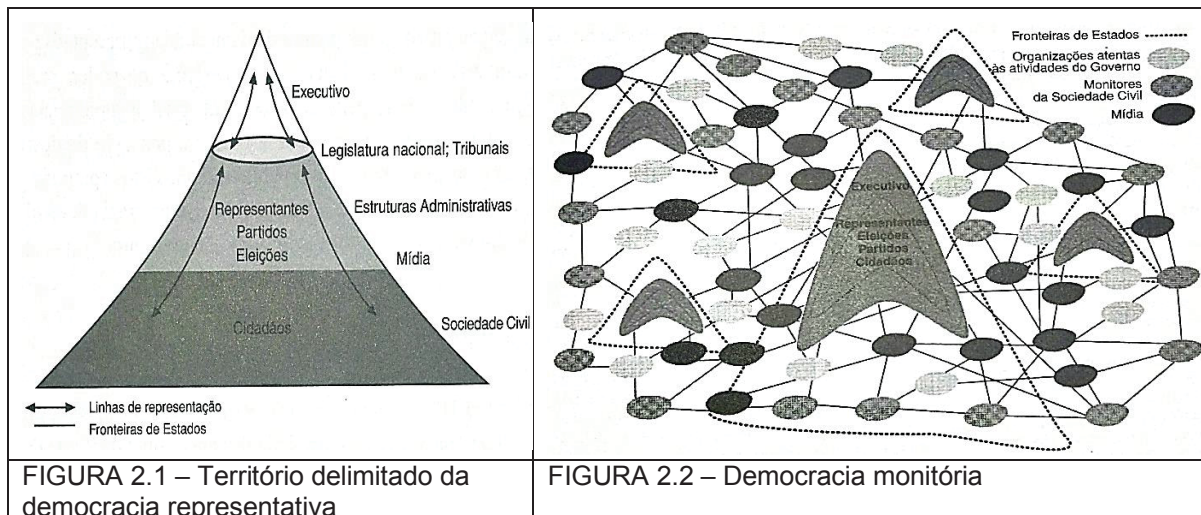
Como discorrido no primeiro capítulo, as democracias liberais se organizaram de modo a desenvolver e institucionalizar espaços e regras de participação para o debate democrático via representação, como o parlamento. Na sociedade, também foram criados espaços mais formais para o debate público e fortalecidas instituições para a mediação da comunicação pública, como a imprensa e os partidos políticos, responsáveis por organizar as demandas sociais e acompanhar o trabalho e o desempenho dos representantes eleitos. Assim, na democracia representativa consolidada, há monitoramento institucional e representativo, com atores responsáveis pelo acompanhamento e cobrança dos governantes, além dos mecanismos de controle de poder.

Já no novo estágio democrático, ganha destaque o surgimento de monitores sociais que pertencem à sociedade, mas não estão integrados às organizações tradicionais. Enquadram-se como exemplos de novos monitores a criação de júris de conselhos consultivos, assembleias regionais, iniciativas de orçamentos participativos, grupos focais e, inclusive, cidadãos individuais, que agem de maneira particularizada na fiscalização e cobrança de instituições representativas (KEANE, 2010). Quando agem individualmente, os cidadãos podem se dirigir às instituições para questioná-las sobre suas ações e processos, bem como sobre situações de decisão ou acerca de temas em evidência nas agendas pública e política. O monitoramento democrático se trata, sobretudo, de uma relação contínua entre cidadãos e seus representantes em uma multiplicidade de ambientes e formas (KEANE, 2018).

Keane (2010) destaca que a atuação dos monitores fez com que a própria geografia política se alterasse, especialmente no que diz respeito às delimitações de áreas e funções, de atuação e representação, das instituições democráticas dentro do Estado. Na democracia representativa, o espaço político é delimitado e simples, organizado e funcional. Fluxos comunicativos são institucionalizados. Por sua vez, no estágio monitório, essa organização se rompe e a geografia política se torna muito complexa, demasiadamente confusa e descentralizada. Para visualizar tal transformação, as figuras abaixo ilustram a perspectiva de Keane (2010).

Nessa contextualização, é importante compreender que a fusão que se dá entre os espaços das instituições sociais e políticas representa a falta de controle dos representantes sobre as relações e os assuntos políticos. É nesse novo desenho democrático que os fluxos de comunicação, informação e poder, ampliam-se em volume e intensidade. Portanto, assim como a ilustração, as relações entre as instituições e agentes mediadores do debate público também passam a se dar de forma múltipla, intensa e desorganizada. É relevante observar, ainda, os limites dos Estados e a organização das linhas de representação entre as instituições, ora consolidada verticalmente, ora horizontal e multidirecional.

FIGURA 2 – GEOGRAFIAS POLÍTICAS DAS DEMOCRACIAS POR KEANE



FONTE: Keane (2010).

A primeira imagem (figura 2.1) ilustra o Estado democrático consolidado, com território e funções bem delimitados numa democracia representativa. O desenho é de uma pirâmide, cuja base é sustentada pelos cidadãos e cujo topo indica o Governo Executivo. Já a camada intermediária simboliza a representação institucionalizada, que permite o diálogo entre a camada social e a estatal. Nas fronteiras do Estado, situam-se as instituições mediadoras, responsáveis por organizar os fluxos de representação e comunicação. A sociedade civil, a mídia, as estruturas administrativas, a legislatura e os tribunais são indicados como tais instituições. Keane (2010) destaca, principalmente, que os fluxos de representação são dialógicos (bidirecionais), mas basicamente verticais e inseridos dentro das fronteiras dos Estados.

Nesta primeira figura, é possível perceber que há uma delimitação sobre o local em que cada ator desempenhará seu papel democrático dentro do sistema político. Com essa figura, o objetivo principal de Keane (2010) é demonstrar como os Estados democráticos representativos são organizados, sólidos e com fronteiras consistentes. Nota-se, por exemplo, que a mídia é colocada como intermediária entre a esfera da sociedade e a esfera mais institucional, cujas estruturas são denominadas administrativas. Visualiza-se também a localização dos partidos, como intermediários na institucionalização da representação dos cidadãos.

No âmbito da política representativa, institucionaliza-se a opinião pública, que, necessariamente, sai da base da pirâmide, esfera da sociedade civil e dos cidadãos, e chega aos representantes como demanda (*input*). Do mesmo modo, é por vias organizadas, como pelo intermédio dos meios de comunicação, que o conteúdo chega de instâncias superiores ao público (*output*). Não há ligações diretas entre a base e o topo dessa pirâmide, o que reforça a distinção de organização vertical das relações representativas.

Já a figura 2.2, ao ilustrar a composição das democracias monitoradas, exacerbava o rompimento da representação política para fora dos limites dos Estados. São ilustrados os monitores por diferentes grupos: “as organizações atentas às atividades do governo”, “os monitores da sociedade civil”, além de setores da “mídia”, esta já não incluída na estrutura estatal como na organização anterior. As relações entre essas instituições se dão através e fora dos limites do Estado, o que exemplifica também como algumas entidades assumem um caráter transnacional de monitoramento²⁷. Pertinente a isso, Feenstra (2010) destaca o fato de se delinear a constituição de uma sociedade civil global, embora não haja um Estado global (*sic*), que organize e agregue tudo isso.

Segundo a representação visual da geografia política das democracias monitoradas, ainda se encontram dentro do limite do Estado: o Poder Executivo, os representantes, os sistemas eleitoral e partidário, além dos cidadãos. No entanto, ressalta-se que as organizações institucionais dos Estados passam a ser comprimidas

²⁷ Diante da constituição desse campo demoscópico complexo, aproximando-se das proposições de Grossi (2007), Keane (2010) discute a constituição de uma esfera civil globalizada que tende a monitorar e a se manifestar diante de outros governantes que não àqueles de seu Estado-nação, o que depois é aprofundado por outros trabalhos.

na imagem projetada por Keane (2010). É a representação de achatamento e repressão do Estado pelos agentes monitores.

Os monitores representados ampliam o volume dos fluxos de comunicação, entre si e com as esferas dentro dos Estados. Portanto, as novas instituições compartilham informações e a própria ação de monitoramento entre e sobre si. Há, pois, monitores de monitores. O autor ainda evidenciará a profundidade e o alcance das relações de monitoramento, que “passam a compor o mais amplo, profundo e desorganizado sistema de democracia já conhecido” (KEANE, 2010, p.627).

Além de destacar que dentro e fora do Estado surgem monitores independentes que podem gerar efeitos tangíveis às instituições, Keane (2010) também ressalta como essas “novas instituições” surgem a todo o momento em nome do “povo”. É importante ressaltar esta característica porque, quando há cobranças e desconfiança das instituições democráticas, não é a própria democracia que está sendo questionada. Pelo contrário, os monitores sociais tendem a se embasar no próprio poder democrático para contestar as instituições. A problematização se encontra na dimensão da representação²⁸. É o modelo representativo normativo que entra em crise, ao lidar com uma esfera civil que demanda maior controle e participação, para além do voto.

Outra característica que conduziu à constituição dessa nova fase das democracias diz respeito a um deslocamento da compreensão de democracia como regime político para um “estilo de vida” (KEANE, 2010, p. 620). Refere-se ao processo de democratização que não se restringe à esfera cidadã, mas também alcança a esfera privada dos indivíduos que pleiteiam valores democráticos como a igualdade em suas relações mais particulares (BOBBIO, 2004).

Diante disso, em relação aos debates públicos, trazer as questões políticas para a conversação e discussão entre os cidadãos fez com que a política e questões relacionadas ao poder estejam saliente na atenção dos indivíduos não só em momentos de decisão, mas cotidianamente. Entretanto, é importante destacar que o monitoramento vai além da tematização das conversações. Pauta-se principalmente por cobranças. De acordo com Keane (2010), nas democracias monitoradas, todo e qualquer tipo de forma de poder está sujeito ao controle e à contestação pública.

²⁸ A perspectiva crítica do autor sobre o efeito do excesso de monitoramento sobre a democracia representativa fica evidente quando ele afirma que esse tipo de democracia expõe publicamente “o princípio do ‘povo soberano’ como uma ficção pomposa” (KEANE, 2010, p.628).

De uma lista desconexa e plural sobre novos monitores, distintos, Keane (2010) destaca três qualidades que eles têm em comum. Primeiramente, os monitores prezam pelo compromisso fornecer uma diversidade de pontos de vista e informações sobre o exercício do poder de organizações governamentais e não-governamentais. Monitores se diferenciam, portanto, de formas secretas de vigilância, para fins privados. Em segundo lugar, colocam-se como entidades ou atores que previnem, por meio da promoção da discussão pública, o comportamento corrupto ou impróprio dos representantes.

Por fim, os novos monitores da democracia também são caracterizados por defender compromisso global de ampliar a 'representatividade' dos representantes e aumentar a diversidade e influência das vozes dos cidadãos nas escolhas e nas decisões que afetam suas vidas (KEANE, 2010). É relevante destacar que todas elas são formas de realizar algum tipo de controle sobre as instituições democráticas e não sobre um tema diretamente. A saliência de uma temática nas agendas pública e política pode levar a manifestações de monitores. Contudo, isso será consequência da vigilância sobre seus representantes.

As três qualidades resumem funções importantes para a democracia representativa. Contudo, aborda-se ao longo desta tese, tais funções foram institucionalizadas em entidades representativas criadas dentro dos limites do Estado democrático, sejam da esfera do governo, sejam da sociedade, como a mídia, os partidos e o sistema eleitoral, justamente para viabilizar e consolidar a democracia. A novidade aqui é a maneira pela qual esses princípios passam a ser implantados e defendidos em todos os campos da vida social e política por uma série de novas formas que não foram criadas dentro do sistema representativo. São novos organismos, não-partidários, não-eleitorais e não-parlamentares. Ou seja, os papéis dos partidos e de demais instituições consolidadas da democracia representativa passam a ser diluídos na sociedade, assumidos por outras tantas novas instituições monitoras.

Mecanismos de monitoramento operam de formas diferentes e em várias frentes (KEANE, 2010). Alguns se apresentam como fiscalizadores do poder, colocando-se como *inputs* dos cidadãos ou da Sociedade Civil ao governo. Outros se dedicam e se especializam ao acompanhamento e fiscalização de atores e partidos políticos. Há ainda aqueles que se concentram em examinar os *outputs* do governo, monitorando políticas produzidas por governamentais ou organizações não-

governamentais. Assim, também possuem distintos tamanhos, escalas e áreas de atuação.

Autores que discutiram o conceito de Keane promovem aproximações da democracia monitorada com outras perspectivas teóricas que também abordam mudanças nas democracias, maior controle e atuação política da sociedade e a necessidade de um distanciamento normativo da democracia do modelo minimalista representativo. Uma das perspectivas mais recorrentes é a de Rosanvallon (2008), sobre a constituição da “contra-democracia”. Para o autor, foram criadas distintas formas de o povo ter controle sobre o Estado democrático, indicando a emergência de contrapoderes da sociedade que incentivaram a *accountability* da esfera política. Os contrapoderes, numa perspectiva de dualismo democrático, foram criados para sustentar a democracia representativa por meio de monitoramento, obstrução e julgamento da esfera política (WILLEMANN, 2013). Apesar de ambos destacarem a consolidação de maior participação política como modo de supervisionar e monitorar relações de poder, os autores se distinguem temporalmente. Em Rosanvallon, essa participação ampliada cidadã é gerada desde a Revolução Francesa, já para Keane, é especificamente após a 2ª Guerra Mundial (FEENSTRA, 2012).

Também há aproximações com Dahl (1997), que, em seu conceito “poliarquia”, ressalta a relevância da institucionalização, representação e responsividade política. Para tanto, enfatiza a participação política, destacando duas dimensões fundamentais nas democracias modernas, a inclusividade e a contestação pública. Como Mendonça e Gomes (2015) destacam, a novidade apresentada por Keane (2015) está muito mais vinculada à importância da abundância comunicativa na alteração de percepção sobre a democracia do que o fato uma mudança em lidar com o poder e suas decisões para além das eleições – o que já fora abordado por outras tantas correntes nas teorias democráticas. Além disso, é relevante destacar que não é necessariamente o monitoramento que conduz as democracias a crises de representatividade. Percebe-se uma correlação.

Cabe destacar que Feenstra é um dos principais tributários de Keane e tem publicado diversos estudos aplicando a perspectiva das democracias monitoradas. Em sua tese, Feenstra (2010) aprofundou-se na discussão sobre a sociedade civil a partir de Keane, dialogando principalmente com as proposições de Habermas. Segundo o autor, Keane contribuiu com a conceituação da sociedade civil em uma perspectiva ampliada, dando relevância à institucionalização da esfera pública e do

Estado, enquanto Habermas é relevante principalmente por estipular as questões normativas da esfera pública, como os valores morais e a pluralidade.

O autor ainda discute como fora o fortalecimento da sociedade civil no contexto globalizado a direcionou por um caminho que demanda maior capacidade dos cidadãos para as tomadas de decisão. De acordo com Feenstra (2010), essa capacidade se expressa de distintas formas, entre elas o monitoramento exaustivo de aspectos sociais, políticos e econômicos dos agentes que detêm alguma autoridade. “O processo político da democracia monitorada, como a ordem política é moldada, é explicado pelo fortalecimento do contra poder da sociedade civil, pela capacidade de estender o processo de análise dos detentores de poder em todo tecido social” (FEENSTRA, 2010, p.13). Contudo, em obra posterior, Keane (2018) ressaltará que o monitoramento não é um comportamento vinculado às tomadas de decisão. É uma participação mais reativa, de cobrança das instituições.

A partir de suas investigações, Feenstra afirma que é possível distinguir três modalidades de monitoramento: governamental, compartilhado e cívico. O governamental diz respeito aos monitores institucionalizados nessa função dentro do Estado. É uma forma essencial de monitoramento que acaba servindo de base para as demais. Por sua vez, o monitoramento compartilhado é aquele que mescla ações e agentes estatais e sociais. Neste caso, há participação da sociedade civil, mas ela é essencialmente garantida por arranjos institucionais. Já a modalidade cívica corresponde ao monitoramento promovido pela sociedade, que passa a aproveitar oportunidades do novo ambiente comunicacional digital (FEENSTRA; CASERO-RIPOLLES, 2014). Essa classificação se mostra relevante para situar as diferentes formas de interações monitoras²⁹. Cabe lembrar que a forma que nos interessa aqui é o comportamento individual do cidadão que se manifesta nas redes sociais on-line para controle e acompanhamento das instituições, uma das formas de monitoramento cívico. Características e tipos de monitoramento cívico ainda serão aprofundados nesse capítulo.

²⁹ A fim de clareza e coesão, optou-se por não citar diretamente os diversos estudos registrados na literatura que aplicam a discussão de Keane sobre o monitoramento democrático. Cabe um adendo de que já se encontram em número significativo e são distintas aplicações do conceito. Ou seja, consideram-se várias formas, instituições e agentes de monitoramento (DEVINNEY, 2011; FEENSTRA; COUTO, 2011; FREEMAN, 2013; FREEMAN; SHARNA, 2013; MARTIN, 2012; MILLER, 2011; ROGERS, 2013; ROWE, 2010; WIERSMA, 2013; ZIRKER; MARTINS FILHO, 2011).

Uma vez apresentadas as características gerais sobre a democracia monitorada de Keane, os próximos subcapítulos discorrem sobre aspectos relevantes que perpassam esse estágio democrático. Nas próximas seções do texto, serão abordadas questões acerca da crise de representatividade e de modalidades de monitoramento, como práticas de democracia digital pertinentes à participação das instituições e dos cidadãos nos ambientes on-line.

3.2 CRISES DE LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICAS

Como se tem discutido ao longo do trabalho, o modelo representativo de democracia foi criado para regulamentar o papel do Estado e limitar seu poder diante da soberania popular nas sociedades modernas. A partir do constitucionalismo e da definição e defesa dos direitos civis e políticos dos cidadãos, passou-se a promover a cidadania e a institucionalizar o exercício do poder condicionado a controle, supervisão e crítica dos governados (CARDOSO, 2018, p. 61). Tendo em vista a relevância dos fluxos comunicativos entre sociedade e Estado, o sistema representativo passa a enfrentar crises quando há problemas de diálogo ou legitimidade, que conduzem a maior demanda de participação (GOMES, 2010). Aqui, isso será discutido na perspectiva do monitoramento democrático.

Pertinente a isso, considera-se que, na contemporaneidade, as dinâmicas político-sociais têm enfraquecido o sistema representativo, enquanto outras representações são instaladas no espaço público, de modo contínuo (CHERESKY, 2015). Também é possível perceber uma correlação do comportamento monitor com a perda de confiança na representação democrática (KEANE, 2010).

Aqui, é interessante discutir como, muitas vezes, a crise de representatividade deriva da desconfiança, ou do mal desempenho institucional, mas também de crises de legitimidade. Defende-se que as expectativas em relação às democracias representativas relacionam-se à funcionalidade institucional do Estado e à proteção dos cidadãos e de seus direitos. Como abordado no capítulo anterior, a opinião pública legitima o poder dos eleitos representantes. Portanto, dos Estados democráticos, espera-se que sejam responsivos à multiplicidade da sociedade, garantam os direitos fundamentais, a competição permanente e o controle dos poderes (MENDONÇA; CUNHA, 2018).

Considera-se que o fortalecimento das instituições e a institucionalização de processos, como o eleitoral, são relevantes e fundamentais para a consolidação das democracias (HUNTINGTON, 1994). Contudo, em democracias monitoradas, evidencia-se que a população deixou de confiar aos representantes a preocupação e a decisão sobre os assuntos públicos. É por isso que ao longo do último século foram desenvolvidas várias outras formas e organizações, para além dos limites do Estado, para monitorar o desempenho e funcionamento do sistema democrático e de suas instituições. Assim, é relevante destacar que não é necessariamente o monitoramento que causa as crises de representatividade democrática, o cenário está mais para uma correlação desses fatores.

A confiança política diz respeito à segurança e à expectativa das pessoas na democracia e nas suas instituições (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013). Significa, ainda, que a população acredita na atuação em prol do interesse público e na autenticidade das ações como contribuições públicas (ARATO, 2002). Assim, para obtê-la, é preciso que as instituições tenham êxito em uma série de fatores que estejam embasados em conteúdos institucionais normativos. Caso fracassem, gera-se a desconfiança da população, tanto em relação às instituições quanto no próprio sistema político democrático. “Essa desconfiança resultaria, assim, tanto da avaliação racional das pessoas em relação aos resultados práticos do desempenho das instituições, como da percepção de que seus fundamentos normativos não estão se realizando” (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013, p. 17). O que reforça, mais uma vez, a importância da institucionalização, da consolidação e consenso sobre os processos e órgãos democráticos.

De acordo com Dagnino (2004), passa-se a desenhar um cenário de crise de representatividade a partir da convergência de dois processos que, embora visem um aprofundamento democrático a partir da ação conjunta entre Estado e Sociedade, acabam convergindo de forma incoerente. O primeiro seria um alargamento da democracia por meio do incentivo à participação da sociedade civil, com ampliação de espaços públicos para a discussão de temas políticos, o que formalmente foi iniciado pela Constituição de 1988. No Brasil, são exemplos desses espaços os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os projetos de Orçamentos Participativos em âmbitos municipais e da abertura a representantes da sociedade civil em diversos comitês e conselhos para discussão de políticas públicas em outras dimensões, inclusive em âmbito federal. Vale lembrar que iniciativas como a dos orçamentos

participativos foram pioneiras em utilizar a consulta pública on-line como forma organizada de participação política digital no país (DAGNINO, 2004).

O segundo processo, segundo a autora, diz respeito ao fato de o Estado ter procurado ajustar o Brasil ao modelo de sociedade neoliberal desde o final da década de 1980³⁰. Para Dagnino (2004, p.96), deu-se uma preferência a “um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”. Nesse cenário, por um lado estimulou-se, por um lado, a participação da Sociedade Civil no âmbito estatal e, por outro, propõe-se retirar do Estado a gestão de setores e temas públicos, constituindo-se, pois, num processo conjunto antagônico.

Ao discorrer sobre a definição e problemas da crise de representatividade também no que diz respeito à sociedade civil, Dagnino (2004) explica que a definição dos representantes no processo de alargamento da democracia é problemática especialmente pela confusão com o significado de visibilidade. Isso contribui também para a crise de representatividade das instituições sociais, porque são “representantes” distantes dos representados, e, conseqüentemente, leva a um deslocamento também da noção de participação³¹. Essa discussão vai ao encontro de Sorj (2015), apresentada no primeiro capítulo, ao problematizar a configuração dos novos movimentos sociais digitais, desprovidos de identificação.

A identificação surge como uma aproximação dos representantes e representados, tende a legitimar a vontade de parte do povo em ser liderado e ganha relevância especialmente em contextos de mobilização (ARATO, 2002). Assim como o povo pode se identificar com um líder, também pode se aproximar de partidos e suas bandeiras, particularmente importantes nas democracias liberais.

Acerca da expectativa em relação aos partidos políticos, cabe destacar aqui que a confiança partidária no contexto político brasileiro é extremamente baixa. Segundo o último levantamento do LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*),

³⁰ Cenário descrito por Dagnino abarca principalmente os Governos FHC. Após os governos PT, houve maior espaço dentro dos limites institucionais do Estado para participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Em nosso recorte temporal, Governo Temer, retomam-se os projetos neoliberais.

³¹ Dagnino (2004) também reforça que, por mais que haja abertura à participação civil nos espaços do Estado para discussão do desenvolvimento de políticas públicas, a participação, de fato, tem se restringido a uma dimensão gestora e não política. Para autora, passou-se a esperar dos participantes que executem aquilo que se propõe naquele espaço e não uma deliberação em que os participantes civis colaborem com a discussão política para ser desenvolvido e aplicado pelo Estado.

somente 9% dos brasileiros confiam nos partidos políticos, o terceiro pior índice entre os países da América Latina. Nos últimos anos, têm-se registrado os maiores índices de desconfiança nos partidos desde 2004 (COHEN; LUPU; ZECHMEISTER, 2017, p. 21). Destaca-se ainda que, assim como centralizaram as eleições ao longo das últimas décadas, PT e PSDB são as duas agremiações que concentram a identificação partidária no país.

Na perspectiva liberal, a crise de representatividade é, portanto, problemática à democracia, pois pode inibir seu funcionamento. Contudo, também é preciso considerar que a falta de promoção da cidadania, por parte da esfera política, caracterizada pela ausência de espaços e iniciativas de participação civil ao longo da institucionalização democrática também contribui com a crise da representatividade (GOMES, 2010).

Especificamente neste estudo, é importante ressaltar que são consideradas diferentes instituições representativas que tendem a estruturar a democracia e o debate público. Abordar tensões sobre a representatividade e legitimidade dessas instituições, na perspectiva do monitoramento, diz respeito aos questionamentos e críticas da sociedade sobre as atividades que tais entidades passaram a desenvolver enquanto funções, como organização do debate público.

Considerando as instituições selecionadas para a análise empírica, cabe ainda discorrer sobre as crises que também perpassam as instituições da dimensão social, como a mídia. Lembra-se que, como aprofundado no primeiro capítulo, no atual estágio democrático, o jornalismo perde a função exclusiva de orientar e mediar o debate e o comportamento públicos, uma vez que as informações chegam aos cidadãos de outras formas e não precisam ser apuradas, aprofundadas, investigadas.

Dialogando com a perspectiva de monitoramento, Zaller (2003) propõe um novo modelo de produção de notícias próximo a esse comportamento para indicar como o jornalismo poderia agir muito mais na lógica de monitoramento: não necessariamente na produção de conhecimento, mas produzindo apenas alarmes à sociedade. Nessa nova proposta, o padrão de noticiário deveria ser mais superficial, acionando o cidadão a agir politicamente pela sociedade ao invés de fornecer informações completas sobre as histórias pertinentes ao interesse público, como se dedicou a fazer ao longo do século XX. Contudo, ao assumir essa abordagem, o jornalismo poderia passar a incentivar o comportamento independente dos cidadãos,

ampliando a desconfiança e afastando-se da sua função democrática institucionalizada, o que não se defende aqui.

Cabe destacar que o papel democrático do jornalismo ainda está consolidado na opinião pública. De acordo com a mais recente pesquisa sobre satisfação da população com a Mídia, do instituto *Pew Research*³², os cidadãos acreditam na importância da imprensa para apurar e escrever sobre as questões mais importantes para a sociedade. Também traz como elevada a expectativa de que a imprensa seja apartidária e imparcial, mas destaca que neste aspecto há uma avaliação mais negativa em relação ao modo como a Mídia tem atuado.

A pesquisa mencionada ainda evidencia que países com maior nível de confiança no jornalismo tendem a ter maior confiança no desempenho do governo. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa conduzida por Norris e Inglehart (2010), em que se evidencia a pluralidade e o controle do Estado diante dos veículos midiáticos nos diferentes países acaba influenciando na confiança maior ou menor dos cidadãos ao governo de seus países.

De acordo com Feenstra (2010), embora a abundância comunicativa tenha fortalecido a sociedade civil, há características específicas da mídia que restringem potencialidades das democracias monitoradas. Para o autor, são exemplos de deficiência da galáxia midiática contemporânea: as ameaças de sobrecargas de informação, desigualdades de acesso à comunicação; concentração da mídia e estrutura jornalística condicionada à busca pelo lucro e falta de rigor profissional.

De modo geral, o que Keane (2010) nos mostra é que nessa nova fase da democracia, ao invés das ações e dos processos políticos se fortalecerem enquanto instituições; outras tantas instituições para o controle do poder são criadas. Instituir representantes distante das normas do Estado pode fazer com que elas também passem por crises de legitimidade diante da opinião social.

Próximo às perspectivas de Keane e Feenstra sobre as democracias contemporâneas, Cheresky (2015) discute como novos movimentos políticos e sociais aspiram a representações sem lideranças, embasadas em princípios de assembleias horizontais. São movimentos que buscam independência e autonomia. O espaço público adquire, assim, a centralidade e se expande para além de suas fronteiras

³² Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2018/01/11/global-publics-want-politically-balanced-news-but-do-not-think-their-news-media-are-doing-very-well-in-this-area/>. Acesso em 14/10/2018.

tradicionais, ilustrando a disputa pelo controle do poder e da comunicação (CHERESKY, 2015). O que abarca, também os meios e as plataformas pelos quais os cidadãos passam a se manifestar sobre isso e o que dialoga diretamente com o modelo desenhado para a democracia monitorada.

Keane (2010) chega a elencar que tais críticas representam um perigo potencial à democracia representativa, pois podem até comprometer o desempenho dos representantes. O autor destacará que ao colocar “políticos, partidos e governos eleitos permanentemente sob alerta, os monitores complicam suas ações, questionam a sua autoridade, chegam a fazer com que eles mudem suas agendas” (KEANE, 2010, p.619-620). Percepções próximas a essa são apresentadas por Flinders (2012), ao defender os agentes e instituições políticas, afirmando uma crescente percepção de “demonização” da política na sociedade.

Flinders (2012) é um dos pares mais pessimistas diante do estágio de monitoramento. Para ele, a democracia monitorada reflete a transformações no espírito e na linguagem das instituições políticas e deve ser temida, não comemorada. Em sua defesa pela institucionalização, Flinders (2012) afirma defender uma ponderação, um equilíbrio entre oferta e procura pelos bens políticos e sociais na contemporaneidade. Segundo o autor, nas relações entre representantes e representados, tem-se evidenciado uma grande lacuna formada por expectativas que se tornam frustrações. É justamente essa lacuna que o Estado precisa aprender a lidar diante do cenário de intenso monitoramento.

Dentro do que foi discutido até aqui, a nova galáxia midiática e relações de representatividade têm promovido novas formas e fluxos de comunicação. Se por um lado alerta-se ao exacerbamento da comunicação com maior monitoramento cívico, por outro, as instituições podem investir em iniciativas que explorem essa conjuntura para organização dessa comunicação com a Sociedade. Assim, plataformas digitais poderiam ser exploradas para diminuir déficits democráticos (GOMES, 2010). Especificamente sobre a comunicação política, considerando suas origens e finalidades, alguns aspectos acerca da produção e circulação de informações das instituições representativas em ambientes digitais são abordados a seguir.

3.3 AS INSTITUIÇÕES ON-LINE: TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY* DIGITAIS

Com os avanços tecnológicos na comunicação social, canais institucionais estatais e de governos passaram a ser utilizados para promoção e atenção ao debate público. Inclusive plataformas de redes sociais on-line. Considera-se que a presença do governo em ambientes essencialmente sociais, como tais redes, promove iniciativas de comunicação pública por expandir o acesso às informações sobre a gestão pública (ROTHBERG; VALENÇA, 2014) e, desse modo, contribui para o controle e monitoramento social. As defesas pela transparência dos órgãos políticos e pela maior abertura da participação cidadã aparecem como algumas das possibilidades de se aplicar o ideal democrático da publicidade (HABERMAS, 1997; RAWLS, 1999).

Como se tem discorrido ao longo do trabalho, considera-se que as informações que circulam no debate público têm como pontos de origens tradicionais as empresas de comunicação de massa – tal qual a imprensa –, o Estado e grupos representativos da sociedade civil e do mercado. Nesse sentido, a comunicação pública pode ser definida como o processo articulado entre esses agentes enquanto esforço para a constituição de “um espaço privilegiado de negociação entre os interesses as diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país” (BRANDÃO, 2007, p. 31).

Artreton (1987) é um dos primeiros autores a defender que inovações tecnológicas poderiam ser utilizadas para melhorar a qualidade da democracia e ampliar a relação entre os representantes e os representados. Para o autor, as tecnologias deveriam ser utilizadas, especialmente pelas instituições políticas, para ampliar a participação cidadã e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade política na sociedade³³. Neste século, outros tantos autores têm se dedicado a investigar casos e formas de se explorar as tecnologias digitais para maximizar o desempenho das instituições democráticas. Chega-se assim à era digital, com os avanços não só na comunicação midiática, mas com promessas de potencialidade para as diferentes

³³ O autor desenvolve o conceito de teledemocracia para definir o uso potencial dos meios de comunicação pelas instituições para a prática política. Contudo, ressalta-se que sua perspectiva não é determinista. Sua obra, publicada ao final da década de 1980, discorria, ainda, sobre a importância da televisão enquanto comunicação midiática para mudanças na comunicação entre as esferas política e social.

formas de comunicação política, especialmente na comunicação entre os representantes e os representados.

Primeiramente, é preciso reforçar que as instituições passaram a explorar as plataformas on-line, como as mídias sociais, para a promoção da comunicação pública tal como faziam por meio da mídia convencional e demais canais institucionais em outros formatos ao longo do século XX. Não obstante ser classificada como uma forma de comunicação voltada para o interesse público, a comunicação pública institucional pode ser ainda classificada e avaliada pelo nível de transparência e de prestação de contas – vinculada à ideia de *accountability* – daquilo que se oferece como informação aos cidadãos. Isso se torna especialmente relevante no estágio de monitoramento democrático e no contexto de abundância comunicativa digital (KEANE, 2010).

Para Gomes, Amorim e Almada (2018, s/p), a transparência é um termo recente que tem sido utilizado para se referir e “dar conta da normatização e institucionalização do princípio democrático da publicidade”. Assim, defendem que quando se abordam mecanismos de transparência digital, consideram-se iniciativas que têm os mesmos princípios norteadores da publicidade e que são promovidas a partir de meios e recursos on-line. De acordo com os autores, “transparência é a expressão consagrada para se falar da condição de exercício de autoridade pública sob o cognitivo alargado do cidadão e de instituições externas ao Estado” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018, s/p). Tornou-se um valor fundamental da gestão pública contemporânea (FILGUEIRAS, 2011). Por isso, um Estado idealmente transparente seria aquele que promoveria participação, debate e *accountability* democráticos (ROCHA, 2012; GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018).

Por *accountability*, entende-se o caráter de responsabilidade e responsabilização dos representantes diante dos representados. Isso também se dá por meio da institucionalização de estruturas jurídica e comunicacional que garantam o cumprimento das funções, a produção e circulação de relatórios, a eficiência sobre a gestão dos recursos públicos e a responsabilização pelas ações. Vincula-se à prestação de contas e à avaliação de desempenhos pautadas por consequências políticas, favoráveis ou negativas às autoridades. De acordo com Schedler (1999), o *accountability* agrega duas principais dimensões. A primeira é informativa, de responsabilidade, ao prestar contas e deixar os cidadãos cientes das ações dos governantes. A segunda é o cumprimento legal daquilo que se espera de suas ações e funções.

Segundo O'Donnell (1998), distingue-se em dois tipos o ideal de *accountability*: vertical e horizontal. Essa distinção pode ser compreendida dadas as orientações dos fluxos de controle dentro da ordem estabelecida no Estado. Vertical vincula-se à prestação de contas entre os representantes e representados. Por sua vez, tem-se *accountability* horizontal quando são instituídos órgãos estatais e legislação que permitam o controle entre autoridades e poderes, o que tem sido registrado nas recentes poliarquias. Para o autor, representa a institucionalização legal da desconfiança política (O'DONNELL, 2001). A identificação da ampliação de atores e instituições que monitoram e cobram os detentores de poder nesse sentido, indica como as proposições de *accountability* horizontal de O'Donnell são pertinentes às democracias monitoradas. O vertical, por sua vez, é fundamental para a concepção normativa da democracia representativa.

Destaca-se que a transparência é mais que a promoção de acesso a informações das instituições democráticas, embora se paute, principalmente, por isso. Segundo Rocha (2012), o compromisso com o ideal de transparência pode ser compreendido como o rompimento de antigas práticas do Estado de centralizar as informações produzidas por ele, como se fossem propriedades. A partir disso, há uma tendência de se considerar como transparência a prática que reduz o *déficit* informacional da sociedade sobre o Estado e a burocracia.

Na perspectiva crítica de Filgueiras (2011), não só é possível diferenciar políticas “de publicidade” e “de transparência” como também se torna relevante essa distinção, pois isso gera efeitos diretos para se alcançar o *accountability*. Segundo o autor, uma entidade empenhada na disponibilização de informações para promoção da transparência, preocupar-se-ia muito mais em tornar acessíveis dados acerca de seu funcionamento interno e das relações com outros agentes, de distintas esferas.

Por outro lado, uma política de publicidade adotada por uma entidade buscaria a promoção da cidadania, ou seja, desenvolveria práticas pertinentes ao que se tem como normativo para a razão, a comunicação e esferas públicas (RAWLS, 1999; BRANDÃO, 2007; HABERMAS; 1997). Assim, alcançar-se-ia o *accountability* tendo como caminho a promoção de mecanismos de participação cidadã ancorada no uso público da razão.

Cabe ainda distinguir a responsabilidade política da legal. A ideia de *accountability* política diz respeito apenas à prestação de contas da atuação dos representantes no plano político, das estratégias, parcerias, decisões e políticas

adotadas. Por conseguinte, o monitoramento e a avaliação dos governantes são realizados pela sociedade e outras instâncias institucionalizadas nessas funções – como a imprensa ou partidos adversários no caso de agentes políticos –, resultando, por exemplo, na reeleição ou não dos representantes. Perspectiva pertinente ao que abordamos nesta tese. Já o *accountability* legal vincula-se à dimensão constitucional, às leis de prestação de contas, tendo, portanto, suas ações monitoradas, avaliadas e julgadas – não só, mas principalmente – institucionalmente pelo Poder Judiciário nas suas diversas instâncias (ARATO, 2002). Trata-se daquilo que Feenstra e Casero-Ripollés (2014) denominam como monitoramento governamental, o que não é necessariamente o foco desta tese.

Por isso, importa às instituições democráticas explorar essas plataformas online para a produção de conteúdo para o público no sentido de prestar contas políticas sobre as decisões e demais atividades aos representados. Ressalta-se, aqui, que não é objetivo da tese avaliar o nível de transparência ou *accountability* das publicações em RSO das instituições estudadas. Contudo, o atual monitoramento dos cidadãos nesses ambientes está relacionado à expectativa deles em serem ouvidos por seus representantes (KEANE, 2010). O que deveria ser facilitado e ampliado na comunicação em rede, especialmente em plataformas como o Facebook, cujas *affordances* estimulam as interações digitais.

No Brasil, o Governo Federal – para além das definições das políticas nacionais de comunicação – mantém canais de comunicação pública e governamentais. Distingue-se comunicação pública e de governo pelo propósito. Aquela tende a promover a cidadania com a produção e conteúdos independentemente da mídia comercial, enquanto a de governo visa mais apelos e interesses do Executivo. No âmbito digital, além dos perfis oficiais da Presidência da República nas mídias sociais, os canais estatais exploram as plataformas em rede para ampliar a difusão dos conteúdos com transmissões on-line de algumas coberturas e parte da programação (CERVI; CARVALHO, 2019). Especificamente, o perfil analisado dentro do *corpus* neste trabalho é o Palácio do Planalto, que diz respeito à gestão do presidente em exercício, Michel Temer (MDB) no período analisado (2017-2018) neste caso.

As agremiações partidárias também podem utilizar a Internet para otimizar sua atuação (BARROS, 2016), especialmente no relacionamento com a sociedade por meio de seus websites ou páginas em RSO. Há décadas, a literatura registra

diversas abordagens sobre os efeitos da comunicação digital para os partidos políticos. São trabalhos que discutem como a Internet, o maior acesso às informações políticas e a maior participação da sociedade via plataformas digitais poderiam aumentar ou diminuir a qualidade democrática (BRAGA; FRANÇA; NICOLÁS, 2009; NORRIS, 2001; SCHÄFER, 2015).

Como destaca Barros (2016, p.12), a comunicação partidária é importante para revitalizar a mediação entre os cidadãos e os partidos e as ferramentas on-line possibilitam gerar visibilidade e publicidade das ações institucionais. Especificamente sobre o uso da Internet pelos partidos, isso pode favorecer “a participação e a expressão dos cidadãos e esboçar uma sintonia com eles” (BLANCHARD, 2006, p.16). No Brasil, quase todos (87,5%) dos partidos exploram alguma mídia social potencialmente interativa, tornando-se relevante especialmente para o público jovem por permitir uma comunicação mais direta, sem intermediações e menos institucionalizada (BARROS, 2016).

Esse é o caso das três agremiações políticas escolhidas para serem analisadas neste trabalho: MDB, PSDB e PT. Importantes partidos brasileiros, são os três maiores em números de filiados e de representantes eleitos no Congresso Nacional na contemporaneidade³⁴. Os três possuem páginas oficiais no Facebook nas quais publicam seus respectivos posicionamentos sobre temas em evidência nas agendas pública e política, informes institucionais e a atuação de seus atores políticos. Além da interação, usam as RSO para mobilização, difusão de informação e sofisticação de suas atividades (BRAGA; ROCHA; CARLOMAGNO, 2017).

No Brasil, PSDB e PT também são os que mais se destacam nas mídias sociais, seja em grau de atenção e número de engajamento (BRAGA; ROCHA; CARLOMAGNO, 2017), seja em maior atuação em diferentes redes sociais (BARROS, 2016). Como já destacado, são os partidos que têm concentrado e polarizado a política brasileira, a partir da atuação nas eleições presidenciais ao longo de quase três décadas (BORGES; VIDIGAL, 2018). O MDB costuma ter um desempenho mediano de interação, distanciando-se de PSDB e PT e aproximando-se de outros partidos também de tamanhos medianos no Brasil (BRAGA; ROCHA; CARLOMAGNO, 2017).

³⁴ Considerando a legislatura (2015-2018), período de produção inicial da tese.

Até aqui, o que estamos abordando como *accountability* se aplica muito mais aos partidos e agentes políticos que se submetem ao voto popular. Se o uso de plataformas on-line por órgãos do Estado e por partidos políticos têm servido para prestação de contas tendo como premissas a publicidade e responsabilidades políticas, a produção de conteúdo por demais instituições democráticas não se distancia disso. Considerando as dimensões de representatividade abordadas nessa tese, é importante discutir, ainda, as noções de *accountability* e transparência por parte da imprensa e dos novos grupos sociais atuantes na circulação de informações no debate público contemporâneo.

Estando fadadas à intensa avaliação pública de seus atos (KEANE, 2010), cabe a essas instituições também prestarem contas à população, em especial considerando o tipo de atividade que se propõem a desenvolver na democracia brasileira. A imprensa tradicional, por exemplo – nesta tese representada por Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e o Portal G1 – tem consolidado sua credibilidade enquanto representante do interesse público e do modelo de jornalismo liberal consolidado no século XX. Por isso, de tais entidades, espera-se a produção de conteúdo político e economicamente independentes, imparciais e apartidários, o que é reforçado pelos três exemplos serem amplamente conhecidos e consideradas empresas midiáticas referências no Brasil.

Tradicionalmente, os veículos de imprensa tornam públicas suas respectivas linhas editoriais, justificando os valores, interesses e estratégias de atuação. Os mecanismos on-line de interação da sociedade com os órgãos da imprensa também potencializam o monitoramento dos cidadãos que tendem a criticar cada vez mais, de maneira difusa e complexa, a mídia e o jornalismo (BRAGA, 2006).

Em relação ao conteúdo produzido e difundido via RSO, é importante frisar que as empresas jornalísticas são as únicas instituições privadas consideradas nesse trabalho e, por isso, sua atuação nas RSO também é condicionada pela respectiva comunicação estratégica. Atuam, portanto, para além da promoção de comunicação pública, pautadas pela lógica da comunicação de marketing, que podem incluir entre os objetivos o lucro, o aumento de vendas, a superação de concorrentes e o relacionamento com os consumidores. Em redes sociais como Facebook, veículos de imprensa têm atuado, principalmente, para a re-circulação de conteúdos e a condução

do leitor para o seu portal³⁵. Além disso, cabe ressaltar que, em seus perfis nas redes, não compartilham apenas conteúdos públicos e políticos, mas entretenimento e as chamadas *soft news*, como publicações sobre comportamentos, moda e culinária.

Já em relação aos novos movimentos representativos da esfera social, cabe refletir como se constituiria, em primeiro lugar, o grau de representatividade e depois como se daria uma relação pautada pelo princípio de prestação de contas de suas atividades entre eles e a população. Ressalta-se que Pública, MBL e Mídia Ninja são atores recentes, nativos de ambientes digitais, criados nesta segunda década do século XX e apresentam o menor nível de institucionalização entre as entidades consideradas na pesquisa. Assim, percebe-se, principalmente no que diz respeito a esses novos agentes do debate público, o protagonismo da utilização das plataformas on-line, tanto para suas ações de *accountability*, quanto para a produção de conteúdo virtual, o que interessa a esses movimentos que, entre seus objetivos, assumem a função de mobilização on-line.

É pertinente lembrar que a perspectiva de Keane (2010), ao correlacionar a ascensão da abundância comunicativa com a democracia monitória, acaba abarcando o excesso de produção de conteúdo por parte das instituições. O que pode, de modo contraintuitivo, contribuir com a desinformação e gerar mais confusão na comunicação pública do que a auxiliar o seu fortalecimento. Aqui, tal ponderação não visa criticar as iniciativas de transparência governamental, mas atentar-se ao fato de que o excesso de conteúdos públicos produzidos e difundidos nos diferentes âmbitos na contemporaneidade não causa, necessária e diretamente, o debate mais informado e qualificado. É preciso que os representantes invistam em ferramentas e iniciativas eficientes e eficazes, responsivas à expectativa pública.

Sobre a esfera política reconhecer o acesso dos cidadãos aos conteúdos políticos como nunca antes, Blumler e Coleman (2017, p. 25) afirmam que “torna-se necessário reconsiderar a noção de conhecimento cívico”, conectando-a às várias práticas emergentes pelas quais as pessoas não apenas encontram informação, mas também se percebem implicadas interativamente em sua construção, circulação e revisão”. Trata-se de se apreender também o que os cidadãos fazem com tais

³⁵ Ressalta-se que Portal G1 permite livre acesso a seus conteúdos. Folha e Estadão limitam ao público em geral e restringem o acesso aos assinantes. Cabe aqui ressaltar, também, que a Folha de S.Paulo parou de alimentar com conteúdos sua fanpage em fevereiro de 2018. A decisão foi uma resposta da empresa ao Facebook, que realizou mudanças no algoritmo e na circulação de conteúdos dentro da rede, limitando o acesso dos usuários a posts de páginas.

informações ou nesses novos canais de interação. É importante frisar, aqui, que não se trata de uma perspectiva determinista da tecnologia sobre a política, sobre a participação ou efeitos institucionais dela. Como Keane (2015) ressalta, este novo cenário apresenta-se como uma oportunidade para a ação humana, individual e coletiva perante a democracia.

Assim, ao também caracterizar a formação de uma era de abundância comunicativa, Blumler e Coleman (2017) afirmam que o novo ambiente é mais fragmentado para a comunicação política. Nas palavras dos autores, “também há uma percepção que a abundância informacional aumenta as oportunidades para que os próprios cidadãos exerçam a fiscalização democrática, buscando por si mesmos histórias não contadas e dados não divulgados” (BLUMER; COLEMAN, 2017, p. 24). É justamente sobre essas mudanças de participação que o subcapítulo seguinte passa a tratar.

3.4 OS CIDADÃOS ON-LINE E PARTICIPAÇÃO NÃO-INSTITUCIONALIZADA

Diante do alargamento democrático, dos incentivos à participação civil, coletiva ou individualmente, e dos avanços tecnológicos, culturais e de comunicação, surgem novas formas de participação política no âmbito on-line. Além disso, passa-se a predominar um comportamento crítico por parte dos cidadãos (NORRIS, 2010), que tendem a reivindicar e a explorar formas mais diretas e menos institucionalizadas de participação e manifestação na contemporaneidade (CHERESKY, 2015; MANIN, 2013; KEANE, 2010). É, principalmente, na forma de monitoramento e controle das atividades governamentais e dos resultados políticos que se dá a participação em democracias monitoradas (AXTMAN, 2013).

Considerando que a participação política tem custos aos cidadãos, as plataformas on-line representam uma diminuição do investimento que cada um deve fazer para conseguir participar (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016). Por isso, aqui, a maior oferta de participação on-line também deve ser discutida do ponto de vista do indivíduo, não apenas das instituições que as promovem. Tendo em vista que já foram abordadas a ampliação da esfera pública na era digital e características específicas das conversações em rede, torna-se importante neste subcapítulo a discussão voltada para o cidadão diante das novas possibilidades de participação. É preciso considerar

que há um excesso de demanda de participação por parte dos cidadãos, que de forma constante e não institucionalizada, esperam receber a atenção e serem ouvidos por seus representantes (CHERESKY, 2015).

Como Kalsnes, Olof e Enli (2017) evidenciaram, a possibilidade dada às pessoas comuns de se dirigem diretamente a seus representantes fez com que o Facebook se popularizasse como um ambiente de interação da população com a política. Os autores, contudo, reforçam que essa conexão é impulsionada principalmente pelo interesse dos cidadãos. O comportamento deles, no que tange à interação, é mais relevante que a atuação dos representantes nas mídias sociais.

Cabe reforçar que o monitoramento democrático também é apresentado como uma nova forma de participação política contemporânea, na perspectiva cidadã (GRAEFF, 2019; KEANE, 2010; SCHUDSON, 1988). Contudo, a forma de participação que nos interessa aqui está relacionada às interações digitais das pessoas com instituições representativas da democracia, nas dimensões política e social. Especificamente, as manifestações dos cidadãos em espaços informais como as RSO, caracterizadas como uma forma de monitoramento individual. Não se trata, portanto, de formas mais institucionalizadas de e-participação, como fóruns digitais específicos voltados a discussões sobre governança ou projetos de lei, ainda que também sejam exemplos de participação monitoras.

A perspectiva da cultura cívica no modelo proposto por Verba e colegas (1995) reconhece as habilidades e competências do cidadão como recursos para participação. Além disso, evidencia que os indivíduos participam democraticamente tentando influenciar não apenas a esfera política, mas também os estilos de vida social. Dessa forma, tal modelo é, especificamente, pertinente por dar relevância não apenas às ações participativas dos cidadãos dirigidas aos governantes, mas também aos representantes da esfera pública (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016) e por não restringir aspectos participativos aos momentos decisórios. O que se tem considerado nesse trabalho.

Defende-se que a participação on-line pode ser uma alternativa de comportamento cívico do cidadão, que é instruído para utilizar as ferramentas e plataformas e que tem interesse em buscar informações ou monitorar on-line as instituições representativas. De acordo com Ribeiro, Borba e Hansen (2016), a participação on-line pode ser concebida como uma oportunidade para a prática política de alguns indivíduos que não participam presencialmente. Providos de

recursos como escolaridade e informação, esses cidadãos vêm ferramentas e plataformas on-line convenientes à participação, ainda que individualmente. Nesse sentido, a capacidade, comunicacional e organizacional, de cada indivíduo também se torna politicamente relevante, para além dos recursos financeiros que possibilitam a participação cidadã.

Trata-se, portanto, de abordar a informação e a instrução como recursos individuais que podem promover a participação on-line (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016). É importante destacar que as competências individuais não aumentarão apenas o volume da participação política, mas certas habilidades podem conduzir o cidadão hábil, a uma participação mais eficaz (HABERMAS, 1997; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Norris (2010) discorrerá como, na contemporaneidade, o comportamento dos indivíduos tem se caracterizado, principalmente, a partir de críticas direcionadas às instituições e aos representantes. Unindo a esse comportamento do público o cenário de abundância comunicativa e a aproximação dos representantes em espaços mais comunicativos, é possível conceber um caminho percorrido para a constituição da democracia monitorada em Keane (2010). Essa linha de pensamento é importante para chegarmos à discussão abordada no próximo subtópico, que é a definição do comportamento monitor como uma forma de participação individual (SCHUDSON, 1998).

Na modalidade cívica de monitoramento, dentre aquelas apresentadas por Feenstra e Casero-Ripollés (2014), há quatro tipos de monitoramento promovido pelos cidadãos. O primeiro seria de fiscalização, de controle das esferas de poder, próximo à função de “cão-de-guarda” (*watch dog civic*) vinculada ao que já se definiu como função da atividade jornalística nas democracias. Conforme os autores, exemplos desse tipo de monitoramento são mobilizações on-line orquestradas em redes sociais para questionar decisões e ações dos representantes. O segundo tipo vincula-se à extração e filtragem de informações secretas, próximo à noção de *hacktivismo*. O terceiro tipo de monitoramento social apresentado pelos autores é o jornalismo alternativo, abarcando desde os novos veículos independentes até as iniciativas de jornalismo cidadão. O quarto e último tipo é apresentado pelos autores como a extensão da representação, para além dos âmbitos institucionalizados como os parlamentos.

Manin (2013), por exemplo, diagnostica a participação não institucionalizada como uma das características da democracia do público e destaca como essa atuação individual tem se ampliado. “Um número crescente de cidadãos, ao que parece, participa de manifestações, assina petições ou então pressiona, por suas reivindicações, diretamente os tomadores de decisão”. O autor caracteriza em três aspectos esse tipo de participação: i) tende a se dar de forma episódica como resposta a contextos isolados e isso caracteriza ação muito mais por oportunidade do que fidelidade; ii) as mobilizações são incentivadas por autointeresse e não por uma gama de aspectos de interesse público ou coletivo; iii) os cidadãos apresentam suas reivindicações diretamente aos tomadores de opinião. Tal caracterização vai ao encontro das ideias articuladas até aqui (KEANE, 2010; 2015; SCHUDSON, 1998; SORJ, 2015; CHERESKY, 2015; LIPOVETSKY, 2004).

É importante ressaltar que o Manin (2013) não se restringe às manifestações on-line, ainda que elas estejam incluídas e sejam o interesse deste trabalho. Como o autor é referência sobre a democracia representativa³⁶ (MANIN, 1997), importa a preocupação que ele tem ao destacar a manifestação direta dos cidadãos para os representantes como algo que destoe dos governos representativos. Isso porque é uma das principais frentes problematizadas por Keane (2010) ao se criticar o monitoramento excessivo da democracia. Essa participação não institucionalizada é, pois, uma das principais características das democracias contemporâneas (CHERESKY, 2015) e passou a ser potencializada pelos novos fluxos de comunicação (KEANE, 2015).

Assim, verifica-se que o monitoramento é uma forma possível, entre muitas, de participação política. Segundo Feenstra (2010), caracteriza-se, principalmente, por ser exercida a *posteriori*. Portanto, não se trata de uma atuação na perspectiva deliberativa ou participativa, em que ajudar-se-ia a decidir. Relaciona-se mais a questionar as decisões já tomadas e discutir as consequências. Tem caráter reativo.

³⁶ Embora não seja objetivo desta tese, pode-se perceber a democracia monitorada de Keane (2010), na era digital, como um quarto estágio da democracia representativa em um diálogo com os três tipos indicados por Manin (1997). Temporalmente, corresponde à constituição da democracia do público, já que Keane (2010) indica o início da democracia monitorada com a ascensão da comunicação de massa virtual e a com a globalização. Contudo, como se reforça em algumas partes do trabalho, Keane (2010) reconhece que há mudanças contínuas na evolução da democracia representativa, tal qual Manin (1997), porém o estágio de monitoramento torna-se algo distinto, uma ruptura, que ganha destaque com a comunicação on-line e, por isso, pode ser considerado um novo estágio das relações democráticas.

Ressalta-se que redes sociais digitais como o Facebook têm *affordances* que promovem a interação e incentivam a expressão e manifestação de opinião dos indivíduos por meio de reações, compartilhamentos e comentários, registrando e difundindo o posicionamento de cada um diante do conteúdo consumido. No primeiro capítulo deste trabalho, já se discutiu como a participação dos cidadãos nesses ambientes excessivamente informacionais e interativos não tem consagrado conversações dentro dos parâmetros deliberativos de debate público.

3.4.1 O monitoramento individual como forma de participação on-line

Com o aumento da demanda cidadã por maior participação, alguns espaços apropriados para sua realização no âmbito do Estado e em plataformas mediadas são instituídos. Contudo, interessa-nos aqui como a participação não institucionalizada, somada ao individualismo enquanto comportamento contemporâneo, contribuiu para que os cidadãos, mais críticos às entidades representativas, atuem como monitores democráticos, especialmente em plataformas digitais.

Michael Schudson (2010; 2016) é um dos pares que explora questões acerca do estágio de monitoramento democrático em algumas de suas publicações. É neste autor que Keane se inspira para nominar o novo estágio democrático. Schudson (1998) apresenta o comportamento monitor como uma nova forma cívica de participação política dos americanos, que passam a acompanhar as atividades da esfera de poder e atuar na cobrança das instituições quando pertinente.

O comportamento do cidadão monitor³⁷ é marcado, assim, pela atuação de vigilância no ambiente em que ele e as instituições estão inseridos, não necessariamente coletando informações para obter conhecimento sobre aquilo que acompanha (SCHUDSON, 1998), mas chamando a atenção dos representantes quando acham necessário. Assim, nota-se que a postura do cidadão monitor é pertinente ao comportamento dos indivíduos na esfera digital, incluindo nas redes sociais como o Facebook, em que há maior contato com os agentes representativos. A cidadania monitora seria um paradigma sucessor ao dos cidadãos informados, pois tende a explicar melhor a sobrecarga de informações (GRAEFF, 2019; SCHUDSON,

³⁷ Assim como foi feita a opção pela tradução de *democracia monitorada*, opta-se pela nomenclatura *monitor* e não *monitorial*.

1998). Destaca-se que o monitoramento é uma prática política que se expande e se multiplica por meio das novas mídias (FEENSTRA, 2010).

De acordo com Graeff (2019), o comportamento do cidadão monitor é composto tanto pela vigilância ambiental, quanto pela coleta de informações. Tende a ser mais defensivo do que proativo. Monitores manifestam-se quando reconhecem erro ou perigo. E isso também ocorre quando o monitoramento é individual. É importante ainda considerar que essa cultura de vigília também se estende no âmbito social e nos microespaços em que esse cidadão atua (GRAEFF, 2019).

Schudson (1998) considera que o monitoramento é uma progressão da cultura cívica americana. Um estágio avançado posterior ao cidadão informado. Trata-se de perceber “os cidadãos mais atentos aos assuntos públicos e desempenhando um papel de monitor” (GRAEFF, 2019, s/p). Assim, esse comportamento inclui a coleta e o compartilhamento de informações, inclusive de forma organizada, em rede (GRAEFF, 2019). Diante disso, o monitoramento pode ser considerado uma nova forma de comportamento democrático que busca questionar as decisões dos representantes (ROWE, 2010).

Empiricamente, em um estudo que avaliou o nível de monitoramento de cidadãos em países nórdicos, Hooghe e Dejaeghere (2007) elencaram quatro características intrínsecas a um indivíduo monitor do tipo ideal. Para os autores, o cidadão que se torna monitor deve ter algum interesse político, esperar eficácia das instituições políticas; estar em atividade de monitoramento e não depender de instituições para entrar em contato de cobrança. Os pesquisadores transformaram tais atributos em categorias para analisar o quanto os indivíduos se aproximariam e se afastariam desse modelo ideal. É importante destacar que, para Schudson (1998), o cidadão monitor não é passivo, mas tende a agir somente nos momentos em que percebe ideais para isso. Nesse sentido, o monitor é um “vigilante” que se manifesta em relação a determinados temas de forma individual, sem a intermediação de instituições.

A ação de monitorar pode ser definida como estar próximo e atento às instituições e pronto para se manifestar apenas quando necessário. O comportamento monitor do cidadão é marcado, assim, pela atuação de vigilância no ambiente em que ele e as instituições estão inseridos, não necessariamente coletando informações para obter conhecimento sobre os fatos e instituições que acompanha (SCHUDSON, 1998). Evidencia-se, pois, que a postura do cidadão monitor é pertinente ao

comportamento dos indivíduos na esfera digital. Em ambientes on-line, esses monitores realizam uma varredura pelas informações e não necessariamente se aprofundam sobre elas, manifestando-se individualmente quando acharem necessário (VAN DEN HOVEN, 2005).

Hooghe e Dejaeghere (2007) indicam que essa individualização é uma característica do indivíduo pós-moderno, comportamento intrínseco à população mais jovem. E, logicamente, mais conectada. Para os autores, as novas gerações não estão, necessariamente, mais desinteressadas pela política, tampouco não buscam participar do debate público. Contudo, hoje, procuram formas e experiências não institucionalizadas e independentes para isso³⁸. É o comportamento também identificado por Manin (2013) e Chereski (2015), sobre a maior participação direta do cidadão com a esfera política.

Para Keane (2010), o comportamento passou a reconfigurar a democracia quando as pessoas desenvolveram o hábito de cobrar e julgar suas instituições e representantes por meio do monitoramento, ampliado e fomentado pela maior comunicação. O autor ressaltará como esse público, que individualmente torna-se monitor, mobiliza um discurso político ressaltando a participação na democracia para justificar seu comportamento.

Baseando-se em valores democráticos, os cidadãos exploram variadas formas de comunicação para questionar as instituições e os atores políticos. É nesse sentido que a defesa pela democracia é utilizada como argumento, justificativa, e seu significado acaba migrando de uma forma de governo para um estilo de vida no discurso contemporâneo (KEANE, 2010). Dessa forma, percebe-se o cidadão mobiliza um discurso crítico ao assumir individualmente a função de monitor³⁹.

A análise empírica de Hooghe e Dejaeghere (2007) reforça isso ao mostrar que os questionamentos e as cobranças do cidadão monitor se direcionam ao sistema

³⁸ Todavia, cabe ressaltar que, a partir de seus dados, os autores afirmam que os cidadãos pós-modernos – ainda que jovens, individualizados e com alta escolaridade – que se caracterizam como ativos e participativos politicamente na Escandinávia, são os vinculados a partidos e sindicatos. Comportamento diferente, pois, da América e da Europa Ocidental (HOOGHE; DEJAEGHERE, 2007).

³⁹ As proposições de Keane (2010) indicam uma proximidade com o conceito de “cidadão crítico” (NORRIS, 2010), democraticamente engajado, mas crítico às instituições. Contudo, na perspectiva de Keane, as alterações vinculam-se mais ao contexto social e comunicativo do que decorrem de comportamentos individuais das pessoas. Trata-se de uma percepção mais geral de aspectos políticos diante das formas de comunicação. Por isso, opta-se por não se aprofundar nessa vertente a discussão sobre o monitoramento.

político e às suas instituições, não à sociedade em si e aos concidadãos⁴⁰. A desconfiança e o posicionamento contrário, crítico, tende a se direcionar às instituições em si, não aos valores e ideais democráticos. Apesar disso, reforça-se que a literatura tende a registrar que, além dos conteúdos críticos, o comportamento nas conversações e debates em RSO se dá sob características como radicalização e incivildade. É esse comportamento, portanto, que poderia acabar ampliando o distanciamento entre a população e as instituições, sociais e políticas, dada à deslegitimação.

Observa-se que a principal diferença da caracterização do comportamento do cidadão monitor entre as proposições de Schudson e Keane se encontra na percepção otimista de Schudson (1998) de que essa forma individualizada de participação não gera desgastes no relacionamento entre representantes e representados. Keane (2010), por sua vez, explora o enfraquecimento dessa relação. Para o autor, ainda que as instituições representativas funcionem, elas têm que lidar com diversos outros agentes que se relacionam, incluindo um maior e intenso fluxo de comunicação e monitoramento entre as diferentes esferas. Assim, em Keane (2010), o excesso de monitoramento democrático não altera somente o comportamento da sociedade e desses novos monitores, mas das próprias instituições democráticas – como, por exemplo, os partidos, o parlamento e a imprensa – que, monitorados, passam a desempenhar suas funções sociais sob alerta constante.

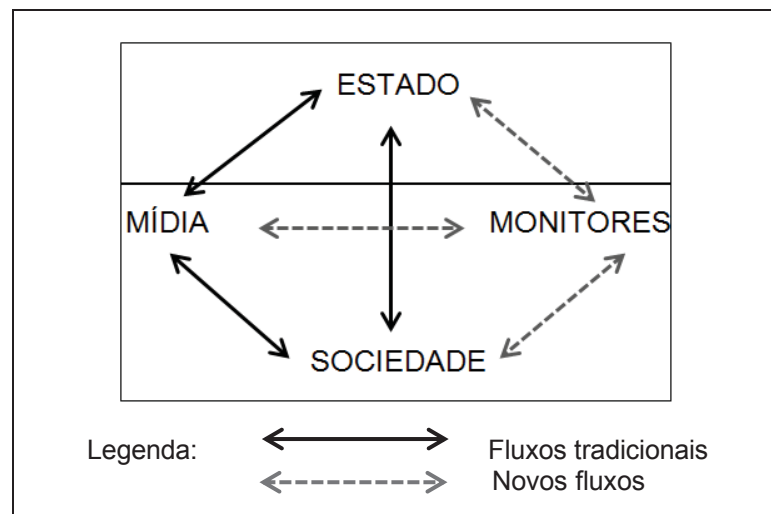
Keane (2010) também caracteriza os efeitos do excesso de monitoramento pela dimensão temporal desse comportamento, afirmando que em democracias monitoradas, a comunicação no sistema social e político tende a ser muito rápida. Além de intensos, os fluxos de questionamentos e cobranças, bem como a demanda por respostas, tendem a ser mais velozes. O que pode levar a uma saturação da comunicação entre os representantes e os representados e inviabilizando a eficácia dessa comunicação. Ao menos no que se restringe ao debate digital, especialmente nas RSO, acreditamos que o principal efeito da abundância comunicativa e do monitoramento é a ampliação do ruído no processo comunicativo. O excesso de conteúdos e manifestações faz com que a comunicação nesse espaço se

⁴⁰ São os autores que aproximam a discussão de Schudson, daquela apresentada por Norris e, antes, por Inglehart sobre o comportamento crítico dos cidadãos embasados nos valores pós-materialistas, que agrega a crítica às instituições representativas à demanda por maior participação horizontal.

sobrecarregue, diante de grandes volumes e intensidades de interações. Trata-se de uma irritabilidade no fluxo comunicativo (LUHMMAN, 2009), dificilmente atingindo um objetivo nessa comunicação.

Compreende-se como ruído⁴¹ qualquer interferência no processo de transmissão da informação que pode prejudicar a comunicação. Aqui, o ruído não é determinado pelo aparato tecnológico, como uma falha técnica do canal ou ambiente onde se dá a comunicação, mas pelos agentes que passam a integrar esse processo comunicativo. Considerando que, ao intensificarem sem organização os fluxos de informações em direção aos demais atores do processo, impedem que haja uma comunicação eficaz. Assim, num processo mais amplo, como o debate digital, o ruído é aquele conjunto de manifestações que prejudica a comunicação entre os atores envolvidos. A figura a seguir ilustra como os novos fluxos comunicativos acabam se configurando e o que muda, então, no debate público por conta da participação dos monitores individuais e a retenção da participação das instituições como mediadoras do debate.

FIGURA 3 – FLUXOS DO DEBATE PÚBLICO EM DEMOCRACIAS MONITORADAS



FONTE: Cervi e Carvalho (2018)

⁴¹ Ainda que se aproprie da noção de ruído, não se trata de defender ou aplicar a compreensão de ruído em Shannon e Weaver (1949). Para os autores, o ruído é uma variável causal, que gera efeitos e altera a comunicação. Unidirecional, essa abordagem foi superada pelo desenvolvimento e consolidação de outras teorias que abordaram o processo de comunicação de maneiras mais complexas, considerando outras variáveis e comportamentos dos atores envolvidos.

Quando não se torna ruído, o monitoramento das instituições pode gerar resultados positivos às relações democráticas, uma vez que a fiscalização e a cobrança podem ser compreendidas também como um retorno do interesse do cidadão comum ao acompanhamento da política. Pode se tornar diálogo.

O uso de novas tecnologias para a disponibilização de informações do Estado poderia contribuir com a qualidade desse debate se os meios de comunicação e os monitores atuassem juntos, organizando o fluxo de informações entre o campo político e a sociedade civil (SCHUDSON, 2010), o que não necessariamente acontece. Esses monitores são independentes e muitas vezes indivíduos que participam de forma isolada para cobrar ações das instituições sobre demandas muito particulares. Na esfera digital, isso também se amplia pelo fato de ela ser compreendida como um ambiente heterogêneo, fragmentado, saturado de demandas plurais, difusas e individuais, como debatido ao final do primeiro capítulo (GROSSI, 2011; KEANE, 1995; SORJ, 2015).

Como vem sendo exposto ao longo do texto, neste trabalho, trabalharemos com um tipo específico de monitor independente, aquele que se manifesta às instituições enquanto comentador de RSO. Assim, deve-se considerar o comentário feito pelo cidadão nas publicações dos perfis oficiais de instituições brasileiras como uma manifestação de monitoramento, especificamente se ele se dirigir ou fazer referência a ela. Não se trata, por tanto, de compreender todo e qualquer comentário ou interação como uma reivindicação ou cobrança aos representantes. A falta de controle sobre a produção de conteúdo em ambientes como essas RSO, permite que os participantes se expressem como e sobre o que quiserem. O que se defende aqui é a leitura de que o excesso de interações e conteúdos nas relações digitais tem intensificado o ruído entre as distintas formas de comunicação on-line, inclusive as relacionadas à representação democrática.

3.5 SOBRE O MONITORAMENTO DEMOCRÁTICO INDIVIDUAL EM RSO

Neste capítulo, discutiu-se como a constituição de democracias monitoradas está vinculada a uma herança histórica das sociedades liberais, a mudanças nas relações e fluxos entre representantes e representados e, conseqüentemente, a crises do modelo representativo. Na segunda metade do século XX, ampliou-se a demanda

por participação e desenvolveram-se novos mecanismos de transparência política. O controle do poder e a Sociedade Civil se fortaleceram. Entre os fatores que conduziram as democracias a esse cenário de monitoramento está o desenvolvimento da nova galáxia midiática, fortalecida pela comunicação on-line.

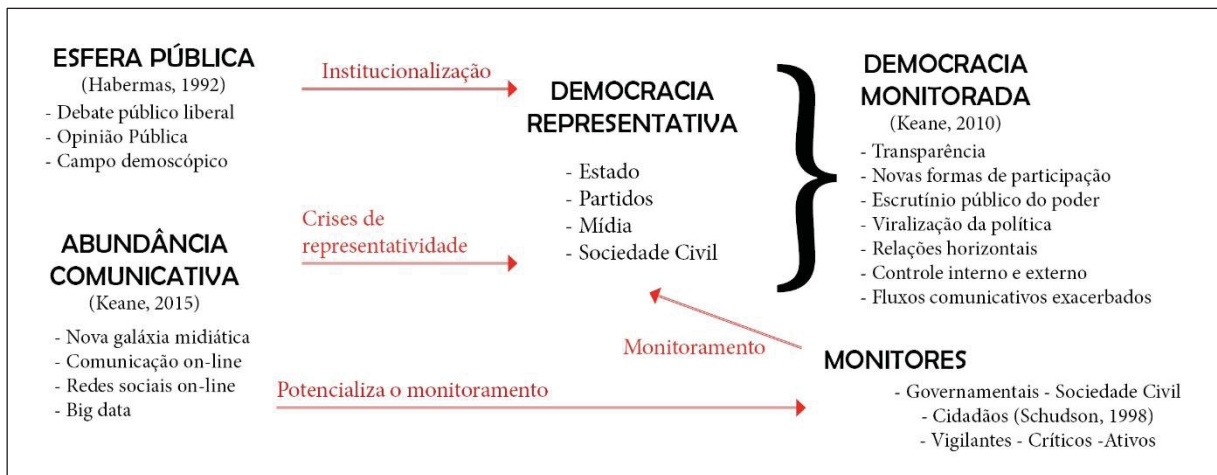
Procurou-se expor que, assim como o estágio de monitoramento democrático se estabelece de forma concomitante à abundância comunicativa, social e política, simultaneamente também se dão as crises de representatividade nas democracias contemporâneas. Diante dessa conjuntura, verifica-se uma ampliação de formas não institucionalizadas de participação, que se dão por meio de fluxos diretos aos representantes. Além de aprofundar em questões que Keane (2010) apresenta como características das democracias monitoradas, esta parte da tese elencou diversas pesquisas, de diferentes países, que se embasaram no autor para aplicar a teoria do monitoramento democrático e investigar, principalmente, ações da sociedade de cobrança e questionamentos de seus representantes.

A partir do excesso de informação nessa conjuntura, podemos considerar dois pontos distintos da abundância comunicativa para a democracia a partir de Keane (2010). De um lado, a nova galáxia midiática chama atenção e amplia o horizonte das pessoas para os assuntos políticos. O acesso a mais informações pode despertar o interesse dos indivíduos pelos negócios públicos e estimular a prática cívica. Por outro lado, a sociedade saturada de mensagens também estimula as pessoas a desconfiarem dos representantes e sentirem a necessidade de monitorarem. Chega-se a isso a partir de uma série de variáveis, que incluem problemas de *accountability* e demandas por mais espaços de participação, inclusive não institucionalizada. A comunicação é relevante, mas não exclusivamente determinante.

O capítulo apresentou o monitoramento cívico, realizado de modo independente e não institucionalizado pelo cidadão, como uma dessas novas formas alternativas de participação política. Aqui, o foco de interesse é, principalmente, a discussão sobre como os cidadãos, que apresentam comportamentos moldados pelo individualismo, pela crítica e pelo monitoramento, exploram novas formas de comunicação, como as redes sociais on-line (RSO), para se manifestar a seus representantes. Para chegar até aqui, considerou-se como prévia a discussão posta no primeiro capítulo teórico, em que se discorreu sobre aspectos normativos da esfera e do debate públicos liberais, bem como ocorreu sua institucionalização. Discorrendo sobre a relevância de instituições que organizam os fluxos do debate, aponta-se a

influência da abundância comunicativa e das crises de representatividade sobre a democracia representativa, que passa a apresentar uma nova roupagem, estruturando-se como democracias monitoradas. Na figura a seguir, resumem-se pontos principais abordados no trabalho até o momento.

FIGURA 4 – FLUXOGRAMA DA DISCUSSÃO TEÓRICA



FONTE: autora.

É relevante considerar que diante das crises, as instituições representativas também passam a investir em mecanismos e plataformas para comunicação entre representantes e representados, visando corrigir *déficits* democráticos por meio das plataformas digitais. Com ampliação exacerbada de volume e intensidades de participação e informação nesse campo demoscópico (formador da opinião pública, mas não restrito à esfera pública), a relação entre a sociedade e as esferas de poder passa a se caracterizar como crítica, de vigilância, pautada por cobranças. Assim, apresenta-se como uma nova série de desafios às instituições. Uma das questões levantadas por Keane é justamente a capacidade dos representantes darem conta não só da maior demanda por participação, mas de dialogar com a sociedade a partir dos novos fluxos recebidos.

Diante da discussão teórica levantada por esse capítulo, temos, portanto, um cenário de relações e interações representativas digitais que se configuram na direção oposta àquilo que se colocava, inicialmente, como normativo ao debate público democrático. Para além das questões relacionadas ao conteúdo, destaca-se o comportamento identificado por esses participantes.

Do mesmo modo que surgem novas instituições monitoras em nome do povo, ancorando-se em valores democráticos (KEANE, 2010), os usuários de redes sociais se manifestam pleiteando a consolidação de valores liberais da esfera pública em sua primeira condição, como a liberdade de expressão, exigindo maior participação, e a comunicação dialógica e horizontal (CHERESKY, 2015). Especificamente, o monitor acompanha as instituições monitoradas e reage quando compreende que há algo errado, que necessita ser questionado. Vigia e cobra os representantes por meio de suas manifestações.

É a partir dessa discussão sobre como cidadãos brasileiros têm explorado mecanismos sociais on-line para monitorar e cobrar seus representantes é que se passa à parte analítica desta tese. O próximo capítulo apresenta, empiricamente, a análise dos comentários que serão considerados monitores, por se manifestarem diante de instituições representativas da democracia brasileira, tanto da esfera estatal quanto da social, por meio de comentários em postagens institucionais de 12 *fanpages* ao longo de um ano.

4 O MONITORAMENTO DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS PELOS CIDADÃOS VIA REDE SOCIAL ON-LINE

Este capítulo é dedicado à análise empírica da pesquisa e, portanto, volta-se às interações e aos conteúdos dos comentários monitores publicados ao longo de um ano em páginas oficiais de instituições democráticas brasileiras em rede social on-line (RSO). Como já justificado, a decisão de englobar diferentes páginas e um período de 12 meses de manifestações digitais se dá justamente para se observar o volume e a intensidade desses comentários dirigidos às instituições na RSO. A análise quantitativa dos comentários possibilita a comparação entre as *fanpages* em seus diferentes níveis de institucionalização, além de permitir uma análise longitudinal do comportamento monitor dos brasileiros.

A partir do que foi discutido na literatura, definiu-se essa estratégia pela compreensão de que o comentário que cita a própria instituição está ali, em primeira instância, para monitorá-la. Ao se dirigir diretamente à instituição, o comentador não necessariamente discorre sobre o conteúdo do *post*. Tampouco se pressupõe que o comentador esteja, inicialmente, dialogando com os outros cidadãos presentes no debate. O cidadão está na página monitorando a instituição e em determinado momento age para questioná-la. E é isto que será testado empiricamente.

Como a pesquisa analisa as interações digitais e o monitoramento de modo ampliado na RSO, por meio de várias *fanpages*, de diferentes dimensões e representações, não se delimitou uma temática específica para se analisar nos comentários. Por isso, decidiu-se considerar um período amplo de manifestações dos brasileiros na RSO, que totalizou um ano. De 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, os dados foram retirados do Facebook semanalmente, por meio do aplicativo Netvizz⁴². Justifica-se esse recorte temporal por ele não abranger nenhuma eleição, o que poderia condicionar as manifestações dos indivíduos via comentários ao comportamento eleitoral, este que tende a ser mais polarizado e tematicamente restrito à disputa, não necessariamente às instituições e suas postagens no Facebook.

⁴² Aplicativo desenvolvido e disponível gratuitamente dentro do próprio Facebook para extração de dados de páginas, perfis e grupos da rede social (RIEDER, 2013). Esteve disponível em: <https://apps.facebook.com/netvizz>. Cabe ressaltar que em abril de 2019, o aplicativo deixou de ter acesso aos dados do Facebook graças a mudanças nas políticas de acesso da plataforma via API.

Ressalta-se que os agentes selecionados⁴³ *ad hoc* para essa pesquisa se apresentam como defensores dos ideais democráticos, das liberdades, inclusive a de expressão, e são instituições representativas dos brasileiros. Enquanto mediadoras do debate público, agendam-no e o fomentam, inclusive no âmbito das conversações digitais. Considerando as mudanças na esfera pública, nas formas de participação, representação e mediação do debate, e a perspectiva da democracia monitorada, optou-se por testar o monitoramento em entidades que fossem de diferentes níveis de institucionalização e oriundas tanto da esfera social, quanto da política no Brasil. Por isso, distingue-se em quatro grupos dada à dimensão de representação, que reflete diretamente no nível de institucionalização indicado.

Como já indicado, compreende-se que a "institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade" (HUNTINGTON, 1968, p. 12). Assim, quanto maior o nível de institucionalização, maior estabilidade e conhecimento social compartilhado a instituição possui. Se elevada for a institucionalização de determinada entidade, mais claras e estáveis as expectativas sociais em relação ao comportamento dela (MAINWARING; TORCAL, 2005). Portanto, institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita e o nível estabelecido aqui vai do mais estatal ao mais social.

Deste modo, entidades mais tradicionais, com funções e comportamentos reconhecidos e legalmente instituídos na democracia brasileira possuem um maior nível de institucionalização. Como é o caso do Congresso e o Poder Executivo nacionais, regidos e delimitados pela constituição brasileira. Ao passo que entidades mais novas, recentemente criadas a partir da reunião de indivíduos no ambiente digital e cujas ações são autodefinidas e regulamentadas, comparativamente, apresentam um menor nível de institucionalização. Portanto, a classificação do nível de institucionalização dos representantes aqui não se refere à maior ou menor participação on-line em suas publicações. Tampouco nivela os efeitos que tais participações gerarão. Trata-se de classificá-los, comparativamente, em maior ou menor nível de institucionalização no Estado e na sociedade, de modo geral.

⁴³ Reforça-se que o apêndice A neste trabalho traz mais informações e uma descrição mais detalhada sobre cada uma das doze instituições analisadas.

Como as instituições também foram selecionadas pensando na sua atuação e forma de representação tanto na esfera pública quanto na política, as *fanpages* são divididas por dimensões de representação. A dimensão estatal é representada por órgãos e instituições políticas oficiais da política brasileira, especialmente dos poderes executivo e legislativo, que mantêm perfis oficiais na rede social Facebook. Neste conjunto, são selecionadas as *fanpages* “Agora no Planalto” (perfil oficial do Governo Federal Executivo); “Senado Federal” (perfil oficial do Senado brasileiro); “Câmara dos Deputados” (perfil oficial da Câmara dos Deputados). Por serem páginas oficiais de comunicação de órgãos do Estado brasileiro, são classificadas como muito alto o nível de institucionalização.

Para constituir a dimensão “estatal-social”, escolhem-se três partidos brasileiros, por serem agentes atuantes nas duas esferas de representação, do Estado e da sociedade. No Facebook, selecionam-se as *fanpages* dos três maiores partidos nacionais: “MDB Nacional” (perfil oficial do Partido do Movimento Democrático Brasileiro); “Partido dos Trabalhadores” (perfil oficial do partido homônimo); “PSDB” (perfil oficial do Partido da Social Democracia Brasileira). As agremiações representam, aqui, instituições de alto nível de institucionalização, contudo, menores que os órgãos oficiais do Estado.

Já em relação às instituições sociais tradicionais, selecionam-se três perfis de veículos tradicionais da mídia brasileira. São as *fanpages* “Folha de S. Paulo” (perfil do jornal homônimo, de abrangência nacional, com a maior tiragem de exemplares impressos no país); “Estadão” (o jornal “O Estado de S. Paulo” também de abrangência nacional e com a segunda maior tiragem no Brasil); e “G1 Portal de notícias” (do portal informativo G1, responsável pela produção noticiosa on-line do maior grupo midiático do Brasil, o Grupo Globo). Considera-se que são de um nível intermediário de institucionalização (em comparação aos demais). Os veículos da imprensa tradicional têm fácil acesso ao campo político e influência no mesmo, porém são oriundos da sociedade. Constituem-se empresas privadas ainda que prestem serviço público, com funções bem compartilhadas socialmente.

Como “novo social”, são escolhidas *fanpages* que representam novos agentes produtores de conteúdo político, inseridos na lógica do debate, mas oriundos do ambiente digital. São novos representantes da sociedade, que não possuem vínculos com as instituições tradicionais, nem sociais, nem políticas. Apresentam-se como representantes da sociedade no debate público democrático, mas também como

agentes independentes. São selecionados: “Movimento Brasil Livre”; “Mídia Ninja”; e Agência Pública. Por serem novas representantes sociais, orgânicas do mundo digital, são consideradas como exemplos de muito baixo nível de institucionalização⁴⁴. São páginas e instituições com elevada participação dos cidadãos, tendo seus conteúdos produzidos de forma colaborativa. Outra característica compartilhada pelas páginas que compõem a dimensão novo-social é a postura crítica ao campo político, às instituições consolidadas como a grande mídia, os partidos e seus políticos e o Estado. Cada um a seu modo – Agência Pública, Mídia Ninja e Movimento Brasil Livre – também são monitoras das instituições tradicionais da democracia brasileira.

O quadro abaixo resume esse agrupamento das instituições por dimensão e nível de institucionalização. Também traz as informações de suas *fanpages*, como endereços e códigos de identificação, utilizadas para a raspagem dos dados.

QUADRO 2 – DADOS DAS PÁGINAS INSTITUCIONAIS ANALISADAS NA PESQUISA

Dimensão Repres.	Nível Instituc.	Nome da <i>fanpage</i>	Endereço digital (ID no Facebook)
Estatal	Muito alto	Planalto	https://facebook.com/199126586891882/
		Senado Federal	https://facebook.com/150311598318037/
		Câmara dos Deputados	https://facebook.com/316136345150243/
Estatal social	Alto	MDB Nacional	https://facebook.com/185875761943/
		Partido dos Trabalhadores	https://facebook.com/105821366170914/
		PSDB	https://facebook.com/190928727653011/
Social Tradicional	Baixo	Folha de S. Paulo	https://facebook.com/100114543363891/
		Estadão	https://facebook.com/115987058416365/
		G1 O Portal de notícias	https://facebook.com/180562885329138/
Novo social	Muito baixo	MBL – Movimento Brasil Livre	https://facebook.com/204223673035117/
		Mídia Ninja	https://facebook.com/164188247072662/
		Agência Pública	https://facebook.com/228301373863551/

Fonte: autora.

Com o aplicativo Netvizz, obtêm-se diversos dados sobre o conteúdo e as interações nessas *fanpages*. O banco gerado com os *posts* contém métricas sobre

⁴⁴ Como a discussão teórica dá ênfase ao surgimento de novas instituições monitoras no contexto da abundância comunicativa, opta-se por novos agentes, que se colocam como novos representantes na esfera pública, em detrimento de movimentos sociais tradicionais. Outro critério de escolha pelas instituições diz respeito à presença no Facebook, atualização e engajamento do público na página. Por isso, por exemplo, que não foi selecionado o Poder Judiciário na dimensão estatal, uma vez que na época em que se iniciou a coleta, o TSF não tinha *fanpage* ativa na rede social on-line.

curtidas, compartilhamentos e comentários nas publicações feitas por essas instituições na rede social. Já o banco de comentários também registra a quantidade de curtidas que os comentários receberam e a autoria deles, indicando se o comentário é de algum usuário qualquer da rede ou de um administrador da página. Em ambos, há o conteúdo textual das publicações e datas e horários de publicação.

Como a análise que se segue nos próximos subcapítulos e tópicos possui diferentes abordagens e procedimentos, optou-se por não os reunir em um capítulo metodológico. As estratégias e métodos utilizados serão explicitados ao longo das análises, contextualizando-as. Também se recorre aos apêndices do trabalho, nos quais há detalhes dos procedimentos, retirados deste capítulo para melhorar a qualidade de leitura. Até aqui, importava explicitar as decisões estratégicas para testar o nível de monitoramento das instituições brasileiras pelos indivíduos em RSO. Ademais, os resultados da pesquisa são trazidos ao longo do capítulo.

Antes deles, é pertinente retomar os objetivos e hipóteses do trabalho, apresentados na introdução. Tem-se como objetivo geral testar se há monitoramento das instituições democráticas brasileiras em redes sociais on-line e caracterizar o comportamento monitor a partir das manifestações dos cidadãos diante das publicações das instituições nesse ambiente de interação digital. Para tanto, são objetivos específicos: i) verificar se instituições representativas brasileiras têm suas funções democráticas monitoradas pelos cidadãos nas redes sociais on-line; ii) mensurar o volume e a intensidade do monitoramento individual nas publicações dessas instituições; iii) identificar quais os fundamentos do monitoramento digital expressos nas manifestações via comentários nessas publicações; e iv) comparar as manifestações dos monitores de acordo com o nível de institucionalização das instituições, apontando similaridades e particularidades desse comportamento por tipo de entidade monitorada.

Diante desses objetivos, são três as hipóteses que conduzem a análise.

H1: As manifestações dos cidadãos nas *fanpages* institucionais tendem a ser monitoradas.

H2: As manifestações digitais tendem a se apresentar em maior volume de comentários monitores conforme o nível de institucionalização da entidade monitorada aumenta.

H3: O conteúdo dos comentários monitores tem como fundamento as funções e atividades desempenhadas pelos representantes.

4.1 AS INTERAÇÕES DIGITAIS: ESTATÍSTICAS DE *POSTS* E COMENTÁRIOS

As primeiras análises da seção empírica voltam-se para as estatísticas descritivas de *posts* e comentários. A partir delas, caracterizam-se as interações ao longo de um ano nas *fanpages* analisadas para, na sequência, analisar especificamente os tipos e conteúdos das manifestações dos monitores via comentários.

4.1.1 Publicações e interações por *fanpages*

As instituições aqui analisadas publicaram quase 61 mil *posts* ao longo de um ano. Tais publicações totalizaram mais de 27 milhões de comentários, 162 milhões de reações – aqui incluídas as curtidas – e 43 milhões de compartilhamentos. Essa diferença entre o volume por tipo de engajamento é comum nas interações na rede social Facebook, uma vez que representam custos distintos de participação on-line dos indivíduos na circulação e recirculação de conteúdos nas conversações digitais. Neste trabalho, a interação que nos interessa é o comentário, quando há manifestação em conteúdo publicado diretamente pelo indivíduo no *post* institucional.

A Tabela 1 traz os totais e médias como estatísticas descritivas para postagens e engajamentos por *fanpage*. Nela, as instituições foram listadas a partir daquela que mais publicou nesse período de um ano, que, no caso, foi o MBL com mais de 11 mil *posts*, alcançando uma média de 30,4 publicações por dia. Em seguida, com média diária muito próxima está outra *fanpage* que representa o novo social, Mídia Ninja, com média de 29,9 *posts* por dia. Na sequência, estão os tradicionais veículos jornalísticos, em ordem: G1, Estadão e Folha, com médias de publicações diárias muito próximas.

É importante ressaltar que a Folha de S.Paulo publicou apenas até o dia 08 de fevereiro de 2018, portanto, sua média diária é comparável, mas seu total representa apenas 253 dos 365 dias de nosso ano analisado. Em comportamento intermediário, o PT se isola dos demais com uma média de 12,54 *posts* por dia. Depois, as outras *fanpages* apresentaram médias abaixo de cinco *posts* por dia. A instituição que menos publica na comparação é a Câmara, com uma média de pouco mais de 2,18 *posts* por dia.

TABELA 1 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA PUBLICAÇÕES POR FANPAGE*

PÁGINA	Posts		Comentários		Reações		Compartilhamentos	
	Total	Média/dia	Total	Média/post	Total	Média/post	Total	Média/post
MBL	11.111	30,44	6.438.155	579	47.281.073	4.255	20.004.217	1.800
MNinja	10.909	29,89	2.796.780	256	12.008.337	1.101	5.560.798	510
G1	10.535	28,86	8.071.127	766	66.891.321	6.349	7.363.098	699
Estadão	10.395	28,48	3.063.416	295	12.306.671	1.184	2.158.755	208
Folha**	6.826	26,98	1.739.659	255	6.483.065	950	1.225.482	180
PT	4.577	12,54	1.675.241	366	6.324.398	1.382	1.995.686	436
Senado	1.499	4,11	1.813.249	1.210	8.558.468	5.709	4.476.440	2.986
PSDB	1.236	3,39	258.936	209	494.016	400	109.627	89
APública	1.054	2,89	18.005	17	246.732	234	114.470	109
Planalto	992	2,72	1.286.411	1.297	1.341.659	1.352	242.216	244
MDB	969	2,65	96.245	99	131.296	135	44.679	46
Câmara	795	2,18	164.513	207	269.181	339	214.547	270
Total	60.898	166,84	27.421.737	450,3	162.336.217	2.665,7	43.510.015	714,5

Testes ANOVAS para Fator "Fanpage": Comentários: F = 107,091 (0,000) | Reações: F = 721,904 (0,000) | Compartilhamentos: F = 306,201 (0,000)

* Dados do banco de posts do Netvizz ** Folha de S. Paulo publicou até 08/02/2018.

Fonte: autora.

No que diz respeito às diferentes formas de interação do público com essas publicações, altera-se a ordem das *fanpages* na hierarquia dos resultados. O G1 foi a página que mais totalizou comentários e reações e só perde em compartilhamentos para o MBL que, majoritariamente, apresentou essa atividade por parte do público três vezes mais que o G1. Aqui, cabe lembrar que o Portal G1 não publica apenas sobre temas públicos, pois o veículo on-line também contempla a cobertura jornalística de *softnews*, como entretenimento e comportamento.

Quando se observam as médias, ganha destaque a página do Senado, aquela com maior número de compartilhamentos por *post* e com elevadas médias também para reações e comentários. O Planalto é outra página que publicou pouco, mas gerou a maior média de comentários por *post*. Até aqui, ambos os órgãos estatais, do mais alto nível de institucionalização, destacam-se em engajamento do público em suas *fanpages*, reforçando o que foi discutido teoricamente sobre o interesse das pessoas por temas políticos e pela interação digital com seus representantes.

Os testes de diferenças de média (ANOVA) incluídos ao final da tabela indicam que há diferenças significativas entre elas. Para compará-las, realizou-se o

teste *post hoc* de Tukey⁴⁵, que agrupou as instituições por semelhanças de médias. O Quadro abaixo traz os resumos para as médias de comentários por posts. Reúnem-se Agência Pública e o partido MDB como as páginas com menos comentários. Há dois grupos intermediários, MBL e G1 unem-se no terceiro grupo. As páginas do Senado e do Planalto isolam-se no último grupo, com maiores médias de comentários por *post*, acima de 1,2 mil cada.

QUADRO 3 – RESUMO DOS RESULTADOS DE *TUKEY* PARA COMENTÁRIOS

<i>Fanpage</i>	Média por <i>post</i>	sig.
Senado e Planalto	1.296,79 a 1.209,64	0,963
MBL e G1	766,13 a 579,44	0,105
Câmara, PSDB, Folha, MNinja, Estadão e PT	366,01 a 206,93	0,299
APública e MDB	99,32 a 17,08	0,081

Fonte: autora.

Já em relação às reações, a separação em quatro grupos se organiza de outra forma. O grupo 1 reúne os partidos MDB e PSDB, Pública e Câmara dos Deputados. Um segundo grupo é formado pelos jornais Folha e Estadão, PT, Planalto e Mídia Ninja. MBL isola-se, com média de 4,2 mil reações por *post*. Dessa vez, o grupo com maiores médias é formado pela página do Senado com o G1, com médias de 5,7 e 6,3 mil reações por publicação, respectivamente.

QUADRO 4 – RESUMO DOS RESULTADOS DE *TUKEY* PARA REAÇÕES

<i>Fanpage</i>	Média por <i>post</i>	sig.
Senado e G1	6.349,44 a 5.709,45	0,054
MBL	4.255,34	1,000
Folha, MNinja, Estadão, Planalto e PT	1.381,78 a 949,76	0,557
MDB, APública, Câmara e PSDB	399,69 a 135,50	0,974

Fonte: autora.

Já em relação aos compartilhamentos, observa-se novamente a possibilidade de comparar as páginas em quatro grupos distintos. O primeiro, com médias de 46,11 a 269,87 compartilhamentos por *post*, reúne sete páginas. Um segundo grupo, intermediário, é formado por PT, Mídia Ninja e G1. O MBL, com 1,8 mil

⁴⁵ Rodou-se o teste *post hoc* de Tukey e reuniu-se em diferentes grupos as páginas, expostos no apêndice B.

compartilhamentos por post em média, e o Senado, com quase 3 mil, estão isolados, distinguindo-se dos demais a nível de não formar grupos.

QUADRO 5 – RESUMO DOS RESULTADOS DE TUKEY PARA COMPARTILHAMENTOS

<i>Fanpage</i>	Média por <i>post</i>	sig.
Senado	2.986,28	1,000
MBL	1.800,40	1,000
PT, MNinja e G1	436,02 a 698,92	0,188
MDB, PSDB, APública, Folha, Estadão, Planalto e Câmara	46,11 a 269,87	0,429

Fonte: autora.

Considerando que o compartilhamento é uma ação de recirculação de conteúdo e que pode incentivar as conversações digitais, alimentando-as com informações, destaca-se a página do Senado por obter a maior média de compartilhamento. É, ainda, a única fanpage que reúne o maior volume de interação nos três tipos distintos de engajamento. Observa-se ainda como os veículos tradicionais de imprensa, comparativamente a outras páginas que produzem conteúdos sobre política no site de rede social, não ganham tanto destaque nesse tipo de participação digital do público. As pessoas tendem a reagir às publicações jornalísticas, mas não necessariamente compartilhá-las entre os demais usuários.

Ainda que as páginas se distingam diante das médias por tipo de engajamento, também é possível mensurar se as interações digitais nessas publicações estão correlacionadas, como exposto na tabela abaixo. Ao se verificar, então, as correlações entre comentários com reações e com compartilhamentos, evidenciam-se que, em todos os casos, há significância estatística. Isso quer dizer que há uma tendência de os tipos de engajamento com a publicação ocorrerem juntos aos comentários. Em algumas instituições, as correlações entre todos os pares de variáveis são muito elevadas, acima de 0,9, com evidente destaque ao Planalto. Contudo, em todas *fanpages*, a correlação de comentários com reações é maior que com compartilhamentos.

TABELA 2 – CORRELAÇÕES DAS INTERAÇÕES DIGITAIS POR *FANPAGE*

		Reações	Compartilhamentos
Câmara	Comentários	0,548**	0,166**

	Reações	1	0,770**
Planalto	Comentários	0,969**	0,961**
	Reações	1	0,977**
Senado	Comentários	0,731**	0,570**
	Reações	1	0,678**
MDB	Comentários	0,931**	0,895**
	Reações	1	0,957**
PSDB	Comentários	0,728**	0,497**
	Reações	1	0,777**
PT	Comentários	0,532**	0,390**
	Reações	1	0,821**
Estadão	Comentários	0,572**	0,465**
	Reações	1	0,744**
Folha	Comentários	0,654**	0,427**
	Reações	1	0,589**
G1	Comentários	0,569**	0,655**
	Reações	1	0,585**
APública	Comentários	0,614**	0,516**
	Reações	1	0,758**
MBL	Comentários	0,425**	0,273**
	Reações	1	0,701**
MNinja	Comentários	0,464**	0,313**
	Reações	1	0,797**

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: autora.

Considerando aspectos da circulação e recirculação de conteúdos políticos nessas redes, até aqui, evidencia-se que as publicações que recebem mais comentários tendem a ser aquelas que também receberam maior volume de reações no Facebook. Tendem, por lógica, serem mais comentados os *posts* que despertam maior interesse do público, que também se manifesta nos botões de interação com a publicação, mas não necessariamente contribui para sua circulação e propagabilidade, o que é característico da ação de compartilhar *posts*.

Para além das comparações entre as páginas observadas até aqui, interessa-nos descrever as estatísticas descritivas das interações digitais por nível de institucionalização. A tabela a seguir traz esses dados, hierarquizados do nível mais elevado ao mais baixo de institucionalização. Nas interações, a coluna “P” representa a posição em uma ordem de interações, dadas as médias por *posts*.

TABELA 3 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS *POSTS* POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

<i>Posts</i>		Comentários			Reações			Compartilhamentos		
Total	Média/ dia	P	Total	Média/ <i>post</i>	P	Total	Média/ <i>post</i>	P	Total	Média/ <i>post</i>

Muito alto	3.286	9,0	1º	3.264.173	993,4	1º	10.169.308	3.094,7	1º	4.933.203	1.501,3
Alto	6.782	18,6	4º	2.030.422	299,4	4º	6.949.710	1.024,7	4º	2.149.992	317,0
Baixo	27.756	76,0	2º	12.874.202	463,8	2º	85.681.057	3.086,9	3º	10.747.335	387,2
Muito baixo	23.074	63,2	3º	9.252.940	401,0	3º	59.536.142	2.580,2	2º	25.679.485	1.112,9
Total	60.898	166,8		27.421.737	450,3		162.336.217	2.665,70		43.510.015	714,5

Testes ANOVAS para Fator “Nível de institucionalização”: Comentários: F = 109,194 (0,000) | Reações: F = 197,486 (0,000) | Compartilhamentos: F = 377,652 (0,000)

Fonte: autora.

Destaca-se que, embora não sejam as instituições que mais publicam, as páginas estatais, do maior nível de institucionalização, são aquelas que possuem maiores médias de comentários, reações e compartilhamentos por *post*. Em contrapartida, os partidos, do grupo de alto nível de institucionalização, são aqueles com as menores médias por *post* nos três tipos de engajamentos mensurados. A imprensa convencional se destaca em média de reações. Já o grupo de nível de institucionalização muito baixo, mais em compartilhamentos.

Até aqui, evidencia-se que, do universo analisado, os órgãos do Estado apresentam maior acompanhamento, despertam maior interesse e totalizam maior volume interações do público na RSO. Por outro lado, a falta de confiança e interesse dos brasileiros nos partidos políticos reflete também na falta de interação dos cidadãos com tais instituições no âmbito digital. Já os veículos jornalísticos, que tendem a postar mais conteúdo diversificado – de temas públicos a *soft news* – e, em sua maioria, não-partidário, gera mais reações da audiência em seus *posts*. Em contrapartida, novas instituições, nativas digitais, como MBL e Mídia Ninja, destacam-se em compartilhamentos, alcançando recirculação de seus conteúdos por meio da ação do público – comportamento mais próximo à mobilização on-line.

Uma vez observados os primeiros dados estatísticos que descrevem e contextualizam as interações digitais, passa-se a caracterizar as manifestações dos indivíduos nas *fanpages* analisadas. Para isso, nas próximas seções, tem-se como foco principal os comentários nas publicações dessas instituições.

4.1.2 Monitoramento por nível de institucionalização

A primeira parte da análise dos comentários os diferencia por tipo, considerando a identificação dos que seriam os monitores. Como especificado na seção metodológica, considerou-se monitores aqueles que mencionavam textualmente⁴⁶ as instituições cujos posts receberam as manifestações dos indivíduos. Portanto, aqui, verifica-se quantos comentários monitores cada grupo de *fanpages* totalizou, além de observar características temporais desse comportamento de monitoramento. Conforme a próxima tabela, mais abaixo, a primeira informação a se destacar é que se totalizou apenas 550.833 comentários⁴⁷ monitores de um universo de mais de 27 milhões de comentários feitos aos quase 61 mil posts das entidades no Facebook ao longo de um ano.

Esse é o primeiro achado desta tese, ao testar a perspectiva de Keane. Ainda que as reflexões teóricas do autor pressuponham um maior monitoramento democrático, de modo geral, quando se observa as interações dos cidadãos com instituições nas mídias sociais, isso ocorre de forma mínima. Ou seja, apenas 2% dos comentários são dirigidos explicitamente às páginas, mencionando-as. Majoritariamente, as manifestações dos indivíduos nesses espaços tratam de outros conteúdos, temas ou conversações entre si. A tabela 4, além dos totais de monitores e demais comentários, permite comparar os grupos nos diferentes níveis de institucionalização.

TABELA 4 – TIPOS DE COMENTÁRIOS POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

	Comentários monitores			Outros comentários			Total
	N	%	RP	N	%	RP	
Muito alto	85.163	2,61	76,52	3.179.010	97,39	-10,96	3.264.173
Alto	98.165	4,83	284,12	1.932.257	95,17	-40,68	2.030.422
Baixo	185.953	1,44	-142,87	12.688.249	98,56	20,46	12.874.202
Muito baixo	181.552	1,96	-10,01	9.071.388	98,04	1,43	9.252.940
Total	550.833	2,01		26.870.904	97,99		27.421.737

Chi-square: 107.091,13 (0,000) | Cramer's V: 0,06

Fonte: autora.

⁴⁶ No apêndice A, especifica-se os termos utilizados para filtrar e classificar os comentários como monitores.

⁴⁷ Do total de mais de 27,4 milhões de comentários recebidos nas publicações, conforme o que é totalizado pelo Netvizz no banco de posts, quase a totalidade (82%) foi recuperada e consta no banco de comentários. Deste, foram analisados os conteúdos e identificados aqueles que se dirigiam às instituições analisadas.

Como se trata de variáveis nominais, recorre-se ao teste de resíduo padronizado para comparação dos grupos, identificando relações acima ou abaixo da esperada caso houvesse independência. Dado o qui-quadrado, a relação é estatisticamente significativa entre tipo de comentário e nível de institucionalização. Contudo, somente 0,3% (χ^2) da diferença é explicada entre monitores e não monitores por nível de institucionalização.

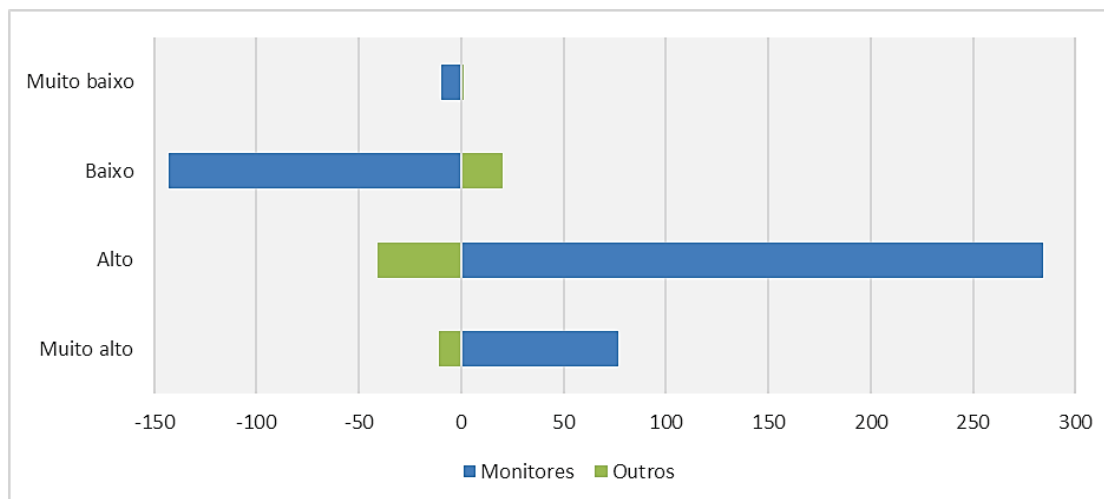
Diante disso, se por um lado o teste da primeira hipótese da pesquisa indica que o volume de monitoramento via comentários não é expressivo, pois em média há apenas 2 manifestações monitoras a cada 100 comentários, a tabela também indica a confirmação parcial da segunda hipótese, a de que haveria maior volume de comentários conforme aumentasse o nível de institucionalização da entidade monitorada. Até aqui, evidenciou-se que a explicação do monitoramento individual on-line pelos grupos é extremamente baixa, contudo, comparativamente e estatisticamente, as entidades representativas dentro da esfera política institucional recebem mais monitoramento. As páginas da dimensão estatal de representação – Presidência, Congresso e Partidos –, aqui consideradas com os mais elevados graus de institucionalização concentram significativamente mais comentários monitores do que as instituições que representam os cidadãos na esfera social – Imprensa tradicional e novas organizações.

Contudo, os níveis intermediários são aqueles com maiores resíduos, por isso a confirmação apenas parcial da hipótese. Ou seja, alto nível de institucionalização é o mais monitorado, com os partidos concentrando percentual e RP de monitores maiores até que os dos órgãos estatais. E o baixo nível de institucionalização é o menos monitorado, com RP menores até que os do grupo muito baixo nível de institucionalização. Para visualizar essa comparação, os resíduos padrões por nível de institucionalização foram plotados no próximo gráfico.

Com o gráfico, é possível verificar não só que as entidades com maiores níveis de institucionalização são mais monitoradas, como as diferenças entre os grupos comparados. Observa-se como os partidos são oito vezes mais monitorados no Facebook que os veículos tradicionais de imprensa. Por outro lado, evidencia-se que o baixo nível de institucionalização ainda concentra positivamente mais comentários de outros tipos, com outros conteúdos não, necessariamente, relacionados à instituição – o que já se era esperado, considerando serem veículos da imprensa que fomentam, pois, as conversações no âmbito digital com notícias de variados tipos. Já

o alto nível de institucionalização, os partidos, indicam ausência significativa, comparativamente aos demais grupos, de outros tipos de comentários, não-monitores. O que reforça o fato deles serem o grupo com mais manifestações dos cidadãos sobre as próprias instituições, ao mencioná-las textualmente.

GRÁFICO 1 – RESÍDUOS PADRONIZADOS DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS



Fonte: autora.

Uma vez destacadas essas duas descobertas – o baixo monitoramento e a diferença por nível de institucionalização – a análise dos comentários monitores passa a ser temporal. É o que se trata na próxima seção, antes de observarmos os conteúdos dessas manifestações monitoras.

4.1.3 Aspectos temporais do monitoramento em redes sociais on-line

A decisão pelo recorte temporal de um ano se deve, justamente, para evitar qualquer tipo de efeito de sazonalidade na análise. Como se tem destacado neste trabalho, alguns períodos afetam o volume e a intensidade de participação dos cidadãos nas interações e conversações on-line, como período eleitoral, que ganha saliência nas agendas midiáticas, institucionais e públicas. E isso também se intensifica nas redes sociais, como outras pesquisas empíricas já apontaram. Contudo, também pode-se analisar aspectos temporais para identificar características das manifestações on-line de monitoramento.

Primeiramente, a análise evidencia se há influência da passagem do tempo na quantidade de comentários monitores analisados. Isso permite identificar se o monitoramento aumenta, diminui ou é estável a longo prazo. Para isso, utiliza-se o teste de autorregressão no modelo ARIMA (1, 0, 0) para séries temporais (CERVI, 2006). Comparando-se as diferenças de médias entre os meses, permite aferir se a passagem temporal gera efeitos ou não no volume de monitores. Os dados, descritos na tabela abaixo, apontam que, em geral, há um comportamento padrão nos comentários, internamente em seus conjuntos, com exceção de algumas páginas em que as estatísticas foram significativas ($p < 0,01$).

TABELA 5 – ESTATÍSTICAS DE AJUSTE DO MODELO ARIMA (1,0,0) PARA SÉRIE TEMPORAL

Nível de institucionalização	Modelo	Nº de Preditores	R ² estacionário	Ljung-Box Q (18)	
				Estatísticas	p-value
Muito	Câmara	1	0,04179	3,447	1,000
Alto	Planalto	1	0,42444	53,654	0,000*
	Senado	1	0,19192	31,690	0,016
Alto	MDB	1	0,30066	40,683	0,001*
	PSDB	1	0,42987	63,209	0,000*
	PT	1	0,37752	18,404	0,364
Baixo	Estadão	1	0,15444	13,839	0,678
	Folha	1	0,44980	58,290	0,000*
	G1	1	0,42239	36,046	0,005*
Muito	APública	1	0,20005	23,215	0,142
Baixo	MBL	1	0,45016	8,640	0,951
	MNinja	1	0,31657	22,605	0,163

*A relação é significativa no nível 0,01

Fonte: autora.

A tabela indica que algumas páginas sofreram mudanças importantes na passagem de tempo. Planalto, MDB, PSDB, Folha de S. Paulo e Portal G1 são os que apresentaram maior influência ao longo do ano no conjunto de comentários monitores. Os valores de r^2 indicam quais páginas tenderam a um comportamento estável durante a série, enquanto o coeficiente tende a indicar se há alterações ao final dela. PSDB é a entidade com maior coeficiente no modelo, indicando que foi o conjunto de comentários que mais apresentou alterações ao final da série⁴⁸. Em sentido oposto, o MBL apresenta o menor coeficiente, indicando pouca alteração na quantidade de

⁴⁸ O que pode ser explicado por um período em que não houve publicações e engajamento e, portanto, nesta *fanpage*. Lembra-se que foram coletados comentários até sete dias após a publicação.

comentários monitores, diariamente, em todo o ano analisado. É por isso que também apresenta o maior r^2 , indicando elevada estacionaridade.

A página do Planalto, aquela que já havia se destacado nos diferentes tipos de engajamento – reações, compartilhamentos e comentários no geral – é uma das que apresenta efeito ascendente mais significativo da ação do tempo no volume de monitoramento em suas publicações. Comportamento contrário às outras páginas do nível muito alto de institucionalização, Câmara e Sendo. Também é possível perceber o crescimento, ainda que tímido, no volume de comentários monitores da Agência Pública e do Portal G1. Contudo, no geral, os comentários tendem a um comportamento linear durante o ano analisado, com algumas exceções. Indicando consistência do conjunto de dados analisados aqui.

Outra informação que permite caracterizar o monitoramento on-line é a distância temporal da manifestação diante do conteúdo ao qual se manifesta. O que pode significar a existência de um monitoramento mais complexo, que tende a acompanhar e cobrar a atuação daquela instituição para além de uma reação mais instantânea. A intenção é dialogar com o que já foi posto sobre a rapidez e a velocidade dos fluxos comunicativos monitores e o caráter mais reativo do comportamento monitor. Aqui, isso significa observar a diferença de dias entre o comentário monitor e o *post* ao qual ele se manifestou, como expõe a tabela 6.

TABELA 6 – DIFERENÇA ENTRE DATA DO *POST* E DO COMENTÁRIO MONITOR

	N	%	%acum.
Mesmo dia	382.640	69,5	69,5
Um dia	130.386	23,7	93,1
Dois dias	19.853	3,6	96,7
Três dias	8.788	1,6	98,3
Quatro dias	4.369	0,8	99,1
Cinco dias	2.127	0,4	99,5
Seis dias	1.513	0,3	99,8
Sete dias	1.157	0,2	100,0
Total	550.833	100,0	
Chi-square: 1.829.743,17 – significativo no intervalo de 99,9%			

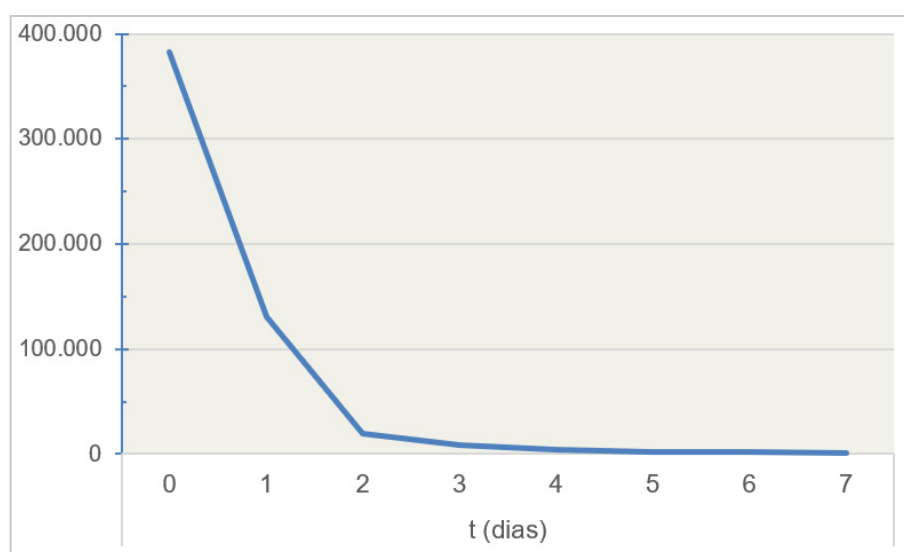
Fonte: autora.

Observando os dados, evidencia-se que, majoritariamente, os comentários foram feitos no mesmo dia do *post* (69,5%), indicando que as manifestações monitoras na RSO tendem a ser mais instantâneas, logo em seguida à publicação. Cabe destacar que esse é um comportamento comum de manifestações nas RSO,

que tendem a uma comunicação mais efêmera e superficial⁴⁹. Os comentários não monitores, por exemplo, tendem a apresentar a mesma característica de duração das manifestações em dias diante do *post* publicado.

Isso reforça que os comentários se aproximam das reações – outro tipo de engajamento cuja correlação já foi apontada como significativa e elevada – ao conteúdo visto, no momento de contato com o *post*. Isso se deve não apenas à velocidade e modos de consumo da informação nesses ambientes, mas também à própria lógica de circulação das publicações nas RSO – evidenciando o caráter da própria plataforma na seleção e saliência de determinados conteúdos, como a organização do *feed*. Evidencia-se a fragilidade de se afirmar monitoramento democrático mais sistemático dos cidadãos em plataformas digitais como o Facebook. Para ilustrar essa característica temporal do monitoramento via manifestações nas RSO, esses dados estão expostos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 2 – DISTÂNCIA TEMPORAL DO COMENTÁRIO MONITOR PARA O *POST*



Fonte: autora.

Como consta na Tabela 6 e ilustra-se no gráfico, ao longo dos dias, a quantidade de comentários monitores é decrescente, sendo que 98,3% (t_0 - t_3) deles estão reunidos até os três primeiros dias após a publicação do *post*. Apenas pouco

⁴⁹ Em comparação com outros ambientes on-line de participação e conversação, como aqueles específicos para debates temáticos ou deliberativos.

mais de 1 mil (0,2%) comentários foram feitos nas 12 *fanpages* uma semana (t_7) após a data do *post*, ao longo do ano analisado, enquanto 70% do total localiza-se em t_0 . Reforça-se, pois, que o monitoramento nas redes sociais é, de modo geral, momentâneo, reativo à publicação da página.

Considerando que pode haver diferenças de durabilidade desses comentários por instituições, testa-se a relação entre a distância temporal do monitor para o *post* com o nível de institucionalização. A tabela abaixo, ao reunir os monitores em três grupos de duração diante do *post*, indica diversas diferenças significativas entre os grupos. Como todos os cruzamentos são significativos do ponto de vista estatístico, são expostos os resíduos padronizados na relação. As colunas “Posição” indicam a ordem de cada nível de institucionalização dentro das três categorias de duração de acordo com os resíduos (mesmo dia; um a três dias posteriores; quatro a sete dias após o *post*). Contudo, cabe destacar que apenas 1,5% da variação de duração do monitoramento é explicada por nível de institucionalização ($v^2 = 0,015$).

TABELA 7- DURAÇÃO DO MONITORAMENTO POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Nível de institucionalização	Comentário diante do post					
	Mesmo dia		1 a 3 dias após		4 a 7 dias após	
	Posição	RP	Posição	RP	Posição	RP
Muito alto	3°	-21,7	2°	32,3	3°	5,4
Alto	2°	-5,9	3°	3,9	2°	21,7
Baixo	1°	54,8	4°	-74,5	4°	-43,6
Muito baixo	4°	-36,3	1°	50,4	1°	24,5

chi-square: 16.983,65 | p-value <0,01 | Cramer's V = 0,124

Fonte: autora.

As *fanpages* jornalísticas, de baixo nível de institucionalização, são aquelas que mais se distinguem diante dos demais grupos. Concentram-se nesse grupo, comparativamente, as manifestações mais instantâneas, no mesmo dia do *post*. A concentração é reforçada pela ausência de comentários nos dias subsequentes à publicação, como indicam os resíduos padronizados negativos de comentários nos três primeiros dias depois (-74,5) e quatro ou mais dias depois (-43,6).

Cabe destacar ainda, na comparação entre os grupos de *fanpages*, que o grupo de muito baixo nível de institucionalização, aquele de novas entidades nativas digitais, é o que possui maiores resíduos padronizados para manifestações monitoras

em dias posteriores à data da publicação do *post*: 50,4 para os três primeiros dias, 24,5 após a partir de quatro dias. Relembrando que este é o grupo que mais concentra o engajamento do tipo compartilhamento nas interações possíveis da rede social (Tabela 3), o que pode ser outro indício de engajamento nessas páginas mais relacionado à mobilização on-line, como anteposto.

Em suma, os dados evidenciam que, para além de ser mínima no volume total de comentários no Facebook e mais concentrada nas instituições de elevado nível de institucionalização, a manifestação monitora em redes sociais é, no geral, um comportamento instantâneo, talvez até espontâneo diante dos *posts* das instituições representativas. Ou seja, não é, necessariamente, sistemático e duradouro, mas pontual como resposta às publicações de todas as instituições que postam na rede social.

As próximas análises avançam qualitativamente na caracterização desses comentários monitores, especialmente por se voltar ao conteúdo das manifestações dirigidas às instituições democráticas. Isso é feito a partir do próximo subcapítulo por meio de abordagens metodológicas mistas – quali-quantitativas, manuais e automatizadas – que também são detalhadas a seguir.

4.2 AS MANIFESTAÇÕES MONITORAS VIA COMENTÁRIOS

Além de mensurar o volume e intensidade do monitoramento individual on-line dos cidadãos nas redes sociais das instituições democráticas, um dos objetivos específicos que direcionam essa tese é o de averiguar em que se fundamentam essas manifestações. Ou seja, para além de verificar o quanto essas instituições representativas são acompanhadas e cobradas nos comentários de suas publicações, pretende-se caracterizar o conteúdo mobilizado pelos indivíduos nesse comportamento.

Para a produção da tipologia apresentada neste trabalho, tem-se como principal aporte a proposta metodológica para a análise de conteúdo em redes sociais on-line de Cervi (2018; 2019). Tal estratégia visa realizar uma "Análise de Conteúdo Automatizada com menor interferência possível de subjetividades do pesquisador na categorização textual" (CERVI, 2019, p.108). Deste modo, opta-se pela análise de conteúdo léxica tendo como unidade de análise a palavra ou o termo que compõe o

conteúdo manifesto, não se tratando de uma análise semântica em que o texto seria lido e interpretado buscando-se seu sentido (CERVI, 2018). Assim, a análise léxica é usada de forma exploratória para viabilizar a criação de categorias temáticas sobre o conteúdo analisado (CERVI, 2019). Trata-se, portanto, de uma fase intermediária da análise de conteúdo dos comentários monitores.

A análise léxica automatizada tende a ser usada para minerar o texto de forma a considerá-lo em sua unidade mais básica, a palavra. Seu uso é recorrente em pesquisas de diversas áreas, como a saúde, principalmente, aplicada em entrevistas transcritas ou publicações como notícias da imprensa. Na ciência política, é utilizada, especialmente, para aferir o conteúdo de discursos políticos e publicações partidárias (GANDIN, 2018; CARVALHO, 2017; CERVI; GANDIN, 2015; GRIMMER; STEWART, 2013). Também já foi aplicada em estudos comentários e publicações no Facebook (SINDERSKI, 2019; CERVI; CARVALHO; MASSUCHIN, 2018; MANCHIAIAH; RATINAUD; ANDERSSON, 2018; CARVALHO *et al.*, 2017).

Aqui, a análise léxica é feita por meio do algoritmo ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte*), desenvolvido por Reinert (1986) e integrante do pacote analítico do *software* Iramuteq (CAMARGO; JUSTO, 2013). O teste ALCESTE calcula a ocorrência de palavras e segmentos de textos, classificando os discursos textuais e permitindo identificar o nível de pluralidade temática do texto para a análise de conteúdo.

Primeiramente, faz-se o reconhecimento das unidades de contexto inicial (UCI) agrupando palavras por ocorrência e raízes, calculando-se também a frequências das formas e estabelecendo as unidades de contexto elementar (UCE). A divisão das palavras se dá por meio de associações significativas, já as UCEs são agrupamentos (*clusters*) que se diferenciam por meio da classificação descendente hierárquica (CDH) – do termo mais significativo ao menos naquele grupo. O *software* gera tabelas para as classes que permitem a visualização das palavras que, associadas, aparecem significativamente em determinada classe enquanto estão ausentes, também de modo significativo, nas demais. Assim, o estabelecimento das UCEs identifica aquelas unidades que apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente das outras classes (CAMARGO, 2005).

Nesta pesquisa, todos os comentários monitores tiveram seus textos analisados automaticamente, tendo sido realizada a análise léxica doze vezes, uma para cada conjunto de comentários, por instituição considerada. Além das tabelas, os

agrupamentos formados (UCEs) também são representados visualmente por meio de dendrograma e gráficos fatoriais de correspondência (AFC) no Iramuteq. O detalhamento dos procedimentos metodológicos e automatizados dessa análise de conteúdo está exposto no Apêndice D, onde também se expõem gráficos, fatoriais e dendrogramas, que detalham como foram agrupados os termos textuais.

4.2.1 Tipologia das manifestações monitoras

Após a análise exploratória dos *clusters* produzidos pela análise automatizada de conteúdo nos comentários monitores, a análise de conteúdo passa por etapas manuais. Seguindo a proposta metodológica de Cervi (2018, p.101) para análise de conteúdo político em Redes Sociais On-line, propõe-se a criação de categorias que representem e sintetizem o conteúdo desses agrupamentos textuais. No total, para todas as páginas analisadas, formaram-se 61 *clusters* de conteúdo.

Uma vez realizado o teste ALCESTE para os 12 grupos de comentários, observaram-se as semelhanças entre os *clusters* formados para a criação de uma tipologia que identificasse diferenças categóricas entre eles e, ao mesmo tempo, pudesse ser aplicada a todas as *fanpages* que tiveram seus comentários analisados. A partir disso é que são propostos tipos de classificação que se podem aplicar aos comentários monitores tendo como estratégia a presença ou ausência do termo no texto do comentário. Aqui, a diferença daquilo que foi feito por Cervi (2018) é que os *clusters* não foram gerados de forma conjunta, considerando o conteúdo dos comentários monitores com todas as páginas analisadas.

Ao se analisar os 61 *clusters*, evidenciou-se tipos distintos de conteúdo monitor. Ora a manifestação de monitoramento vincula-se mais ao papel desempenhado pela instituição democrática, às atividades, finalidades e funções. Ora trata-se de monitoramento mais temático. De todo modo, foi perceptível a existência de diferentes conteúdos chegando-se à proposição de cinco tipos de comentários monitores, descritos e explicados sumariamente no quadro a seguir.

QUADRO 6 - TIPOLOGIA DE COMENTÁRIO MONITOR EM RSO A PARTIR DO CONTEÚDO DAS MANIFESTAÇÕES ANALISADAS

TIPO	DESCRIÇÃO
Agenda	Dirige-se à instituição para tratar sobre temas que estão em saliência na agenda pública no momento.
Desempenho on-line	A manifestação trata de aspectos do serviço que a instituição está prestando em âmbito on-line, inclusive sobre o relacionamento com o público e sobre as atividades desempenhadas em âmbito on-line.
Função Institucional	Monitoramento vinculado à atividade funcional da entidade a qual se faz referência. Trata-se daquilo que se espera da instituição considerando sua área e dimensão de atuação democrática, social ou estatal.
Insultos	Quando o monitoramento crítico está em um nível argumentativo pejorativo, pois mobiliza termos como insultos e xingamentos para se dirigirem às instituições.
Valores	Mobiliza conteúdo e argumentos baseados em valores, principalmente políticos e ideológicos, para monitorar as instituições, independentemente se para tratar de aspectos funcionais da entidade ou de alguma temática pertinente às suas ações e processos.

Fonte: autora, a partir dos *clusters* via ALCESTE.

É importante ressaltar que esta tipologia é proposta a partir dos conteúdos dos próprios comentários em cada uma das 12 páginas. Assim, cabe aqui uma ressalva. Ainda que se busque uma classificação que seja compartilhada por todos os grupos de comentadores a partir dos 61 *clusters* formados, nem todas as páginas terão todos os tipos de comentários⁵⁰.

Do ponto de vista procedimental, a partir dessa classificação, os comentários foram categorizados individualmente dentro dos *clusters* criados para cada uma das *fanpages*, seguindo o que é proposto por Cervi (2019). Ou seja, mensura-se a presença dos termos estatisticamente significativos para cada *cluster* no conteúdo manifesto⁵¹, sendo que tais termos foram buscados e selecionados em cada um dos comentários monitores. Para ilustrar a aplicação dessas categorias, reuniram-se no próximo quadro alguns exemplos de comentários monitores categorizados após análise léxica.

⁵⁰ Isso não quer dizer que as páginas dos partidos não tiveram nenhum tipo de monitoramento sobre os seus desempenhos on-line. Mas, que os *clusters* formados pelo algoritmo ALCESTE não cabiam nessa categorização. Cabe, portanto, a ressalva das limitações dessa metodologia perante a análise.

⁵¹ Os 50 primeiros termos que apresentaram p-value < 0,005 para cada *cluster* foram buscados nos comentários. Caso o comentário possua aquele termo seja incluído na categoria de tipo de comentário monitor criada.

QUADRO 7 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS MONITORES CATEGORIZADOS NA TIPOLOGIA PROPOSTA

TIPO	EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS MONITORES
Agenda	<i>“PSDB em algum momento foi um partido que eu respeitei. Essa brincadeira com a reforma da previdência mostra a incoerência que o partido se tornou. Isso daqui não é brincadeira. Não tamos no recreio do colégio onde se escolhe os amiguinhos. Toma coragem e faz o que tem que ser feito.” [sic]</i>
	<i>“Quais os tipos de corrupção que Lula praticava no Triplex, folha!?”</i>
	<i>“Matéria com nome errado! G1 favor corrigir para ASSALTANTE deixa arma cair e é morto por policial”</i>
	<i>“Ate parece que o patrãozinho vai abrir mão do seu lucro exorbitante pra remunerar o empregado nas férias né, abre o olho MBL - Movimento Brasil Livre” [sic]</i>
Valores	<i>“Câmara deveria expor um aviso de que intervenção, socialismo e comunismo já estão com data de validade ultrapassada. Parem de interferir no livre mercado! O cidadão não é burro e sabe ler rótulo dos produtos!” [sic]</i>
	<i>“É um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana” Seria Tão lindo se o Senado tivesse a mesma opinião à respeito de crimes de homofobia, mas infelizmente as leis ainda são muito brandas pra homofóbicos.” [sic]</i>
	<i>“Esse G1 ta mais pra instituição de defesa LGBTSDSEFGH do que pra jornalismo.” [sic]</i>
	<i>“A Venezuela está nas mãos de um sanguinário e deve ser julgado e enforcado esse marginal do Maduro, essa Mídia Ninja comunista tb” [sic]</i>
Função Institucional	<i>“Eu gostaria que algum político ou o Palácio do Planalto me explicasse porque não temos mais uma lei de imigração valida e qual a intenção do sistema político em garantir ate candidatura a estrangeiros”. [sic]</i>
	<i>“PMDB Nacional O Gustavo Cemim está certo, e me arrisco a dizer que o Doria deveria ser o candidato do PMDB + DEM, ou seja, seria o caso de convidá-lo a deixar o partido no qual ele está agora.”</i>
	<i>“Ainda bem que existem outros meios de informação pra desmentir essas manchetes do Estadão”</i>
	<i>“A Agência Pública mantém esse posicionamento da checagem mesmo depois do relatório apresentado pela CPI?”</i>
Insultos	<i>“VOCES TODOS SAO UM LIXOOOOOOOOO, SEUS CANALHAS HIPOCRITAS NOJENTOS, TOMARA QUE MORRAM TODOS QUEIMADOS NO PLANALTO!” [sic]</i>
	<i>“O PSDB esta absolvendo Dilma e Temer no TSE, ACABOU, PARTIDO MALDITO..VOCÊS ESTÃO UNIDOS NA CORRUPÇÃO” [sic]</i>
	<i>“pqp a Folha declaradamente está produzindo papel higiênico com texto.” [sic]</i>
Desempenho On-line	<i>“Eu quero deixar meu elogio ao Agora no Planalto e dizer que me divirto muito. Levar humor e entretenimento é o ponto forte da página. Parabéns aos idealizadores!” [sic]</i>
	<i>“O pessoal da Folha de S.Paulo deve estar com preguiça de fazer capa para posts. Todo dia tem uma notícia "urgente".</i>
	<i>“UE senado federal voltou com o post porque ?” [sic]</i>

Fonte: autora.

Como expostos com os exemplos no quadro anterior, os comentários constituem-se em manifestações de monitores independentes (individuais) dessas instituições que se dirigem a elas de diferentes formas. A partir da aplicação da tipologia, torna-se possível qualificar o conteúdo dessas manifestações, bem como compará-las por níveis de institucionalização das *fanpages* monitoradas. Assim, depois de categorizar cada um dos comentários a partir da presença de termos significativos, expõem-se alguns resultados obtidos.

Primeiramente, a tabela abaixo traz a frequência e os percentuais por categoria da tipologia. Cabe destacar que 28,7% dos comentários foram classificados em mais de um tipo e um terço dos comentários (31,8%) não foram categorizados. Isso quer dizer que eles não continham nenhum dos termos significativos apresentados pela análise léxica automatizada. Ou seja, continham conteúdos distintos daqueles que foram identificados pelos agrupamentos textuais, dentro da limitação já expressa de selecionar os 50 termos mais significativos em cada *cluster*. Também se ressalta que os comentários que foram classificados em mais de uma categoria foram considerados “não válidos” para possibilitar uma comparação direta e mais qualitativa entre os tipos.

TABELA 8 – FREQUÊNCIA E PERCENTUAIS DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS MONITORES

		N	%	%válida	%acum.
Válido	Função Institucional	73.669	13,4	33,9	33,9
	Insultos	59.169	10,7	27,2	61,1
	Agenda	42.862	7,8	19,7	80,8
	Valores	29.202	5,3	13,4	94,2
	Desempenho on-line	12.636	2,3	5,8	100,0
	Total válido	217.538	39,5	100,0	
Ausente	Nenhum	175.217	31,8		
	Mais de um	158.078	28,7		
	Total ausente	333.295	60,5		
Total		550.833	100,0		
chi-square: 306.543,44 - significativo para intervalo de confiança de 99,9%					

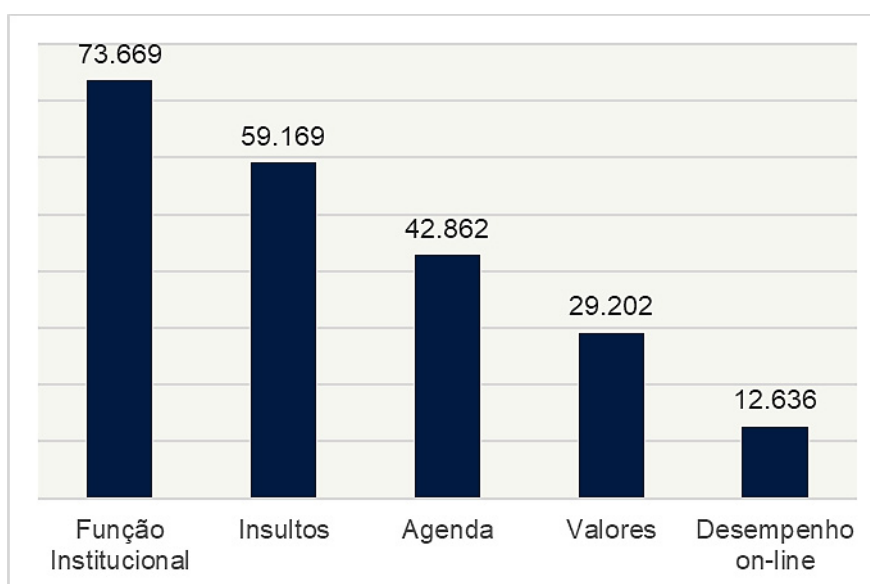
Fonte: autora.

Notadamente, entre os válidos, o tipo mais recorrente de comentário monitor é o de função institucional (33,9%), seguido por insultos (27,2%) e agenda (19,7%). Isso quer dizer que, a maioria das manifestações dos indivíduos mencionam as

instituições democráticas para tratar de aspectos relacionados às atividades e funções específicas dessas instituições. Esse achado reforça a relevância da pesquisa em considerar a institucionalização das entidades representativas na discussão sobre monitoramento democrático. Além disso, indica confirmação da terceira hipótese da pesquisa, a de que o monitoramento se manifestaria via comentários justamente tendo como fundamentação as funções institucionais dos representantes monitorados na RSO.

Como se têm defendido, a depender do conhecimento sobre as instituições compartilhado socialmente, o que engloba suas atividades e funções, tende-se a maior ou menor monitoramento on-line. Parte significativa das manifestações analisadas trata disso. De forma complementar à tabela anterior, o próximo gráfico permite visualizar as diferenças entre as categorias, com destaque majoritário das manifestações monitoras voltadas a aspectos ligados aos papéis das instituições analisadas, que representam mais de 73,5 mil comentários, quase seis vezes mais que os dedicados ao desempenho on-line dessas instituições.

GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS (VÁLIDOS)



Fonte: autora.

É importante ressaltar que também se destaca o volume de comentários cujo conteúdo se destaca por conter insultos, ataques e termos pejorativos, que totalizam quase 60 mil. Ressalta-se, assim, que grande parte das manifestações de monitoramento dos indivíduos nas *fanpages* institucionais carrega uma valoração

negativa, crítica. É importante lembrar que essa caracterização também pode estar relacionada com o ambiente e a forma desse tipo de manifestação monitora, uma vez que diversas pesquisas empíricas já evidenciaram que os comentários e conversações nesses espaços digitais tendem à radicalização e incivilidade.

Além disso, quase 43 mil manifestações – 19,7% dos comentários válidos – abordam temas salientes na agenda dos debates público e político para se dirigirem às instituições em seus *posts*. Já as manifestações especificamente sobre o desempenho on-line das entidades democráticas são significativamente menores em comparação às outras categorias, com menos de 13 mil comentários nesse tipo. Interessa destacar que isso aponta para, comparativamente, um menor interesse dos comentaristas em mencionar as instituições para tratar de como elas têm atuado nas plataformas digitais, como seus websites e as próprias ações na rede social analisada, o Facebook.

Para além do volume de cada tipo de comentário monitor, uma das informações sobre as interações que se dão no âmbito das redes sociais on-line e permite comparações entre os comentários aqui analisados é a quantidade de curtidas que o comentário recebeu. Ao se analisar isso, não se trata apenas de considerar o conteúdo das manifestações dirigidas às instituições naquele espaço, mas também a própria recepção daquele conteúdo entre os demais participantes, que tendem a curtir, de forma a endossar, as manifestações de outras pessoas. Pertinente a isso, a tabela abaixo, traz estatísticas descritivas de curtidas que os comentários monitores receberam.

Primeiramente, destaca-se que as manifestações monitoras totalizaram 1.757.797 curtidas, uma média de 3,19 por comentário⁵². É interessante notar que representa o dobro das curtidas recebidas pelos comentários não monitores, que alcançaram uma média de 1,63 curtida por comentário⁵³. Ou seja, manifestação monitora categorizada é duas vezes mais curtida que os demais comentários.

Também se destacam os elevados desvios padrões, indicando alta variância dessa atividade, para todos os tipos de comentário. Isso também se evidencia quando se compara o máximo de curtidas obtido – na casa dos milhares – com a média, tanto no geral quanto em cada categoria. Ressalta-se que não se expôs na tabela o mínimo

⁵² Considerando os tipos válidos (n = 217.538) dentro da tipologia criada.

⁵³ Considerando os não monitores raspados pelo app (n = 21.499.152), que totalizaram 35.114.371

por não haver diferença entre as categorias, pois para todos os casos, houve comentários que não receberam curtidas (mínimo = 0).

TABELA 9 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA CURTIDAS EM COMENTÁRIO MONITOR

Tipos	Soma	Máximo	Média	Dif.Média total
Agenda	165.679	10.683	3,87	0,68
Valores	122.817	9.416	4,21	1,02
Função Institucional	207.551	5.230	2,82	-0,37
Insultos	109.622	2.848	1,85	-1,34
Desempenho on-line	58.568	4.383	4,64	1,45
Total	664.237		3,19	

Fonte: autora.

Os dados da coluna da diferença de média evidenciam em quais tipos houve média maior ou menor que a geral. Nota-se que, por mais que esse tipo tenha ocorrido em menor volume, comentários dedicados a tratar do desempenho on-line da entidade monitorada são aqueles que se destacaram entre as categorias excludentes, média de 4,64 curtidas por comentário – 1,45 a mais que a média geral. “Valores” também foi uma categoria com interações acima da média. Em contrapartida, comentários cujos conteúdos evidenciavam insultos e críticas em tons pejorativos às instituições e aos demais participantes foram aqueles que menos mobilizaram interações do tipo curtidas.

Considerando nossa classificação de monitoramento, também é possível comparar a distância temporal das manifestações perante os *posts* para cada tipo de comentário. Para isso, a tipologia foi cruzada com a variável temporal sendo que os dias de publicação do comentário foram reunidos em três grupos: a) no mesmo dia do *post*; b) nos três primeiros dias após o *post*; c) de quatro a mais dias após o *post*. A intenção aqui é verificar se há diferenças na distribuição dos tipos de comentários por faixa de tempo após a postagem na página.

Uma vez constatada que a relação é estatisticamente significativa ($p=0,05$), optou-se pelo teste de resíduos padronizados para indicar em quais relações há concentrações ou ausências acima do que se esperaria caso houvesse independência entre os tipos de comentários e a duração do monitoramento em dias. Os resíduos estão expostos na tabela a seguir.

TABELA 10 – RESÍDUOS PADRÕES DE DISTÂNCIA TEMPORAL DO COMENTÁRIO MONITOR

Tipos		Comentário diante do post					
		Mesmo dia		1 a 3 dias após		4+ dias após	
		Posição	RP	Posição	RP	Posição	RP
Válidos	Agenda	4º	-4,2	2º	5,3	1º	4,9
	Valores	5º	-5,8	1º	8,5	2º	2,1
	Função Institucional	2º	4,5	4º	-6,9	3º	-0,1
	Insultos	1º	6,9	5º	-9,3	5º	-5,9
	Desempenho on-line	3º	-1,4	3º	3,1	4º	-3,9
	Mais de um		-13,1		18,6		6,7
	Nenhum		10,3		-14,7		-5,1

chi-square: 1.356,712 (0,000) | p-value = 0,05 | Cramer's V: 0,035

Fonte: autora.

Primeiramente, destaca-se que são as manifestações que contêm insultos (6,9) e aquelas acerca das funções institucionais (4,5) das entidades monitoradas as concentradas no mesmo dia da postagem pela página. Esses são, portanto, os tipos de manifestações monitoras mais espontâneos, simultâneos ao *post*. Na categoria temporal secundária, dos três primeiros dias pós-*post*, destacam-se principalmente os comentários sobre valores (8,5) e de debate público (5,3). Ambos também têm resíduos positivos para o último grupo de dias após a publicação, 2,1 e 4,9 respectivamente. Atenta-se, ainda, para o fato de que os comentários sobre o desempenho das entidades monitoradas em atividades on-line, além de serem menos recorrentes entre os tipos (cf. Tabela 7), concentram-se, em comparação às demais categorias, nos três primeiros dias após a postagem (3,1). Isso pode, inclusive, ser esse um indício de que as manifestações das pessoas sobre tais atividades se devem às respostas da entidade na própria plataforma.

Por fim, também se verifica que aqueles comentários que tiveram termos significativos de mais de uma categoria de monitoramento aparecem comparativamente concentrados a partir do terceiro dia após a publicação do post. Em contrapartida, os comentários que não foram classificados na tipologia estão concentrados significativamente no primeiro grupo temporal, o que indica comentários no mesmo dia da postagem (10,3). Em suma, isso quer dizer que por mais que a maioria dos comentários monitores ocorra no mesmo dia que foi feito o *post* (cf. Tabela 6), isso se dá de diferentes formas entre os tipos de monitoramento. São os comentários principalmente sobre temas evidentes na agenda de debate público e

caracterizados por conteúdos pertinentes a valores (sociais, políticos e ideológicos) os que se destacam em dias posteriores à publicação. Isso pode ser um indício, inclusive, de interações entre os comentadores sobre esses temas, para além da publicação da instituição. De todo modo, não se pode desconsiderar o fato de que todos os comentários analisados aqui fazem menções a essas instituições. Caso se desenvolvam conversações entre ou a partir dos comentários monitores, pode-se afirmar que, enquanto assunto, elas permeiam as entidades que textualmente são citadas em seus conteúdos.

Além disso, cabe ressaltar que, ao se comparar a magnitude das associações da distância temporal com, primeiramente, os grupos de *fanpages* e depois com os tipos de manifestações monitoras, evidencia-se que a força de associação da primeira relação ($v = 0,124$) é mais forte que a segunda ($v = 0,035$). Ou seja, a duração do comportamento monitor se diferencia mais pelo nível de institucionalização da página monitorada do que pela fundamentação expressa no conteúdo na manifestação do público à página.

Tendo apresentada a tipologia de monitoramento e exploradas algumas características estatísticas, a análise segue comparando tais tipos por grupos de *fanpages* dado o nível de institucionalização. Até aqui, evidenciou-se que o baixo monitoramento digital que ocorre em RSO fundamenta-se, principalmente, sobre as funções institucionais das entidades representativas; que há diferenças significativas entre os tipos de conteúdos para as interações com outros comentadores; e para a duração temporal do monitoramento diante do dia de publicação do *post* na página. A seguir, serão observadas as diferenças e similaridades dessa fundamentação nos conteúdos monitores entre os grupos de instituições considerados.

4.2.2 Fundamentos do monitoramento por nível de institucionalização

Para comparar os grupos de instituições diante dos tipos de comentários monitores, a primeira análise deve testar se há diferenças entre as categorias da tipologia com os níveis de institucionalização. O que é exposto na próxima tabela. Nela, destaca-se a significância estatística (0,000) da relação dado o elevado qui-quadrado. A relação evidencia ainda que a associação entre grupos e tipos de comentários monitores tem magnitude mediana de 23,4%, e o efeito da independente (grupo) sobre a variação do tipo de monitor é de 5,5% ($v^2 = 0,547$).

TABELA 11 – TIPO DE MONITOR POR NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO (N, % e RP)

		Nível de institucionalização				Total
		Muito baixo	Baixo	Alto	Muito alto	
Agenda	N	6.220	14.766	11.133	10.743	42.862
	%	14,51	34,45	25,97	25,06	100
	RP	-65	-8	57	50	
Valores	N	14.323	8.576	3.742	2.561	29.202
	%	49,05	29,37	12,81	8,77	100
	RP	50	-21	-11	-29	
Função Institucional	N	33.414	15.883	15.373	8.999	73.669
	%	45,36	21,56	20,87	12,22	100
	RP	62	-68	39	-23	
Insultos	N	16.631	37.157	2.894	2.487	59.169
	%	28,108	62,798	4,891	4,203	100
	RP	-19	105	-64	-70	
Desempenho on-line	N	0	3.541	0	9.095	12.636
	%	0,0	28,02	0,0	71,98	100
	RP	-64	-16	-44	161	
Mais de um	N	59.607	55.863	19.465	23.143	158.078
	%	37,7	35,3	12,3	14,6	100
	RP	33	11	-52	-8	
Nenhum	N	51.357	50.167	45.558	28.135	175.217
	%	29,3	28,6	26,0	16,1	100
	RP	-27	-37	81	6	
Total		181.552	185.953	98.165	85.163	550.833
chi-square = 90.769,182 (0,000) Cramer's V = 0,234						

Fonte: autora.

Indicada a significância da relação, passa-se a verificar como dá a diferença de distribuição entre as categorias. Com os resíduos padronizados, verifica-se a concentração e a ausência significativas das relações. São destacadas, mais uma vez, as relações significativas positivas em azul e as negativas em vermelho. As principais informações são a de que há um monitoramento sobre as instituições estatais, de nível muito alto de institucionalização, concentrado tematicamente no desempenho on-line delas (161). E que o grupo social tradicional, de baixo nível de institucionalização, acaba reunindo significativamente os monitoramentos expressos por meio de insultos (105).

Já as questões da função institucional das entidades e valores, políticos, morais ou ideológicos fundamentam, principalmente, as manifestações monitoras no nível muito baixo de institucionalização, com resíduos 62 e 50, respectivamente. Por sua vez, temas salientes na agenda acabam se concentrando como argumentos nos comentários monitores das páginas mais institucionalizadas dentro do âmbito do Estado, os grupos de partidos (57) e órgãos estatais (50).

Aqui, cabe retomar a confirmação parcial da terceira hipótese (cf. Tabela 8), de que o monitoramento se dá principalmente acerca das funções institucionais das entidades representativas. Ainda que isso esse seja o tipo mais recorrente de manifestação monitora, diante das outras opções de categorização, observa-se que não se dá de forma independente do nível de institucionalização. Além desse tipo de comentário monitor acabar se concentrando principalmente em *fanpages* de nível muito baixo de institucionalização,

Destaca-se ainda que as páginas de alto nível de institucionalização, as *fanpages* dos partidos, foram aquelas que mais concentraram manifestações monitoras sem nenhum tema categorizado (81) daqueles identificados como significativos nos *clusters*. Aqui, cabe lembrar que isso não quer, necessariamente, dizer que não haja fundamentação nesses comentários monitores, apenas que eles não continham os 50 principais termos que se destacaram como significativos nos diversos agrupamentos textuais temáticos da análise automatizada. Por não se enquadrar especificamente em uma categoria da tipologia temática criada, não se pode criar suposições sobre o conteúdo desses comentários, o que necessariamente exigiria outras abordagens qualitativas para esses textos.

Especificamente sobre o comentário monitor que trata dos desempenhos on-line, significativamente concentrado nas publicações dos órgãos de nível muito alto de institucionalização (161) e ausente das demais, com zero casos para partidos (-44) e novas instituições digitais (-64), é importante destacar que os *clusters* formados pela análise automatizada desses dois grupos de institucionalização não eram coerentes com essa classificação. Por isso, nenhum comentário desses dois grupos de *fanpages* entrou nessa classificação. Outra informação evidenciada que permite caracterizar o monitoramento via manifestações individuais do público na RSO é que quanto menor o nível de institucionalização da entidade monitorada, maior o número de comentários que se enquadraram em mais de um dos tipos de conteúdos, mesclando a tematização ou fundamentação do monitoramento.

Para tornar isso ilustrado visualmente, a relação entre o nível de institucionalização das instituições e a tipologia do monitoramento on-line foi plotada num gráfico após análise de correspondência múltipla – considerando ainda a variável *fanpage*. O resumo estatístico consta na tabela abaixo.

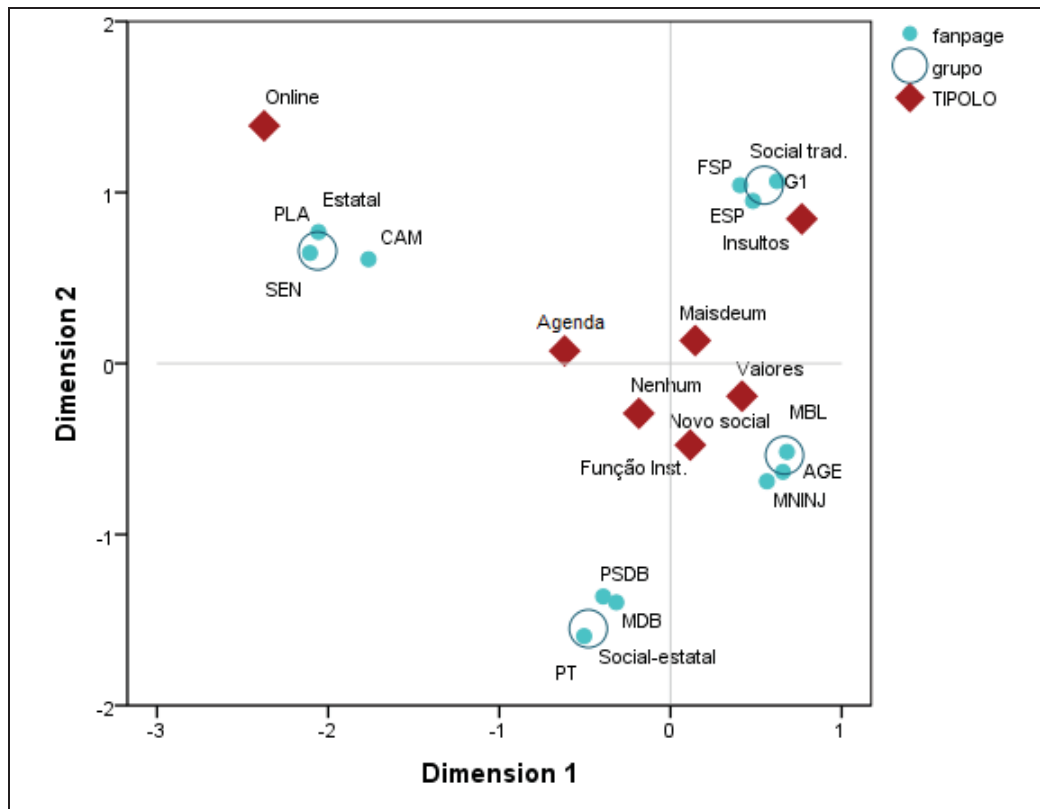
TABELA 12 - RESUMO PARA MÚLTIPLA CORRESPONDÊNCIA

	Cronbach's Alpha	Total (autovalor)	Inércia	% variância
Dimensão 1	0,802	2,148	0,716	71,612
Dimensão 2	0,788	2,105	0,702	70,181
Total		4,254	1,418	
Média	0,795	2,127	0,709	70,897

Fonte: autora.

Considerando os resumos estatísticos da tabela anterior, especialmente o alfa de Cronbach médio, nota-se que 80% da variação conjunta das variáveis é explicada visualmente pelo gráfico a seguir. Ambas as dimensões apresentam estatísticas semelhantes, indicando que tanto as distâncias horizontais quanto verticais entre os pontos são significativas no gráfico. Distribuídos no plano fatorial, os pontos que se aproximam indicam correspondência entre as categorias, e aqueles que se distanciam, a não-correspondência. Outra característica visual a se destacar é como os grupos se distribuem nas extremidades do gráfico, cada um em um quadrante, reforçando as diferenças entre eles.

GRÁFICO 4 – MÚLTIPLA CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS VARIÁVEIS



FONTE: autora.

Torna-se, então, visível a concentração das manifestações monitoras de temática on-line junto ao grupo de páginas estatais, do muito alto nível de institucionalização. Também se ilustra como os insultos como fundamento de monitoramento correspondem, significativamente, com o baixo nível de institucionalização. Aproximando-se do grupo dos veículos tradicionais da imprensa, representantes dos brasileiros na dimensão social. Já o nível muito baixo de institucionalização, das instituições do “novo social”, está próximo, principalmente, dos monitores cujas manifestações são fundamentadas por valores.

Diante de isso tudo, evidencia-se não apenas que as interações digitais em redes sociais tendem a não ser monitoras, mas as manifestações sobre as instituições democráticas, representativas em âmbitos social e estatal, diferenciam-se entre si. Os principais achados desse capítulo são sumarizados a seguir.

4.3 SOBRE OS RESULTADOS EMPÍRICOS DO MONITORAMENTO EM RSO

Tendo analisado empiricamente as manifestações dos cidadãos em comentários nas *fanpages* de instituições representativas da democracia brasileira, respondeu-se às questões de pesquisa enunciadas inicialmente: há monitoramento individual cidadão nas páginas de instituições representativas da democracia brasileira em redes sociais on-line? De que forma os monitores independentes se manifestam por meio de comentários às publicações dessas instituições no âmbito digital? Ressalta-se que, ao se relembrar as hipóteses que conduziram a pesquisa, a análise empírica retornou os seguintes resultados.

H1: *as manifestações dos cidadãos nas fanpages institucionais tendem a ser monitoras.* Evidenciou-se que manifestações dos cidadãos nas *fanpages* das instituições representativas não tendem a ser monitoras. Ainda que a RSO seja âmbito de novas relações e interações entre os representantes e representados, somente 2% do total de comentários feitos pelos cidadãos às publicações das instituições foram consideradas monitoras, segundo os critérios utilizados para se viabilizar empiricamente o conceito monitor. Majoritariamente – 98% dos comentários – as manifestações publicadas nos posts dessas entidades tendem a tratar de outras questões, como os próprios temas dos posts, outros assuntos salientes na esfera pública e até mesmo interações com outras pessoas, uma vez que dados os

affordances da plataforma, o espaço destinado aos comentários se torna propício à conversação entre as pessoas. O que refuta a hipótese e indica que ferramentas de comunicação como o Facebook são exploradas mais para outros tipos de interações do que para as manifestações monitoras.

H2: *as manifestações digitais tendem a se apresentar em maior volume de comentários monitores conforme o nível de institucionalização da entidade monitorada aumenta.* Corroborada parcialmente ao se evidenciar que os grupos de instituições que representam os brasileiros na dimensão estatal são aquelas que recebem maior volume de monitoramento. Os grupos de maiores níveis de institucionalização foram aqueles que receberam, comparativamente, mais comentários que se dirigiam textualmente às instituições. Contudo, cabe a ressalva de que, majoritariamente, foi o grupo dos partidos que concentrou maior volume de comentários monitores, ou seja, o monitoramento dos partidos foi maior do que o do grupo formado pelo Congresso Nacional e Presidência da República, o que leva a uma confirmação apenas parcial da hipótese.

H3: *o conteúdo dos comentários monitores tem como fundamento as funções e atividades desempenhadas pelos representantes.* Confirma-se ao evidenciar que a maior parte das manifestações monitoras se dirigem às instituições para tratar das funções desempenhadas por elas e uma atenção dos indivíduos em acompanhar e questionar o desempenho dos representantes, principalmente relacionado às atividades e funções democráticas das instituições. Contudo, cabe reforçar que na comparação entre os grupos de *fanpages*, algumas concentraram significativamente esse tipo de comentário em seus *posts*, enquanto outras tiveram ausência significativa. Novas instituições da esfera social, nativas do ambiente on-line, e os partidos políticos foram os grupos que mais receberam esse tipo de comentário. Por outro lado, os veículos de imprensa foram aqueles que menos tiveram esse tipo de manifestação monitora, enquanto concentraram comentários que continham insultos em seus textos.

Para além de testar empiricamente tais hipóteses, esta tese buscou, entre seus objetivos específicos, identificar quais os fundamentos do monitoramento digital expressos nas manifestações via comentários nessas publicações e comparar as manifestações dos monitores de acordo com o nível de institucionalização das instituições. O que foi possível não só pela criação da tipologia do comentário monitor, mas também ao identificar uma série de similaridades e diferenças entre os grupos de

instituições comparados. Tais aspectos foram evidenciados ao longo de toda análise neste capítulo empírico e são expostos de forma resumida no último quadro, a seguir. Nele, são compilados os resultados obtidos nas diferentes fases da análise dessas interações digitais entre os cidadãos e as instituições que publicam na rede social on-line. Ressalta-se, novamente, que a caracterização se dá de modo comparativo entre os níveis de institucionalização.

QUADRO 8 - CARACTERÍSTICAS DAS INTERAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS BRASILEIRAS EM RSO

Dimensão de representação	Novo social	Social-tradicional	Social-estatal	Estatal
Nível de institucionalização	Muito baixo	Baixo	Alto	Muito alto
Instituições	Novos atores digitais	Veículos tradicionais da imprensa	Partidos Políticos	Presidência da República e Congresso Nacional
Publicações da fanpage institucional (média/dia)	Publica muito (63,2)	Publica muito (76)	Publica pouco (18,6)	Publica muito pouco (9)
Interações do público com as publicações (média/post)	Recebe comentários (401) e reações na média (2.580) e se destaca em compartilhamentos (1.113)	Recebe comentários (464) e reações (3.087) na média. Compartilhamentos (387) bem abaixo da média	Recebe bem menos comentários (299), reações (1.025) e compartilhamentos (317) que os demais grupos	Recebe muito mais comentários (993), reações (3.095) e compartilhamentos (1.501) que os demais grupos
Volume de comentários monitores (RP)	Baixo (-10)	Muito Baixo (-143)	Muito Alto (284)	Alto (77)
Volume de outros comentários (RP)	Mediano (1,43)	Muito Alto (20,5)	Muito Baixo (-40,7)	Baixo (-11)
Duração da manifestação monitora (dias pós post)	Alta a muito alta (1 a 7)	Muito baixa (0)	Muito alta (4 a 7)	Alta (1 a 3)
Principais fundamentações das manifestações monitoras (RP)	Função institucional (62) e Valores (50)	Insultos (105)	Agenda (57) e Função institucional (39)	Desempenho on-line (161) e Agenda (50)
Fundamentações mais ausentes nas manifestações monitoras (RP)	Agenda (-65) e Desempenho on-line (-64)	Função institucional (-68) e Valores (-21)	Insultos (-64) e Desempenho on-line (-44)	Insultos (-70) e Valores (-29)

FONTE: autora.

5 CONCLUSÕES

Em conjunturas de abundância comunicativa, como a contemporânea, não só os fluxos, as redes e as interações se acentuam e se intensificam, como também as próprias relações sociais, políticas e representativas. Diversos processos, que antes eram centralizados e institucionalizados, como a organização do debate público liberal, alteram-se diante da fase de monitoramentos democráticos. Nela, a representatividade democrática passa a lidar com a maior demanda por participação dos cidadãos, cuja realização se dá em novas formas, mais independentes e individuais, especialmente em ambientes on-line. Nas democracias monitoradas, há discussões constantes sobre temas públicos e sobre o desempenho dos representantes, com cobranças e críticas recorrentes àqueles que conquistaram o poder. A perspectiva normativa de Keane sobre esse estágio de monitoramento das democracias foi o ponto de partida para essa pesquisa.

A discussão proposta pelo autor mostra-se pertinente para se atentar à forma como as democracias têm se organizado, principalmente do ponto de vista comunicacional, para se alcançar o *accountability*, aqui compreendido como o ideal que agrega a prestação de contas, a transparência e a promoção de mecanismos de participação cidadã, além da disposição e abertura à avaliação e ao escrutínio público. Contudo, quando se observa sistematicamente as interações e formas de uso da comunicação on-line para isso, o resultado mostra-se distante de gerar efeitos, de fato, nas relações representativas da democracia brasileira.

Como se tem discutido desde o início do texto, opta-se por um recorte bem específico dos monitoramentos cívicos, o das manifestações via comentários em páginas de instituições democráticas nas redes sociais on-line, que, textualmente, dirigem-se a tais entidades. Empiricamente, o monitoramento estudado aqui se refere às manifestações dos indivíduos que acompanham, nas RSO, instituições democráticas que se institucionalizaram como representantes no fomento e na gestão do debate público liberal. Para tanto, foram recuperados, semanalmente, ao longo de 12 meses, *posts* e comentários de 12 páginas institucionais na rede social Facebook. A seleção de *fanpages* procurou abranger instituições de diferentes dimensões de representação da democracia brasileira, estatais e sociais, e, conseqüentemente, de diferentes níveis de institucionalização.

No caso brasileiro, e dentro das limitações de interações e das manifestações nas redes sociais on-line, como o Facebook, evidenciou-se que esse monitoramento é mínimo, presente em apenas 2% das interações via comentários, a partir dos parâmetros estabelecidos para viabilizar a pesquisa de forma empírica. A definição aqui tomada para o comentário monitor é relevante, pois apurar o monitoramento nas interações requer uma distinção entre as manifestações sobre temas, sobre os *posts* e aquelas que de fato se dirigem ou abordam as instituições. Por isso, a escolha metodológica de se observar comentários e o conteúdo manifesto neles, recortando-se como monitora a manifestação que textualmente dirigiu-se às instituições.

Portais jornalísticos também compuseram as entidades analisadas por se considerar o Jornalismo como uma instituição democrática que representa os cidadãos na esfera pública. Da mesma forma, optou-se por observar as manifestações a novas instituições nativas da esfera digital. Desse modo, a discussão sobre o monitoramento democrático aqui não se limita às manifestações a representantes eleitos, como no caso das outras páginas estatais, do Congresso Nacional e da Presidência da República. Como se expressou ao longo do primeiro capítulo, dentre as distintas formas de se investigar o monitoramento das democracias, lida-se aqui diretamente com a opinião pública, enquanto fruto do debate público liberal. Por isso, e considerando a relevância dada por Keane sobre as mutações de organização e fluxos desse debate na contemporaneidade, entidades do setor da comunicação, como imprensa, são consideradas como instituições democráticas representativas, dentro de sua área de atuação.

Defende-se que essa tese contribui com a literatura ao apresentar uma tipologia para a classificação do monitoramento individual dos brasileiros em redes sociais on-line. Metodologicamente, optou-se por desenvolver a categorização dos tipos de manifestações monitoras a partir do próprio conteúdo expresso nos comentários. Com isso, chegou-se a cinco tipos de conteúdos que tendem a fundamentar essas manifestações: temas da agenda (que estão salientes no debate público); valores (sociais, políticos e ideológicos); função institucional (vinculada às atividades do representante); insultos (com argumentos pejorativos); desempenhos on-line (especificamente sobre ações no ambiente digital). A tipologia pode, por exemplo, ser explorada e aplicada em trabalhos futuros, inclusive na comparação com outras manifestações políticas dos cidadãos.

A categorização dos mais de 500 mil comentários ao longo de 12 meses permitiu esboçar alguns resultados sobre o conteúdo dessas manifestações, inclusive comparativos. Os dados mostraram, por exemplo, que há um maior volume de comentários que tratam das funções institucionais das entidades monitoradas (33,9%). Portanto, que discutem seu papel democrático e suas atividades representativas. Os dados também mostram que essa cobrança tende a ser feita principalmente a novos movimentos da sociedade como MBL e Mídia Ninja (RP 62) e aos partidos políticos (RP 39). Cabe ressaltar aqui que, por mais que sejam de esferas distintas de atuação, tais movimentos têm desempenhado funções semelhantes e se aproximados dos partidos, a partir da mobilização social.

Também se verificou que os partidos políticos são, comparativamente, os mais monitorados (4,83% das manifestações), seguidos dos órgãos do Estado (2,61%), que aqui apresentam o maior nível de institucionalização. As instituições da mídia convencional, imprensa tradicional, totalizaram apenas 1,44% de manifestações monitoradas. Pertinente a isso, verificou-se, também, que manifestações sobre as empresas midiáticas convencionais correspondem a um monitoramento mais pejorativo, com comentários do público fundamentalmente contendo insultos (RP 105). Já o monitoramento de novas representações sociais – como MBL e Mídia Ninja – concentrou, aqui, conteúdos embasados, principalmente, em valores (RP 50), sejam eles políticos, morais ou ideológicos.

Outros resultados interessantes também caracterizam o monitoramento analisado. Comentários monitores recebem, em média, o dobro de curtidas de comentários não monitores. O monitoramento tende a ser instantâneo, ocorrendo no mesmo dia da publicação do *post*, contudo isso se altera entre os grupos de instituições, sendo que os monitores da imprensa tradicional se concentram mais em *to*, enquanto o monitoramento dos partidos concentra significativamente uma semana após a publicação (RP 21,7). Além de mais monitorados, os partidos políticos apresentaram, assim, monitoramento mais sistemático – o que é reforçado pelas manifestações em suas páginas concentrarem, principalmente, a função institucional das agremiações e temas salientes na agenda como principais fundamentos de argumentação. Ainda acerca da agenda, verificou-se que esse tipo de manifestação monitorada é o que tem maior durabilidade nas interações digitais, de 4 a 7 dias após a publicação.

A investigação leva à conclusão de que as relações comunicativas entre representados e representantes brasileiros não se caracterizam intensamente pelo monitoramento no âmbito das redes sociais on-line. Se considerarmos a apreensão da democracia monitorada nesse ambiente interativo, em que se relacionam representantes e representados nas trocas de fluxos comunicativos, pode-se dizer que *não se trata de uma democracia tão monitorada assim*.

Pode-se concluir, ainda, que o monitoramento cívico nas redes sociais on-line se distingue por tipo de instituição monitorada. Evidencia-se que instituições democráticas de maiores níveis de institucionalização, ou seja, da dimensão estatal, cujos processos e funções são mais amplamente compartilhados pela população, tendem a ser mais cobradas pelos cidadãos monitores por meio de comentários em suas publicações. Conclui-se também que o conteúdo das manifestações monitoras se expressa de distintas formas, mas que é possível agregá-lo em pelo menos cinco tipos distintos, identificados por uma análise léxica do próprio conteúdo publicado.

Diante disso, pode-se afirmar que, no contexto brasileiro, as redes sociais on-line têm sido exploradas de forma mínima pelos cidadãos para o monitoramento democrático individual das instituições. Apesar de estarem interagindo com vários atores e entidades e conversando sobre temas públicos em ambientes como o Facebook, o indivíduo não está, necessariamente, ocupando-se do monitoramento cívico ali. Ainda assim, é interessante observar como as manifestações direcionadas às instituições do governo, de maior nível de institucionalização, tendem a reunir manifestações monitoras que se pautam pelo desempenho institucional on-line. Isso indica um interesse mais amplo do monitor na comunicação com o Estado por meio dos mecanismos on-line. O que pode ser pontuado, inclusive, como demanda por iniciativas de democracia digital. Uma das lacunas desta análise é justamente observar o maior papel das instituições na gestão desses fluxos comunicativos, para além da quantidade de publicações realizadas ao longo de um ano. Pode-se, por exemplo, discutir a capacidade de resposta dos representantes na rede social on-line. Bem como se o volume do monitoramento dirigido às instituições, independentemente do tema, teria efeito sobre essa ação.

Procurou-se mostrar como a discussão teórica elenca que há distintas iniciativas de monitoramento e controle de poderes e de representantes no contexto brasileiro que condizem com a definição de instituições monitoras no modelo de Keane (2010). Diante disso, esta pesquisa pode servir como precursora de uma

diversificada agenda para pesquisas futuras sobre as relações da abundância comunicativa e do monitoramento democrático no contexto brasileiro.

O estudo das proposições de Keane, Schudson e da literatura que aplica os conceitos de monitoramento desenvolvidos por eles, como os trabalhos de Feenstra, permite compreender a democracia monitorada como uma discussão ampla sobre como as relações democráticas têm se instaurado no último século diante das novas formas de comunicação. Por outro lado, o estudo tende a contribuir também com a agenda de pesquisas sobre as relações entre sociedade e democracia via participação on-line, ao apresentar uma nova perspectiva e categorias analíticas que podem ser replicadas, e não apenas nas manifestações em redes sociais.

É preciso considerar a dificuldade de apreender as relações democráticas em um cenário que tende a crises de representatividade e a intensos fluxos comunicativos entre os agentes, institucionais, governamentais e cívicos, das esferas política e pública. Da mesma forma que Keane (2018) alerta para a aproximação de democracias monitoradas às ondas contemporâneas de populismo, dada a excessiva discussão política fora do sistema representativo e a relevância da comunicação nesse processo; identificar a maior demanda por participação não institucionalizada em um cenário de pós-representatividade pode fazer do monitoramento democrático um comportamento aliado aos ideais das democracias liberais. Para tanto, seria necessário, maior investimento em iniciativas e mecanismos de participação, mediados, que explorasse o monitoramento cívico em prol da democracia, bem como investir no desenvolvimento de recursos para que os cidadãos participassem adequadamente.

Debater o monitoramento nas novas relações políticas e sociais, especialmente nas plataformas digitais, é pertinente porque tal perspectiva teórica não desconsidera a relevância das instituições e da consolidação das democracias representativas, mas também não ignora as mudanças pelas quais as democracias contemporâneas passaram nas últimas décadas, especialmente diante de maior demanda da participação cívica e dos efeitos democráticos do exacerbamento dos fluxos comunicativos na nova galáxia midiática da Era Digital.

REFERÊNCIAS

- ARATO, A. Representação, soberania popular e accountability. *Lua Nova*, n. 55-56, p. 85-103, 2002.
- ARCHETTI, C. Terrorism, communication and new media: Explaining radicalization in the digital age. *Perspectives on Terrorism*, v. 9, n. 1, p.49-59, 2015.
- ARTERTON, C. *Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?* Newbury Park: Sage, 1987.
- AXTMANN, R. Conceptualising Democracy, *Australian Journal of Political Science*, v. 48, n.1, p. 118-128, 2013. DOI: 10.1080/10361146.2012.732212
- BACHINI, N.; FERES JR., J. *E-manchetômetro*. Site. 2017.
- BANG, H. P. "John Keane: communicative abundance and hybrid politics." *Democratic Theory*, v. 2, n. 2, 2015, p. 97-102. DOI: 10.3167/dt.2015.020208.
- BARROS, A. Como os partidos políticos brasileiros usam a Internet para atrair o eleitorado jovem. *Debates*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.9-30, 2016.
- BLUMLER, S. C. J.; COLEMAN, S. A democracia e a mídia – Revisitadas. *Revista Compólitica*, v. 7, n. 2, p. 7-34, 2017.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOUTYLINE, A.; WILLER, R. The social structure of politics Echo Chambers: variation in ideological homophily in online networks. *Political Psychology*, v. 17, p. 18-62, 2015. DOI: 10.1111/pops.12337.
- BRAGA, S.; FRANÇA, A.; NICOLÁS, M. A. Os partidos políticos brasileiros e a internet. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p.183-208, 2009.
- BRAGA, S.; ROCHA, L.; CARLOMAGNO, M. Estratégias de comunicação digital dos partidos brasileiros e portugueses. *Análise Social*, 223, v. 3, n. 2, p.328-359, 2017.
- BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. C.; NICOLÁS, A. Inovadora e democrática. Mas e daí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre Marco Civil da Internet. *Política e Sociedade*, v. 14, n. 29, p. 125-150, 2015. DOI: 10.5007/2175-7984.2015v14n29p125.
- BRANDÃO, E. "Comunicação Pública". In: DUARTE, J. (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. pp. 1-33.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora*, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

BURGOS, P. *Burgos Media Watch*. Site. 2018.

CAMARGO, B. ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. Editora Universitária: João Pessoa, 2005. pp. 511-539

CAMARGO, B.; JUSTO, A. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARDOSO, V. A. “A invenção e as reinvenções da democracia”. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. *Introdução à teoria democrática*. Belo Horizonte: Edufmg, 2018. Pp. 49-70.

CARREIRO, R. O que há de política no Facebook? Uma análise sobre o perfil dos estudos na área. *Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 17, n. 33, 2018.

CERVI, E. U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. Anais do 42º Encontro da Anpocs. 2018. <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/qt-31/qt17-22>

CERVI, E. U. Como os webleitores do “Portal Estadão” comentaram a eleição de Dilma Rousseff em 2010: uma discussão sobre os participantes do debate público em campanhas eleitorais nos novos meios de comunicação. *Explanans*, v. 2, n. 1, p. 75-99, 2013.

CERVI, E. U. *Opinião Pública e Comportamento Político*. Curitiba: Editora Ibpex, 2010.

CERVI, E. U. *Opinião Pública e Democracia*. Capítulo. 2018 [No prelo].

CERVI, E. U.; CARVALHO, F. C. Conteúdo ou Dinheiro? Diferenças entre as políticas de comunicação dos governos Dilma e Temer no Brasil. *Intercom, Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*, v. 42, n. 3, p. 91-113, 2019. DOI: 10.1590/1809-5844201935.

CERVI, E. U.; CARVALHO, F. C. de. “O Debate Eleitoral em Democracias Monitoradas: uma tipologia para comentários em redes sociais online”. In: Lídia de Oliveira Xavier; Carlos F. Domínguez Avila; Vicente Fonseca. (Org.). *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2018. Pp. 347-374.

CHERESKY, I. *El nuevo rostro de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

CHILDS, HARWOOD L. *An Introduction to Public Opinion*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1940.

COHEN, M. J.; LUPU, N.; ZECHMEISTER, E. J. (Ed.). *The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance*. LAPOP, Vanderbilt University, 2017.

CRESPI, I. *The public opinion process: How the people speak*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1997.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DAHL, R. *La poliarquía: participación y oposición*. Madrid: Tecnos, 1997.

DEVINNEY, T. M. Social responsibility, global strategy, and the multinational enterprise: global monitory democracy and the meaning of place and space. *Global Strategy Journal*, 1, p. 329-344, 2011. DOI: 10.1111/j.2042-5805.2011.00021.x.

FEENSTRA, R. A. Civil Society: monitory democracy and media in John Keane. Castellon, January 2010.

FEENSTRA, R. A. Democracia en la era de la nueva galaxia mediática. *Veritas*, v. 57, n. 1, p. 112-127, 2012.

FEENSTRA, R. A.; CASERO-RIPOLLÉS, A. Democracy in the Digital Communication Environment: A Typology Proposal of Political Monitoring Processes. *International Journal of Communication*, v. 8, p. 2448–2468, 2014. DOI: 10.1080/1932–8036/20140005.

FEENSTRA, R. A.; COUTO, D. R. T. Democracia Monitorada: Internet e o potencial do jornalismo cidadão. IV Encontro da Compólitica, UERJ, Rio de Janeiro, 2011. Anais

FEENSTRA, R. A.; KEANE, J. Politics in Spain: A Case of Monitory Democracy. *Voluntas*, v. 25, p. 1262–1280, 2014. DOI: 10.1007/s11266-014-9461-2.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Opinião Pública*, v. 3 n. 3, p.171-185, 1995.

FILGUEIRAS, F. B. Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova*, n. 84, p. 65-94, 2011.

FILGUEIRAS, F. B. “História da democracia representativa no Brasil”. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. *Introdução à teoria democrática*. Belo Horizonte: Edufmg, 2018. Pp. 71-90.

FLINDERS, M. Daring to be a Daniel: The Pathology of Politicized Accountability in a Monitory Democracy. *Administration & Society*, v. 43, n. 5, p. 595-619, 2011. DOI: 10.1177/0095399711403899.

FREEMAN, J. E-government in the context of monitory democracy: Public participation and democratic reform, *Media Asia*, v. 40, n. 4, p. 354-362, 2013. DOI: 10.1080/01296612.2013.11689988.

FREEMAN, J.; SHARNA, Q. Understanding e-democracy: government-led initiatives for democratic reform, *Journal of e-democracy and open government*, v. 5, n. 2, p. 141-154, 2013.

FUKS, M. "Definição de agenda, debate público e problemas sociais". *BIB*, n. 49, p. 79-94, 2000.

GANDIN, L. Eu, nós e eles: a luta política nos pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná, 2018 (235 p).

GOMES, W. S. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W. MAIA, R. *Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W. S. Democracia digital: Que democracia?. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010. Pp. 241-259.

GOMES, W. *Transformação da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W.; AMORIN, P. K.; ALMADA, M. P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. *E-Compós*, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/EC.1446.

GRAEFF, E. Monitorial Citizenship. In: HOBBS, R.; MIHAILIDIS, P. (Eds). *The International Encyclopedia of Media Literacy*. JohnWiley & Sons, 2019. DOI: 10.1002/9781118978238.ieml0169.

GRIMMER, J.; STEWART, B. M. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts. *Political Analysis*, 2013, pp. 1–31. DOI: 10.1093/pan/mps028

GROSSI, G. *La Opinion Publica*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2007.

GROSSI, G. Sfera pubblica e flussi di comunicazione nell'epoca della rete. In: MOSCA, L. & VACCARI, C. (Ed.), *Nuovi media, nuova politica? Partecipazione e mobilitazione online*. Milano: Franco Angeli, 2011

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. [Obra originalmente publicada em 1962].

HAN, B. *Sociedade da Transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HELD, D. *Models of Democracy*. 3ª ed. Stanford: University Press, 2006.

HINDMAN, M. *The myth of digital democracy*. Princeton University Press, 2008.

HOOGHE, M.; DEJAEGHERE, Y. Does the 'monitorial citizen' exist? An empirical investigation into the occurrence of postmodern forms of citizenship in the Nordic countries. *Scandinavian Political Studies*, v. 30, n. 2, p. 249-271, 2007.

HOSKINS, B. "What does democracy need from its citizens? Identifying the Qualities Needed for Active Citizenship and Making the Values Explicit". In: PRINT, M.; LANGE, D. (Ed.) *Civic Education and Competences for Engaging Citizens in Democracies*. Boston: Sense Publishers, 2013. Pp. 23-36.

HUNTINGTON, S. P. A terceira onda: a democratização no final do século XX. Ática, 1994.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

IBGE. Agência IBGE de notícias. PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>. Acesso em 11/10/2018.

KALSNES, B.; OLOF, A.; ENLI, G. The social media logic of political interaction. *First Monday*, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/6348/5916>.

KEANE, J. *Democracy and media decadence*. Cambridge University Press, 2015.

KEANE, J. *Power and Humility: the future of monitory democracy*. Cambridge University Press, 2018. DOI: 10.1017/9781108348997

KEANE, J. Structural transformations of the public sphere. *Communication Review (The)*, v. 1, n. 1, p. 1-22, 1995.

KEANE, J. *Vida e Morte da Democracia*. Coimbra: Edições 70, 2010.

KOVACH, B.; ROSESNTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIMA, V. A. *Mídia, Teoria e Política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LIPPMANN, W. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008. [Obra originalmente publicada em 1922].

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. *Talk on television: Audience participation and public debate*. Routledge, 2001.

LUHMANN, N. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, N. "A Opinião Pública". In: ESTEVES, João P. (Org.). *Comunicação e Sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. pp. 163-191 [Texto originalmente publicado em 1970].

- MAIA, R. REZENDE, T. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. *Intexto*, n. 34, p.492-512, 2015.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. “Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização”. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 249-286, 2005. DOI: 10.1590/S0104-62762005000200001.
- MANCHAIHAH, V.; RATINAUD, P.; ANDERSSON, G. Representation of Tinnitus in the US Newspaper Media and in Facebook Pages: Cross-Sectional Analysis of Secondary Data. *Interactive Journal of Medical Research*, v. 7, n. 1, 2018. DOI: 10.2196/ijmr.9065
- MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 115-127, 2013. DOI: 10.1590/S0101-33002013000300008.
- MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge University Press, 1997.
- MARJORIBANKS, T. "A Framework for Analysing a New Form of Democracy". *Democratic Theory*, v. 2, n. 2, p. 89-92, 2015. DOI: 10.3167/dt.2015.020208.
- MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião pública*, v. 12, n. 1, p. 164-187, 2006.
- MARTIN, A. Political Participation among the Young in Australia: Testing Dalton's Good Citizen Thesis, *Australian Journal of Political Science*, v. 47, n. 2, p. 211-226, 2012. DOI: 10.1080/10361146.2012.677003
- MASSUCHIN, M. G.; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E. Elecciones de Brasil en 2014: las webs de los candidatos presidenciales como herramienta de campaña electoral. *Observatorio (OBS*)*, v. 10, n. 1, p. 83-106, 2016.
- MATTEUCCI, N. “Opinião Pública”. In: BOBBIO, N. *Dicionário de Ciência Política*. Verbete. Brasília: UNB, 2000.
- MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. “Teorias democráticas”. In: _____ *Introdução à teoria democrática*. Belo Horizonte: Edufmg, 2018. Pp. 29-48.
- MENDONÇA, R. F.; GOMES, W. John Keane: communicative abundance and hybrid politics. *Democratic Theory*, v. 2, n. 2, p. 92-97, 2015. DOI: 10.3167/dt.2015.020208.
- MILLER, J. “Monitory Democracy and Ecological Civilization in the People’s Republic of China”. In: TRÄGÅRDH, L.; WITOSZEK, N.; TAYLOR, B. (Eds). *Civil Society in the Age of Monitory Democracy*. Oxford: Berghahn Books, 2011.
- MITOZO, I. B. E-participação nos parlamentos: desenvolvimento e uso de iniciativas pela Câmara dos Deputados brasileira e pela House of Commons britânica. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná, 2018 (268 p).

MITOZO, I. B.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. *Opinião Pública*, v. 23, n. 2, p. 459-484, 2017. DOI: 10.1590/1807-01912017232459.

MOISÉS, J. A., MENEGUELLO, R. Os efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática. In: _____ (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013. p.11-24.

MOY, P.; COURTNEY, J. "Digital Public Sphere". In: MAZZOLENI, G. (Ed); *The International Encyclopedia of Political Communication*, 1ª ed. John Wiley & Sons, 2015.

NAVARRIA, G. Politics vs. Antipolitics in Italy in the Age of Monitory Democracy: The Complex Case of bepegrillo.it. In: Erik Amna (Ed). *New forms of citizen participation: Normative implications*. Nomos, 2010. p.175-188

NOELLE-NEUMANN, E. *La Espiral del Silencio*. Opinión Pública nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

NOELLE-NEUMANN, E. Public Opinion and the Classical Tradition: A Re-evaluation. *Public Opinion Quarterly*, v. 43, n. 2, p. 143-156, 1979.

NORRIS, P. (org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P.; et al. *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. "Limits on press freedom and regime support". In: *Public sentinel: News media and governance reform*, p. 193-220, 2010.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliaquias. *Lua Nova*, n. 44, p. 27-54, 1998.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal. La institucionalización legal de la desconfianza política. *Isonomía*, n. 14, p. 7-31, 2001.

PENA, F. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2012.

RAWLS, J. *Liberalismo político*. São Paulo: Ática, 1999.

RAWLS, J. Reply to Habermas. *The Journal of Philosophy*, v. 92, n. 3, p.132-180, 1995.

REINERT, M. Un logiciel d'analyse lexicale: ALCESTE. *Les cahiers de l'Analyse des onnées*, v. 4, p. 471-484, 1986.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; HANSEN, J. Participação on-line e off-line no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 7, n. 4, p.498-523, 2016.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. Monitor do Debate Político no Meio Digital. Site. Disponível em: <https://www.monitordigital.org>. Acesso em 15/04/2018.

RIEDER, B. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: Proceedings of the 5th annual ACM web science conference. ACM, 2013. p. 346-355.

ROCHA, H. Transparência e accountability no Estado Democrático de Direito: reflexões à luz da Lei de Acesso à Informação. 2012.

ROCHA, L. C. Os partidos na rede: ação política virtual das instituições partidárias brasileiras. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná, 2014 (140 p).

ROSANVALLON, P. Counter-democracy: politics in an age of distrust. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

ROTHBERG, D.; VALENÇA, A. S. Comunicação Pública para cidadania no avanço das redes sociais oficiais. Revista Animus, v. 12, n. 26, p. 37-62, 2014.

ROGERS, D. REDWatch: Monitory democracy as a radical approach to citizen participation in planning. Planning Theory & Practice, v. 14, n. 4, p. 542-546, 2013. DOI: 10.1080/01296612.2013.11689988.

ROWE, T. "Whether you like it or not": California's proposition 8 and the rhetoric of monitory democracy. Young Scholars in Writing, v. 7, p. 63-73, 2010.

SÁ, F. Opinião pública: um conceito político em disputa. *ALCEU*, v. 13, n. 25, p. 185-199, 2012.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 446-477, 2010.

SANTANA JR., C.; LIMA, C. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede. *Liinc em Revista*, v. 13, n. 2, p. 307-322, 2017. DOI: 10.18617/liinc.v13i2.3940.

SCHÄFER, M. "Digital Public Sphere". In: MAZZOLENI, G. (Ed); *The International Encyclopedia of Political Communication*, 1ª ed. John Wiley & Sons, 2015.

SCHEDLER, A. "Conceptualizing accountability". In: _____; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. (Eds). *The self-restraining state: Power and accountability in new democracies*, Lynne Rienner Publishers, 1999..

SCHUDSON, M. Political observatories, databases & news in the emerging ecology of public information. *Daedalus*, v. 139, n. 2, p.100-109, 2010. DOI: 10.1162/daed.2010.139.2.100.

SCHUDSON, M. *The good citizen: A history of American civic life*. Free Press, 1998.

SCHUDSON, M. Walter Lippmann's Ghost: An Interview with Michael Schudson. *Mass Communication and Society*, v. 19, n. 3, p. 221-229, 2016. DOI: 10.1080/15205436.2015.1112919.

SCHUDSON, M. *Why Democracies Need an Unlovable Press*. Malden: Polity Press, 2008a.

SEDMAN, V. R. Some interpretations of public opinion. *Social Forces*, v. 10, n. 3, p. 339-350, 1932.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVEIRA, S. A. Regulamentação e liberdade na rede: o Marco Civil da Internet. In: Venício A. de Lima; Juarez Guimarães; Ana Paola Amorim. (Org.). *Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios*. São Paulo: Paulus, 2014. Pp. 239-255.

SINDERSKI, R. M. Tem que reduzir? Uma análise das conversações políticas sobre redução da maioria penal na página de Facebook da Câmara dos Deputados. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambu. In: Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

SORJ, B. On-line/off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: ____, FAUSTO, S. (Orgs.) *Internet e mobilizações sociais*. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

SUNSTEIN, C. *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press, 2018.

SUNSTEIN, C. *Republica.com: internet, democracia y libertad*. Barcelona: Paidós, 2003.

VAN DEN HOVEN, J. *E-democracy, E-Contestation and the Monitorial Citizen*. *Ethics and Information Technology*, v. 7, n. 2, p. 51-59, 2005. DOI: 10.1007/s10676-005-4581-4.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality*. Part III - The Civic Voluntarism Model. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VETHENCOURT, F. Contribución a la disputa entre Habermas y Rawls sobre el liberalismo político. *Episteme NS*, v. 33, n. 2, p. 65-88, 2013.

WIERSMA, Wybo. Transitive delegative democracy through facebook for more permanent online movements: How it could address the democratic deficit, and how it could attain critical mass. In: 18th International Conference on Alternative Futures and Popular Protest. 2013.

WILLEMANN, M. M. Desconfiança institucionalizada, democracia monitorada e Instituições Superiores de Controle no Brasil. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, v. 263, p. 221-250, 2013.

WOJCIESZAK, M. E.; MUTZ, D. C. Online groups and political discourse: Do online discussion spaces facilitate exposure to political disagreement? *Journal of communication*, v. 59, n. 1, p. 40-56, 2009.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 6ed. Lisboa: Presença, 2012.

ZALLER, J. A new standard of news quality: Burglar alarms for the monitorial citizen. *Political Communication*, v. 20, n. 2, p. 109-130, 2003.

ZIRKER, D.; MARTINS FILHO, J. R. The Brazilian Civil-Military Crisis of 2008: A Shift to Monitorial Democracy? *Social Alternatives*, v. 30, n. 3, p. 31-38, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SOBRE AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS

Este apêndice dedica-se a reunir informações sobre as instituições que tiveram as *fanpages* selecionadas para a análise empírica. As informações são, principalmente, embasadas nos respectivos canais de comunicação institucional. As fontes consultadas são indicadas ao final de cada texto, em sua maioria institucionais. O objetivo deste apêndice é reunir informações que identifiquem as instituições escolhidas dentro de cada grupo que elas compõem, mostre a relevância delas na organização da democracia brasileira, em diferentes formas e áreas de atuação.

Agência Pública

(*novo social; institucionalização muito baixa*)

A Agência Pública é uma agência de jornalismo independente, sem fins lucrativos, criada em 2011, que produz reportagens e atua em outras iniciativas on-line, como as de *fact-checking*, criação de aplicativos, séries temáticas especiais de publicações, etc. Apresenta-se como “Investigativa, independente, inovadora”. Trabalham com a livre reprodução, permitindo a replicação livre dos conteúdos produzidos por eles. Na aba “Sobre” de sua fanpage, a Pública ressalta ainda ter sido fundada somente por mulheres jornalistas.

A Pública apresenta, como seus, valores clássicos da ética e da deontologia da jornalística. Em seu site, listam a independência editorial, a promoção dos direitos humanos e do direito à informação de qualidade, visando à qualificação do debate democrático. Indicam ainda a construção da igualdade de gênero e a prática de um jornalismo investigativo e inovador. Reforçam a isenção na apuração de fatos, classificada por eles também como criteriosa e embasada em fontes primárias. Desde a sua fundação, a Pública já ganhou prêmios com as suas reportagens, pautas, também com o desenvolvimento de aplicativos, iniciativas de *fact-checking*, incluindo coberturas eleitorais, como a de Belo Horizonte em 2016. Além disso, também há prêmios individuais obtidos por seus colaboradores como o de jornalista independente do ano.

Reforçam o trabalho de jornalismo investigativo e independente ao destacarem suas pautas e áreas de temáticas de atuação, especialmente sobre o campo político. “Investigamos a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo”.

A agência tem ainda caráter mobilizador e participativo, procurando incentivar a participação dos seus leitores em seus trabalhos, e no debate pautado por suas reportagens e demais projetos. Como atua de modo independente, a organização realiza algumas campanhas para arrecadação coletiva de investimentos (*crowdfunding*). Uma das iniciativas recorrentes são as edições da “Reportagem Pública”, um projeto de financiamento coletivo que mobiliza os leitores a doarem dinheiro para a agência, financiando suas reportagens, e, em contrapartida, opinarem sobre os temas das reportagens que serão produzidas naquele ano.

Já em sua fanpage, apresenta uma “Política de comentários” que estimula a participação do público e do debate em nas publicações em suas redes sociais e em seu site. Contudo, ressalta que “se reserva ao direito de remover comentários que estimulem algum tipo de preconceito (gênero, orientação sexual, minorias) e que contenham ofensa, injúria ou difamação”. A fanpage possui mais de 180 mil curtidores e seguidores no Facebook.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Agência Pública, A Pública, agência.

Fontes:

<https://www.facebook.com/pg/agenciapublica/about> Acesso 18/03/2018.

<https://apublica.org/quem-somos/> Acesso 18/03/2018.

Câmara dos Deputados

(*estatal; institucionalização muito alta*)

A Câmara dos Deputados é instituição política brasileira que tem a função de “representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos

públicos”. Junto com o Senado e o Tribunal de Contas da União, forma o Poder Legislativo da democracia brasileira em âmbito Federal. Como consta na seção institucional de seu site, desde 1993, o Brasil conta com 513 deputados federais para formação da Casa. Eles são definidos de forma proporcional ao tamanho dos estados e do Distrito Federal, para garantir a representatividade populacional, garantindo que cada unidade federal tenha no mínimo oito e no máximo setenta deputados. Não há limitações de participação partidária, mas os partidos políticos exercem uma função fundamental para a composição uma vez que os representantes são eleitos a cada quatro anos via eleições proporcionais.

Conforme sua página institucional na internet, é nessa instituição que se inicia o trâmite da maioria das proposições legislativas. A Câmara dos Deputados acaba, assim, centralizando o poder de deliberação e decisão sobre temas principais da sociedade e do Estado brasileiros. Casa que representa o povo brasileiro na esfera do Estado, possui elevado nível de institucionalização democrática, sendo regida pela Constituição Federal e organizada de forma bastante estruturada internamente com a divisão de funções e áreas de atuação para seus membros.

Tem procurado atuar no *accountability* on-line e promove ações de comunicação para transparência de suas atividades. Além da presença nas redes sociais on-line, onde busca gerar relacionamento e engajamento com os cidadãos por meio de posts sobre suas ações e processos, possui algumas iniciativas para permitir a participação on-line da sociedade, de forma individualizada e/ou organizada, especialmente no debate sobre temas que estão pautando as discussões e decisões legislativas.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Câmara, Câmara dos Deputados, Camara, Deputados (plural) parlamentar, parlamento, congresso, legislativo.

Fonte:

<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca>

<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-do-poder-legislativo>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Folha de S.Paulo - FSP

(social tradicional; institucionalização baixa)

A Folha de S.Paulo é um jornal impresso brasileiro de abrangência nacional que integra o Grupo Folha, de comunicação e editoração. Com esse nome, surgiu em 1960, mas desde 1921 o grupo publica versões anteriores do jornal que acabaram se fundindo para sua criação. Além da Folha e outros produtos noticiosos como o Portal UOL, o Grupo Folha é proprietário do instituto de pesquisa Datafolha. Isso é importante ressaltar aqui porque, assim como o caso do Portal G1, algumas manifestações monitoradas via comentários em RSO podem se dirigir ao Datafolha e as atividades desempenhadas pelo instituto como as de pesquisa de intenção de voto, já que 2018 é ano eleitoral (ainda que não se tenha contemplado o período analisado aqui).

Conforme o seu site institucional, desde 1980 é o maior jornal impresso do país em número de circulação. Para a instituição, o crescimento e a credibilidade do jornal se deve ao rigor jornalismo em aplicar os princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Portanto, defende a sua prática jornalística embasada nos valores democráticos que fizeram com que a Mídia e especificamente o jornalismo torna-se uma instituição representativa em nossas democracias. Apresenta como missão: “produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania”.

Excepcionalmente, em especial quando comparada com as demais instituições consideradas neste estudo, a Folha se manifestou contra a empresa Facebook em fevereiro de 2018 e desde então cumpre com a promessa feita de não mais publicar seus conteúdos e links em sua página na rede social. A página oficial do veículo ainda existe no Facebook, mas não é alimentada desde o ocorrido. Folha se posicionou contra a mudança do algoritmo na rede social, que naquele período passou a dar mais visibilidade aos conteúdos de perfis individuais dos cidadãos em detrimento das publicações de *fanpages*.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Folha, Folha de S.Paulo, Folha de São Paulo esse jornal.

Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>
https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml

Mídia Ninja

(novo social; institucionalização muito baixa)

O Mídia Ninja se apresenta como uma “rede de comunicação livre”, pautada pela produção e distribuição coletivas de informação, especificamente, pela internet. O Mídia Ninja surgiu em 2013, concomitantemente com as manifestações de rua no Brasil, quando milhões de brasileiros saíram em protestos nas principais cidades do Brasil em junho daquele ano. Nessas manifestações, promoveu a cobertura ao vivo, e on-line, com um discurso contrário, principalmente, à imprensa tradicional. Segundo o grupo, eles permitiram uma pluralidade de visão sobre o protesto como alternativa ao enquadramento dos veículos da grande mídia. Ideologicamente, identifica-se como um grupo de esquerda.

Tem como bandeira a defesa por uma comunicação democrática, definida pelo grupo em seu site “como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI”. Ainda segundo o site, a rede colaborativa conta com engajamento de mais de dois milhões de apoiadores e também conta com o financiamento colaborativo.

Seus conteúdos são majoritariamente opinativos, com conteúdo produzido por colunistas. Uma das principais frentes de atuação midiática do grupo é a do audiovisual. Desde seu início, com vídeos sobre as manifestações de 2013, explorando a produção de séries e documentários disponibilizados em seu canal no Youtube até as transmissões ao vivo (lives) que realiza em redes sociais como o Facebook.

Mídia NINJA também tem visibilidade internacional, atuando junto com outros coletivos de mobilização popular e política on-line pautados pela comunicação independente, que se autodenominam como “midiativistas”. No ano de 2013, foi premiado especificamente por sua atuação nas redes sociais on-line ganhando o prêmio “Shorty Awards” na categoria de melhor influenciador digital no Brasil. Sua fanpage é curtida e seguida por mais de 1,7 milhões de pessoas no Facebook.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Mídia Ninja, Ninja.

Fontes:

<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/>. Acesso em 18/03/2018.
<http://midianinja.org/quem-somos/> Acesso em 18/03/2018.
<https://www.youtube.com/midianinjafly> Acesso em 18/03/2018.

Movimento Brasil Livre - MBL

(novo social; institucionalização muito baixa)

O Movimento Brasil Livre (MBL) – também identificado como Movimento Renovação Liberal - é a organização mais nova entre as estudadas aqui. Como o próprio nome diz, ideologicamente, apresenta-se como de direita liberal, defendendo a atuação mínima do Estado. O MBL foi criado em 2014 e ganhou visibilidade no Brasil, nas redes sociais e especialmente no Facebook, pela organização de manifestações contrárias à reeleição de Dilma Rousseff e depois a favor de seu impeachment.

Apesar de se apresentar como um movimento político independente, sem vínculos partidários. Alguns membros do MBL, conhecidos nas RSO, concorreram nas eleições de 2016 e foram eleitos. Em março de 2018, Kim Kataguirí se apresentou como pré-candidato ao cargo de Deputado Federal de São Paulo e se filiou ao partido Democratas (DEM). Em entrevista em outubro de 2017, Kataguirí afirma que compreende o MBL como um partido, por ser caracterização e atuação. Contudo, como não é oficialmente um partido, legalmente não pode, entre outras coisas, concorrer a uma eleição. Kataguirí foi eleito em 2018, assim como outros membros do movimento.

O movimento, no momento, acaba se relacionando e integrando diferentes partidos. Em seu portal, a aba “parlamentares”, lista um deputado federal e sete vereadores em exercício que são vinculados ao movimento. São dos partidos DEM, PV e, principalmente, do PSDB. Assim como o Mídia Ninja e a Agência Pública, o MBL também tem uma seção específica em seu portal para aqueles que deseja fazer doações ao movimento.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: MBL, Movimento Brasil Livre.

Fonte:

<https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAog3AOCCFDCOYw>

<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/o-mbl-e-um-partido-politico-admite-kim-kataguiri-07rbcpdkjkemdy6pklw83416z>

Movimento Democrático Brasileiro - MDB

(social-estatal; institucionalização alta)

O partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), segundo seu site, foi criado em março de 1966. É o maior partido brasileiro, em número de afiliados e de representantes no Congresso Federal, quando se consideram as legislaturas no período em que esse estudo foi realizado até aqui (2016-2018). Trata-se de um partido de base, que sempre esteve aliado ao Executivo Federal em exercício. Também é, no período analisado nesta tese, o partido que estava à frente do governo federal com Michel Temer (2016-2018) após o impeachment de Dilma Rousseff.

Segundo os estudos citados nesta tese, em comparação aos outros partidos brasileiros, tem uma atuação mediana na internet, sem explorar muito as plataformas para engajamento e interação com a sociedade. Cabe ressaltar aqui que há registros de que o MDB atua nas redes sociais como o Facebook com um monitoramento e filtragem de conteúdos publicados.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: PMDB, MDB, Partido.

Fonte:

<https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>

<https://www.mdb.org.br/conheca/programa-partidario/>

O Estado de S. Paulo - OESP

(social tradicional; institucionalização baixa)

O Estado de S. Paulo, também conhecido como “Estadão”, é o jornal mais antigo do país em circulação. Embora tenha mudado de nome ao longo de sua história, foi criado ainda no Brasil Império, em 1875. Segundo a seção histórica em seu site, o veículo de imprensa tornou-se importante, mesmo com outros dois veículos existentes na região (já extintos) por “ser o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista, por meio dos textos contundentes de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, seus primeiros redatores” (ESTADÃO, s/d, s/p).

A página institucional também ressalta com o crescimento e a consolidação do veículo de imprensa se deu vinculada às mudanças sociais, econômicas e políticas da região e do Brasil. Reforça-se que Estadão sempre se posicionou politicamente apoiando partidos e atores políticos que acredita serem as melhores opções para o país, província, estado ou, enfim, cidades de SP.

Ao lado de Folha de S.Paulo e O Globo, o Estadão está entre os quality papers brasileiros, sendo portanto referência nacional e no exterior de jornalismo brasileiro. Atua on-line em seu portal em uma diversidade de conteúdos, política, economia, cultura, e explora as redes sociais para circulação de seus produtos. Contudo, ainda circula nacionalmente na versão impressa. Usualmente é objeto de estudo de estudos acadêmicos sobre jornalismo político, comunicação política e mídia e eleições, etc.

Reforça-se que apesar de ser conhecido nacionalmente, trata-se de uma empresa privada. Por isso, ainda que historicamente seja uma das instituições mais antigas entre as analisadas aqui, sua atividade e seu comportamento enquanto veículo de imprensa não é amplamente compartilhado pela sociedade (em comparação com os partidos, congresso e Presidência) pela liberdade que o jornal tem tanto para a prática do jornalismo quanto para sua atuação política.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Estadão, O estado de São Paulo, O Estado de S.Paulo esse jornal.

Fonte:

<https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>

Partido da Sócio-democracia Brasileira - PSDB

(social-estatal; institucionalização alta)

Mais novo entre os partidos aqui analisados, o PSDB nasce em 1988, ano em que há a promulgação da nova Constituição do Brasil. Ao longo dos anos, o partido tem crescido nacionalmente. Em 1994, elege o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao lado do PT, tem protagonizado a política nacional, especialmente nos cargos majoritários. A polarização da disputa entre PT e PSDB durou de 1994 às eleições de 2014. Em 2018, apesar de formar a maior coligação para a disputa presidencial, não obteve sucesso não conseguindo se garantir no segundo turno e ficando atrás de PSL, PT e PDT nos votos à Presidência.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: PSDB, Partido.

Fonte:

<http://www.psdb.org.br/conheca/historia/>
<http://www.psdb.org.br/conheca/programa/>

Partido dos Trabalhadores - PT

(social-estatal; institucionalização alta)

O PT foi fundado e registrado em 1980, segundo consta em seu site, como uma agremiação que visava promover mudanças sociais, reunindo intelectuais e artistas de esquerda, trabalhadores do campo e da cidade. Segundo seu manifesto de criação, defendia-se a formulação de um partido de massas que se contrapusesse aos já presentes na elite política e que permitisse a maior e mais ampla participação política dos trabalhadores brasileiros. Ao longo dos anos o

Foi o partido que esteve à frente do governo Federal de 2002 a 2016, com dois mandatos de Lula e dois de Rousseff, sendo o último impedido pelo Congresso ainda no segundo ano. Durante seus governos, passou por escândalos de corrupção que enfraqueceram a imagem do partido diante da opinião pública, como o Mensalão e a Operação Lava Jato, conduzindo figuras importantes do partido à prisão. É um partido que por um lado tem forte oposição social e, por outro, ainda é um dos poucos que se constitui como partido e é reconhecido pelos brasileiros, inclusive nas pesquisas que mensuram identificação partidária. Após polarizar a disputa para a presidência por 20 anos com o PSDB, perdeu a eleição em 2018.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Partido dos trabalhadores, PT, esse partido.

Fonte:

<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>
<http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>

Portal G1

(social tradicional; institucionalização baixa)

Portal G1 é o portal on-line de notícias da Globo. Reúne diversas editorias de hard e soft news, do entretenimento ao jornalismo político e econômico. Diferentemente dos outros representantes da mídia tradicional aqui, nasceu pred. Mas, aqui, torna-se representante em geral do Grupo Globo, fundado em 1925. Como o monitoramento é institucional, as manifestações dos cidadãos em suas páginas acabam convergindo a ele críticas e cobranças dos cidadãos também direcionadas ao grupo de modo geral, seus atores (como proprietários, jornalistas, artistas e apresentadores), mas também a outros veículos como a TV Globo e o jornal O Globo.

Na seção institucional de seu site, em que destaca seus princípios editoriais, reforça os valores jornalísticos predominantes no modelo objetivo e informativo, voltado para a imparcialidade, isenção e apartidarismo. O conteúdo da seção reforma o papel institucionalizado do jornalismo, inclusive afirmando que na Era Digital, com maior participação individualizada do cidadão em produção e difusão de informações, “nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade” (G1, s/d, s/p).

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: G1, Globo, Portal G1 esse portal, esse jornal.

Fonte:

<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>
<https://grupoglobo.globo.com/>

Palácio do Planalto

(estatal; institucionalização muito alta)

O Planalto é a instituição que representa a Presidência da República, o governo Executivo brasileiro na Esfera Federal. No momento em que se deu o estudo empírico, o Planalto estava sob o poder do presidente Michel Temer, mas é responsável por manter a memória da Presidência da República, inclusive sobre os atores políticos anteriores que estiveram à frente dela. Em seu site, por exemplo, dispõe da biblioteca presidencial, espaço digital que reúne e disponibiliza todos os conteúdos e ações dos presidentes como discursos dos governantes anteriores.

Enquanto seu portal online reúne diversas informações sobre a estruturação do Governo Temer, com informações sobre a organização de seus ministérios e os respectivos ministros que forma m sua equipe, os conteúdos nas RSO tendem a focar na figura do Presidente, suas ações e compromissos. É comum, por exemplo, a transmissão dos discursos e participações do presidente em eventos na página no Facebook. Portanto, trata-se de um órgão democrático do mais elevado nível de institucionalização, atuante na dimensão estatal de representação e cujos processos e atividades são regidos pela Constituição e fiscalizados pelos outros poderes do Estado, incluindo entre eles o Congresso Nacional. Contudo, é altamente personalizada na figura do presidente, chefe de Estado e da Nação. Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Planalto, Presidência, executivo.

Fonte:

<http://www2.planalto.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>
<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/biblioteca-da-presidencia>

Senado Federal

(estatal; institucionalização muito alta)

Compondo junto com a Câmara, o Congresso Nacional, o Senado tem como funções principais fiscalizar e legislar. Compete a ele a elaboração de Emendas à Constituição, de leis nas mais diversas modalidades, medidas provisórias e resoluções e para isso comporta o estudo e deliberação de proposições em plenários e comissões.

Ao contrário da Câmara dos Deputados, o Senado Federal é o órgão que representa as unidades da federação (UF) e não, especificamente, o povo brasileiro. Sua composição se dá por meio do voto a partir de eleições majoritárias, sendo que cada UF escolhe três senadores para mandatos de oito anos. A renovação da representação se dá a cada quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada senador é eleito com dois suplentes.

O artigo 52 da Constituição Federal explicita as competências exclusivas do Senado, para além das atividades e funções compartilhadas com a Câmara na composição do Congresso Nacional. O Senado é o órgão do Estado, por exemplo, responsável por processar e julgar o presidente e o vice-presidente nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles. Também do Poder Judiciário, incluindo processar e julgar ministros do Supremo Tribunal Federal, entre outras funções importantes para a organização e o funcionamento das instituições democráticas brasileiras. Assim como a Câmara, seus perfis em RSO, incluindo a fanpage no Facebook, buscam a participação e o engajamento dos cidadãos na discussão sobre projetos de lei e votações nas comissões em tramitação na casa legislativa.

Para seleção de seus comentários monitores, foram categorizados aqueles que continham as seguintes palavras: Senado, Congresso, Senadores, parlamento, legislativo, parlamentar.

Fonte:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/sobre-atividade>

APÊNDICE B – RESULTADOS DE TESTES ANALÍTICOS

B.1) Teste Tukey post hoc ANOVA Fator = Fanpage (banco posts)

		comments_count_fb				
Tukey HSD ^{a,b}		Subconjunto para alfa = 0.05				
fanp10	N	1	2	3	4	5
Age	1054	17,08				
MDB	969	99,32	99,32			
Cam	795	206,93	206,93	206,93		
PSDB	1236	209,50	209,50	209,50		
FSP	6826		254,86	254,86		
MNinj	10909		256,37	256,37		
ESP	10395		294,70	294,70		
PT	4577			366,01		
MBL	11111				579,44	
G1	10535				766,13	
Sen	1499					1209,64
Pla	992					1296,79
Sig.		,081	,071	,299	,105	,963

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 1857,404.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

		reactions_count_fb				
Tukey HSD ^{a,b}		Subconjunto para alfa = 0.05				
fanp10	N	1	2	3	4	5
MDB	969	135,50				
Age	1054	234,09				
Cam	795	338,59	338,59			
PSDB	1236	399,69	399,69			
FSP	6826		949,76	949,76		
MNinj	10909			1100,77		
ESP	10395			1183,90		
Pla	992			1352,48		
PT	4577			1381,78		
MBL	11111				4255,34	
Sen	1499					5709,45
G1	10535					6349,44
Sig.		,974	,083	,557	1,000	,054

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 1857,404.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

		shares_count_fb					
Tukey HSD ^{a,b}		Subconjunto para alfa = 0.05					
fanp10	N	1	2	3	4	5	6
MDB	969	46,11					
PSDB	1236	88,69					
Age	1054	108,61					
FSP	6826	179,53	179,53				
ESP	10395	207,67	207,67	207,67			
Pla	992	244,17	244,17	244,17			
Cam	795	269,87	269,87	269,87			
PT	4577		436,02	436,02	436,02		
MNinj	10909			509,74	509,74		
G1	10535				698,92		
MBL	11111					1800,40	
Sen	1499						2986,28
Sig.		,429	,220	,062	,188	1,000	1,000

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 1857,404.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

B.2) Teste Tukey post hoc ANOVA Fator = Nível institucionalização (banco posts)

comments_count_fb Tukey HSDa,b				
n_inst	N	Subconjunto para alfa = 0.05		
		1	2	3
Alta	6782	299,38		
Muito Baixa	23074		401,01	
Baixa	27756		463,83	
Muito Alta	3286			993,36
Sig.		1,000	,178	1,000

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 7531,006.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

reactions_count_fb Tukey HSDa,b				
n_inst	N	Subconjunto para alfa = 0.05		
		1	2	3
Alta	6782	1024,73		
Muito baixa	23074		2580,23	
Baixa	27756			3086,94
Muito alta	3286			3094,74
Sig.		1,000	1,000	1,000

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 7531,006.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

shares_count_fb Tukey HSDa,b				
n_inst	N	Subconjunto para alfa = 0.05		
		1	2	3
Alta	6782	317,01		
Baixa	27756	387,21		
Muito Baixa	23074		1112,92	
Muito Alta	3286			1501,28
Sig.		,456	1,000	1,000

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

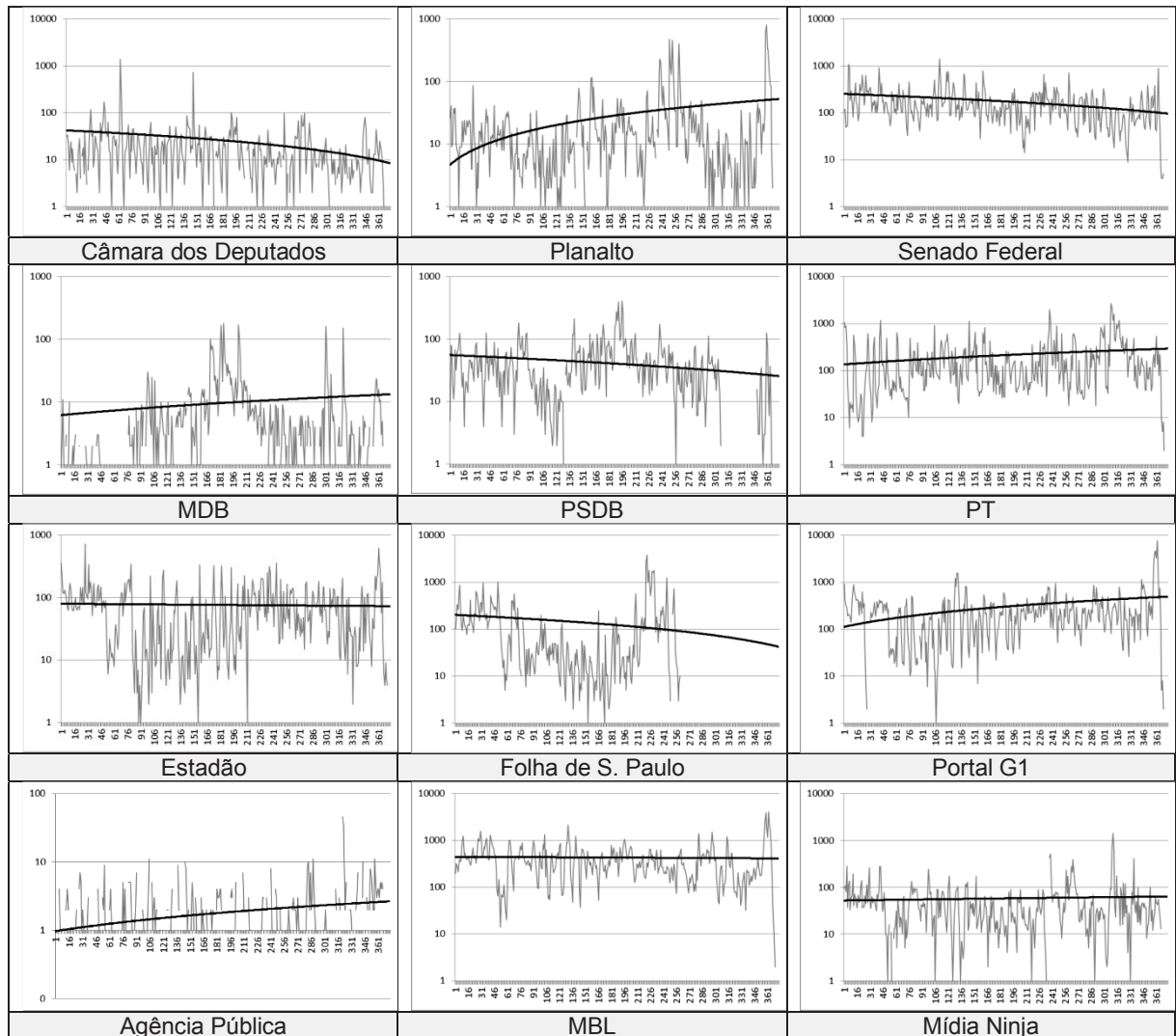
a. Usa o tamanho de amostra de média harmônica = 7531,006.

b. Os tamanhos dos grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro Tipo I não são garantidos.

APÊNDICE C – SÉRIES TEMPORAIS DE MONITORAMENTO POR FANPAGE

Complementando e ilustrando a tabela 5, as séries temporais expõem a ocorrência dos comentários monitores ao longo do ano, além das linhas de tendência central diante do comportamento deles. O volume de comentários monitores por dia é representado na escala logarítmica. As linhas ilustram como, em algumas páginas, os comentários apresentam tendência ao crescimento ou à queda. No caso da Folha, a tendência decrescente é sintomática da ausência de publicações na fanpage a partir de fevereiro. Contudo, de modo geral, o que se observa é uma tendência à estabilidade do monitoramento via comentários nessas páginas.

GRÁFICO 5 – SÉRIES TEMPORAIS PARA COMENTÁRIOS MONITORES POR INSTITUIÇÃO



APÊNDICE D – CLUSTERS ALCESTE EM DENDROGRAMAS E GRÁFICOS AFC

Expõe-se neste apêndice a análise léxica dos comentários classificados como monitores. Esse tipo de análise possibilita descrever um material de determinado produtor de conteúdo (autor do texto), individual ou coletivamente, como também pode atender a uma finalidade comparativa, relacional, de diferentes produtores de conteúdo (CAMARGO; JUSTO, 2013). Aqui, usaremos como principal aporte a proposta metodológica apresentada por Cervi (2018), em que a análise léxica via algoritmo de Reinert é utilizada para criar categorias temáticas sobre o conteúdo analisado. Trata-se, portanto, de uma fase intermediária da análise de conteúdo dos comentários monitores.

Lembra-se que o ALCESTE calcula a co-ocorrência de palavras e segmentos de textos, classificando os discursos textuais, o que permite, inclusive, identificar o nível de pluralidade temática do texto para a análise de conteúdo. O método de análise lexical de Reinert (1990) trabalha com o texto por meio de etapas. Primeiro, faz o reconhecimento das unidades de contexto inicial (UCI) agrupando palavras por ocorrência e raízes, calculando-se também a frequências das formas (lexicografia básica) e estabelecendo as unidades de contexto elementar (UCE). A divisão das palavras se dá por meio de associações significativas, já as UCEs se diferenciam por meio da classificação descendente hierárquica (CDH). O software gera tabelas para as classes que permitem a visualização das palavras que, associadas, aparecem significativamente em determinada classe enquanto estão ausentes, também de modo significativo, nas demais. As UCEs também são representadas visualmente por meio de dendrograma ou gráficos de correspondência pós-fatorial no Iramuteq. Assim, o estabelecimento das UCEs identifica aquelas unidades que apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente das outras classes (CAMARGO, 2005).

É importante ressaltar que os gráficos dendrograma e AFCs aqui têm a função de ilustrar os agrupamentos, suas relações, proximidades e distanciamentos. A análise de agrupamento foi feita para cada página em um primeiro momento, para, depois de identificar características e temas nos conteúdos dos clusters, ser possível uma análise comparativa. Detalhamos a seguir a formação dos clusters léxicos por página.

Resume-se aqui algumas considerações sobre uma exploração do que foi evidenciado. Com os agrupamentos dos termos que significativamente aparecem juntos, foi possível perceber algumas diferenças no comportamento dos monitores ao se manifestarem às *fanpages* dado o tipo de instituição, aqui representadas por quatro grupos, da sociedade e do Estado. Quando se analisa as manifestações às páginas da imprensa tradicional, percebe-se uma maior diversidade no conteúdo, o que reflete tanto a maior abrangência temática do jornalismo, como também a maior heterogeneidade do público que interage naquela fanpage. Os partidos políticos, por sua vez, tendem a apresentar um público mais homogêneo. Contudo, reforça-se que tais impressões a partir da formação e análise exploratória dos *clusters* é apenas uma fase intermediária da análise. A AC dentro das estratégias metodológicas utilizadas aqui se dá principalmente por distinguir em categorias os comentários a partir desses agrupamentos.

GRÁFICO 6 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PALÁCIO DO PLANALTO (rst1/rst2 = 36/42; 39,38% dos segmentos classificados)

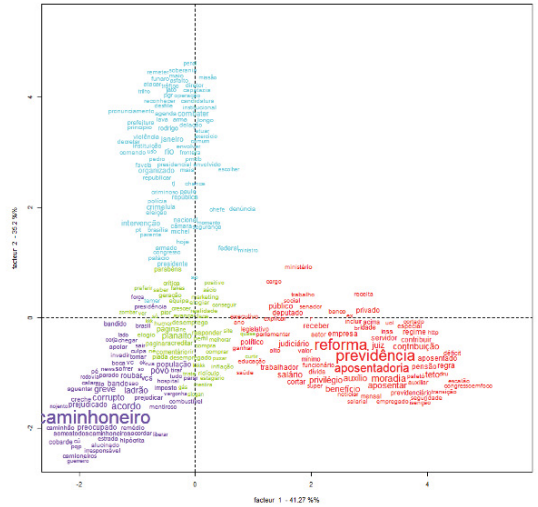
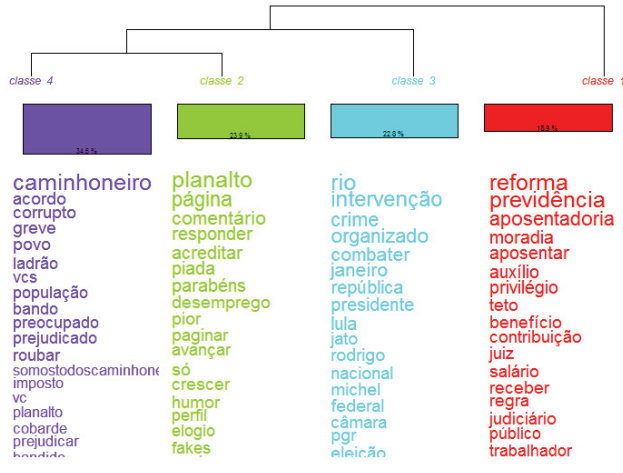


GRÁFICO 7 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES SENADO FEDERAL (rst1/rst2 = 24/28; 67,58% dos segmentos classificados)

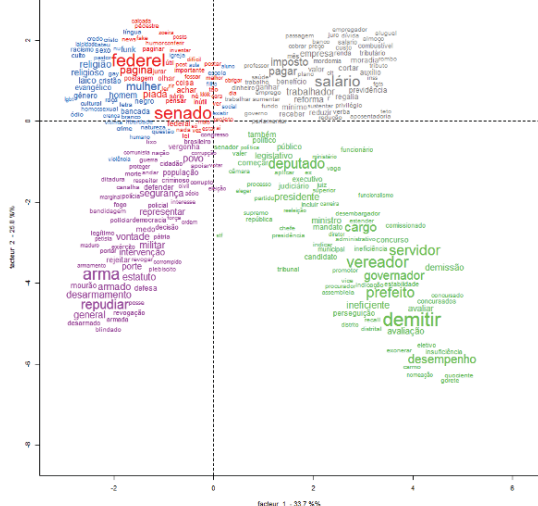
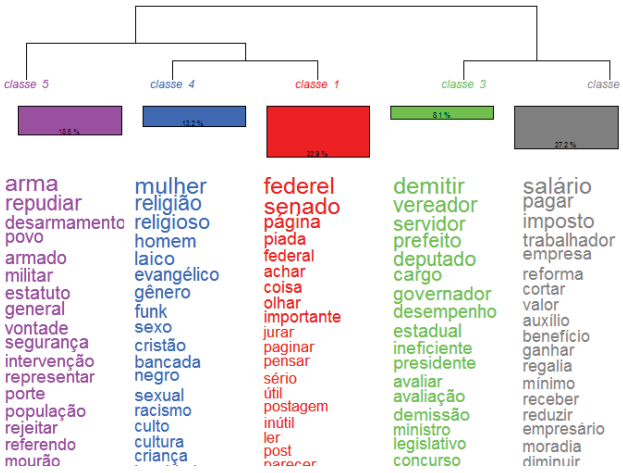


GRÁFICO 8 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES CÂMARA DOS DEPUTADOS (rst1/rst2 = 36/42; 41,88% dos segmentos classificados)

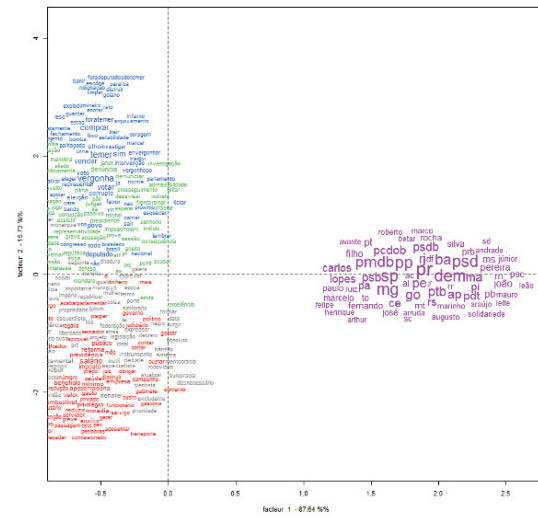
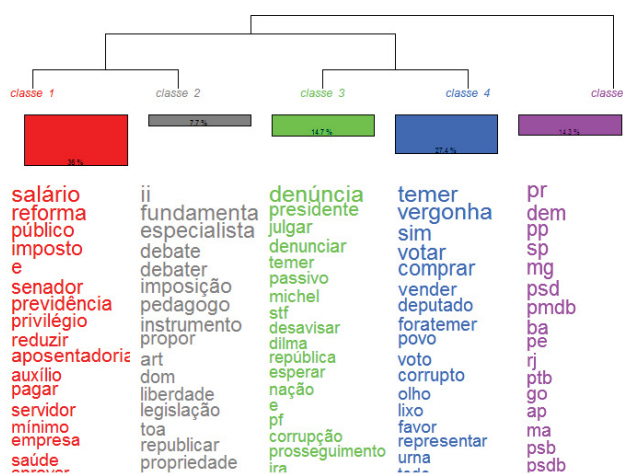


GRÁFICO 9 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MDB
(rst1/rst2 = 24/28; 32,66% dos segmentos classificados)

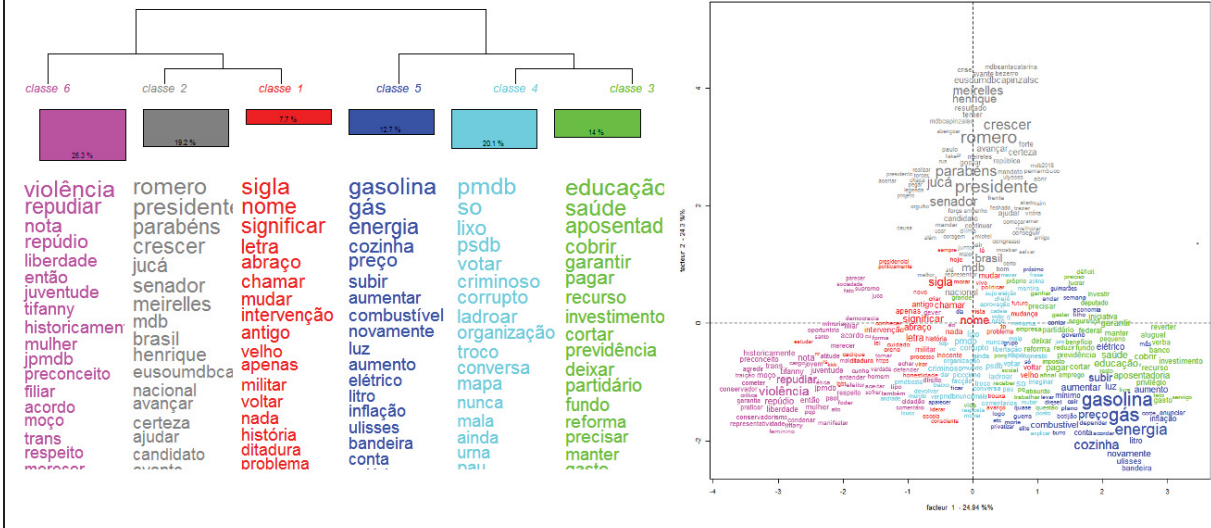


GRÁFICO 10 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PSDB
(rst1/rst2 = 24/28; 39% dos segmentos classificados).

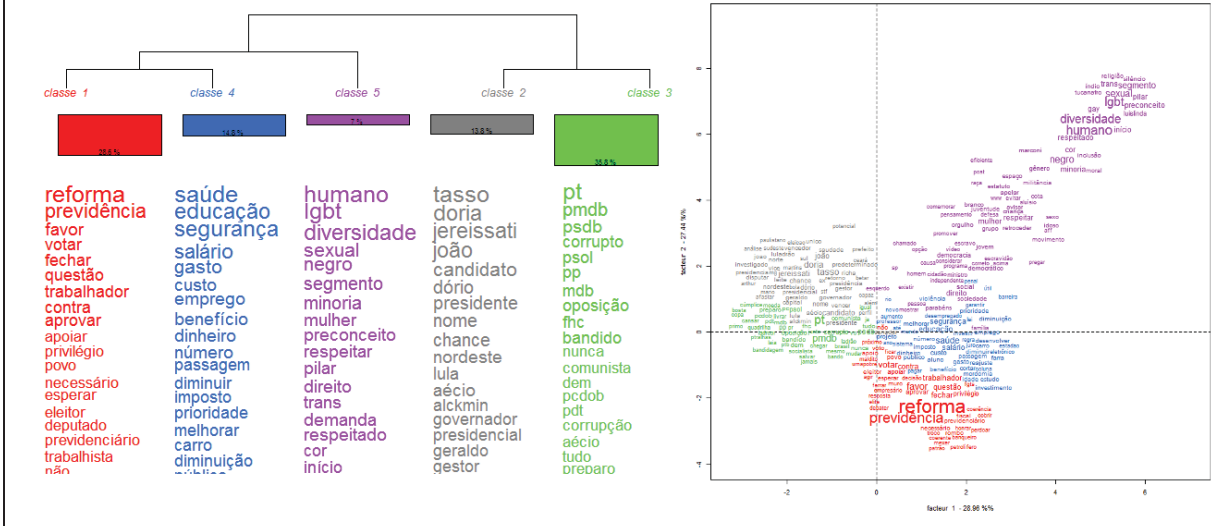


GRÁFICO 11 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PT
(rst1/rst2 = 36/42; 75,13% dos segmentos classificados)

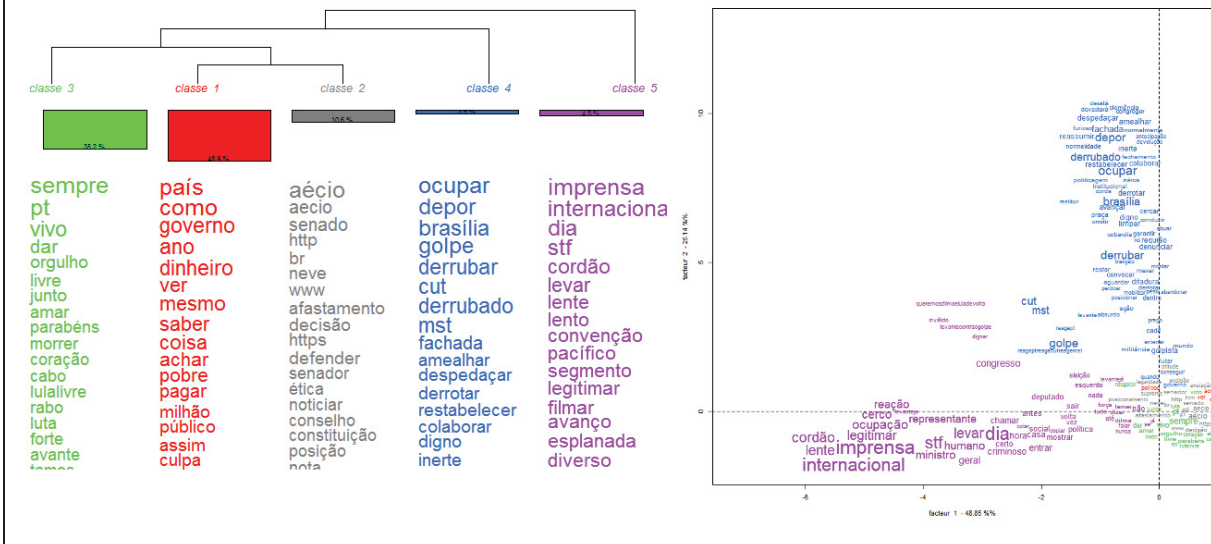


GRÁFICO 12 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES O ESTADO DE S. PAULO

(rst1/rst2 = 36/42; 46,46% dos segmentos classificados)



GRÁFICO 13 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES FOLHA DE S. PAULO

(rst1/rst2 = 36/42; 58,05% dos segmentos classificados)

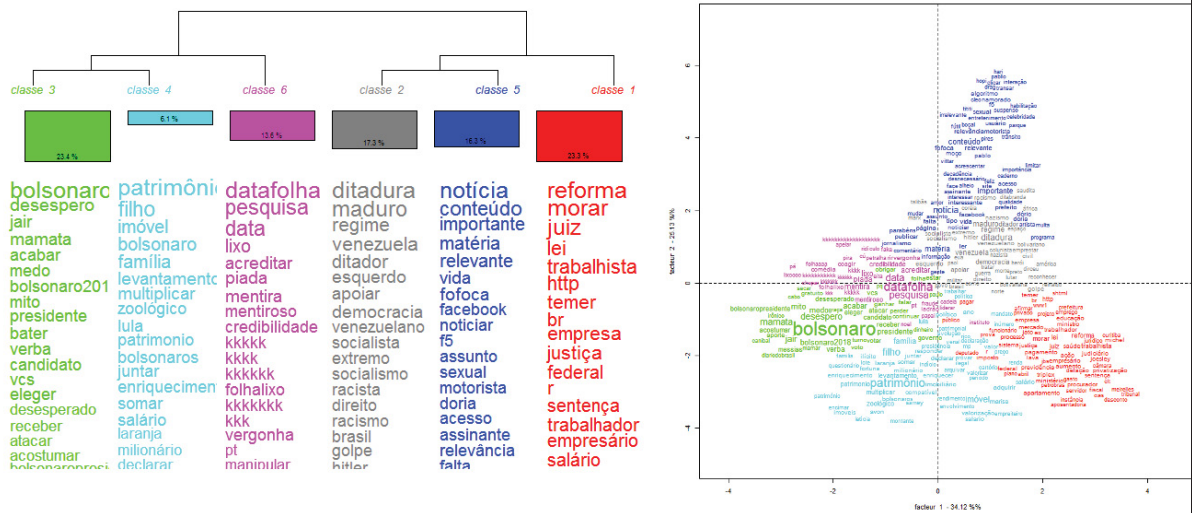


GRÁFICO 14 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES PORTAL G1

(rst1/rst2 = 36/42; 66,39% dos segmentos classificados)

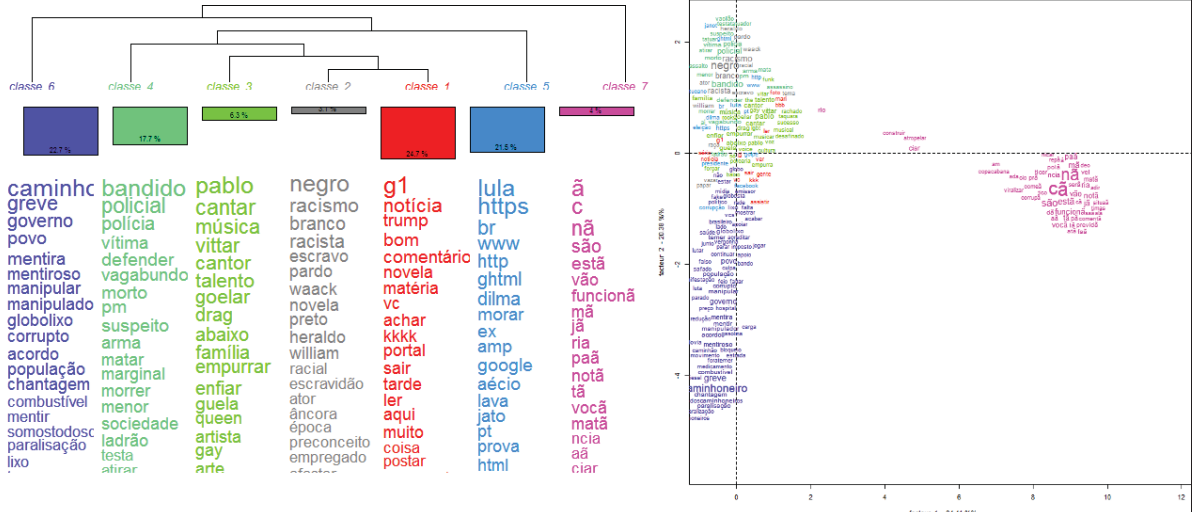


GRÁFICO 15 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES AGÊNCIA PÚBLICA
(89,10% dos segmentos classificados)

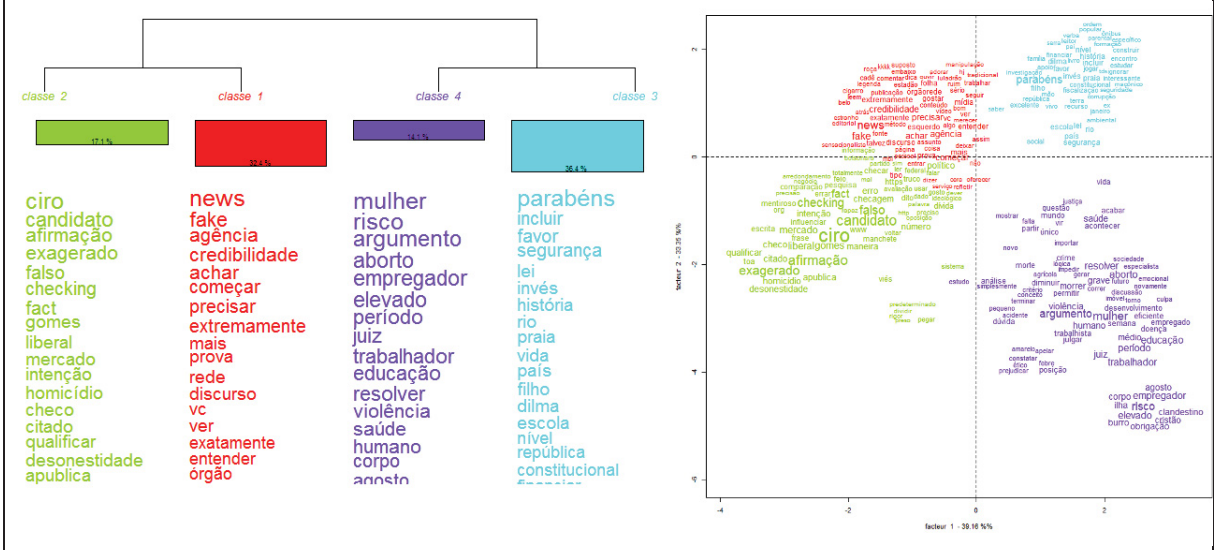


GRÁFICO 16 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MBL
(92,62% dos segmentos classificados).

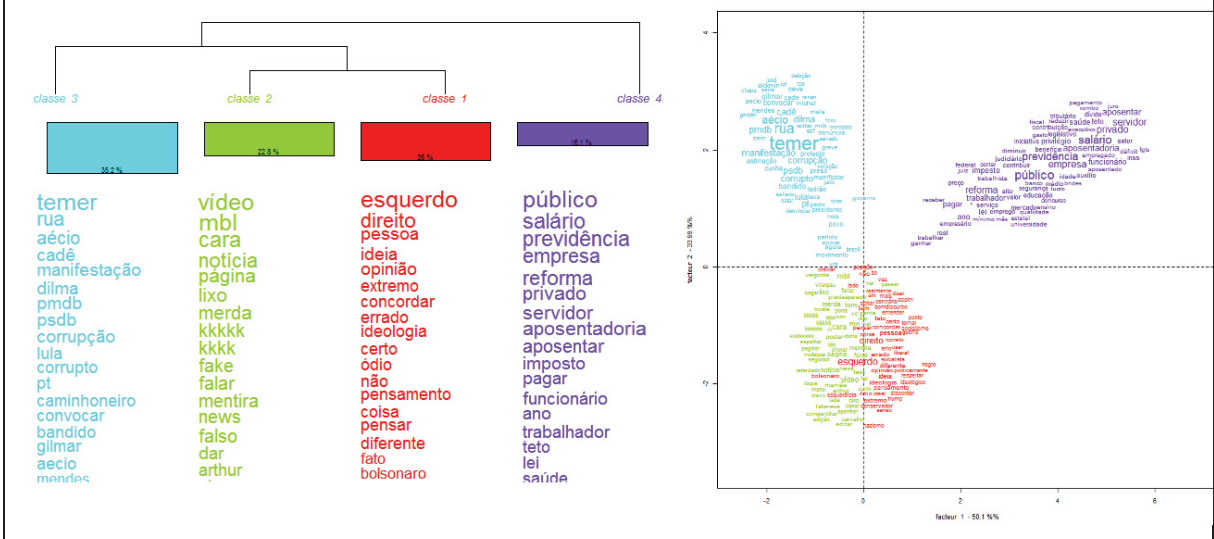
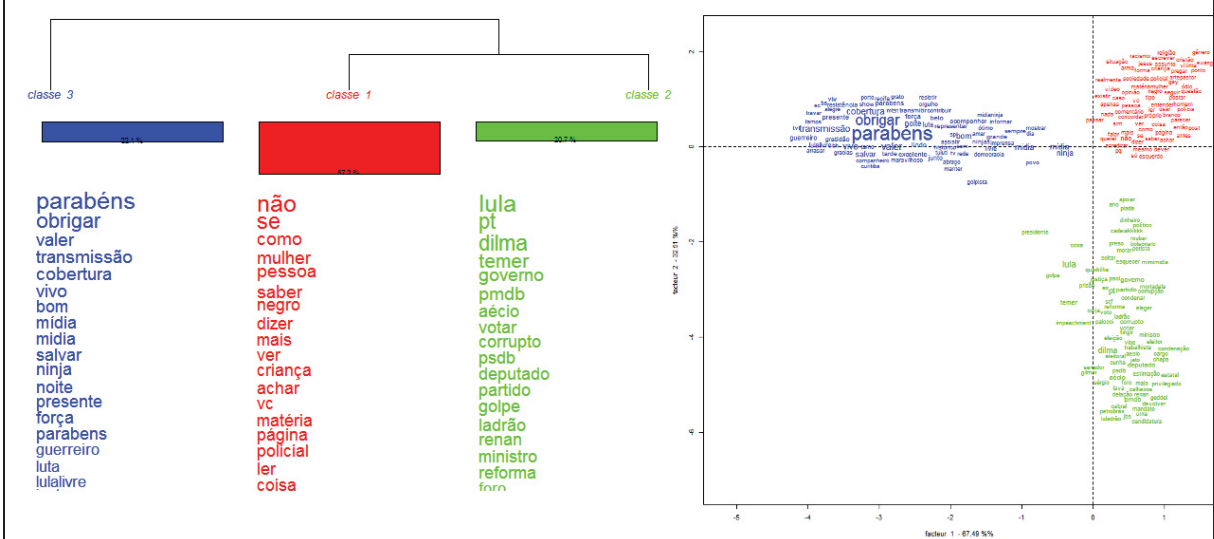


GRÁFICO 17 – DENDROGRAMA E AFC LÉXICOS – COMENTÁRIOS MONITORES MÍDIA NINJA
(95,42% dos segmentos classificados)



Dados esses agrupamentos, os 50 primeiros termos que apresentaram $p\text{-value} < 0,005$ para cada cluster foram buscados nos comentários. Caso o comentário possuísse aquele termo, foi incluído na categoria de tipo de comentário monitor criada. O quadro abaixo resume a localização de cada cluster temático por página em cada uma das seis possíveis categorias para o conteúdo do comentário monitor. É importante lembrar que cada instituição apresentou clusters a partir de seus conteúdos nos comentários monitores, por isso a classe 1 (C1) do Planalto difere-se da classe 1 (C1) do Senado. Também é por isso que há diferentes quantidades de agrupamentos por páginas. Ressalta-se que o objetivo aqui é localizar os clusters de cada página em uma das cinco categorias criadas a partir do próprio conteúdo analisado na fase anterior.

QUADRO 9 – CATEGORIAS PRESENTES NOS COMENTÁRIOS DE CADA INSTITUIÇÃO E RESPECTIVOS CLUSTERS EM CADA TIPO DE COMENTÁRIO

	Função institucional	Valores	Agenda	Insultos	Desempenho on-line
Câmara	C4	C2	C1	C3; C5	
Planalto	C1		C3	C4	C2
Senado	C2; C3	C4	C1; C5		
MDB	C1; C2	C6	C3; C5	C4	
PSDB	C2	C5	C1; C4	C3	
PT	C3	C2; C4	C1; C5		
Estadão	C1	C4; C5; C8	C3; C5; C7; C9	C2	C6
Folha	C3	C2	C1 ; C4	C6	C5
G1	C1	C2; C3	C4; C5	C6	
Pública	C1; C2	C3	C4		
MBL	C3	C1	C4	C2	
Ninja	C3	C1	C2		

Fonte: autora.

Até aqui, com os *clusters* formados, é possível apenas comparar a participação relativa de cada tipo pelo percentual de ocorrência em cada página (CERVI, 2019), conforme a tabela a seguir. Ainda que se busque uma classificação que seja compartilhada por todos os grupos de comentadores a partir dos 61 clusters formados, nem todas as páginas terão todos os tipos de comentários. Isso não quer dizer, necessariamente, que as páginas dos partidos não tiveram nenhum tipo de monitoramento sobre os seus desempenhos on-line. Mas, que os clusters formados pelo algoritmo ALCESTE não cabiam nessa categorização. Cabe, portanto, a ressalva das limitações dessa metodologia perante à análise. Particularmente, no caso do G1, não se totaliza 100% das ocorrências porque neste caso ALCESTE gerou um cluster formado apenas por termos sem sentido, presentes nos comentários, mas desconsiderados aqui. A análise concreta dessas diferenças é a exposta no capítulo 4 da tese, dedicado à análise empírica do monitoramento individual via redes sociais on-line.

TABELA 13 – PERCENTUAIS DE OCORRÊNCIA DA TIPOLOGIA POR INSTITUIÇÃO A PARTIR DOS CLUSTERS LÉXICOS

Nível de institucionalização	Inst.	Ocorrência textual das categorias (%)				
		Agenda	Valores	Função Institucional	Insultos	Desempenho On-line
Muito alto	Câmara	36,0	7,7	29,0	27,4	0,0
	Planalto	18,9	0,0	22,3	34,6	23,9
	Senado	51,5	13,2	35,3	0,0	0,0
Alto	MDB	26,5	26,2	26,9	20,1	0,0
	PSDB	43,4	7,0	13,8	35,8	0,0
	PT	50,7	14,1	35,2	0,0	0,0
Baixo	Estadão	54,4	27,8	9,5	3,8	4,3
	Folha	29,4	17,3	23,4	13,6	16,3
	G1	39,2	9,4	24,7	22,7	0,0
Muito baixo	APública	14,1	36,4	49,5	0,0	0,0
	MBL	16,1	25,0	35,2	22,8	0,0
	MNinja	20,7	57,2	22,1	0,0	0,0

Fonte: autora.